

# Resiliência

para lidar com situações adversas  
e aprender com elas

RELATÓRIO  
ANUAL DE  
INFORMAÇÕES  
**2020**



# Sumário

<b>ABERTURA</b>	<b>03</b>
1. Introdução	04
2. Mensagens Institucionais	05
3. Fatos Marcantes	10
<b>INSTITUCIONAL</b>	<b>12</b>
4. O Instituto	13
5. Governança Corporativa	14
6. Gestão de Benefícios	17
7. Gestão Administrativa	21
8. Comunicação	26
9. Relacionamento com o Participante	27
<b>GESTÃO DE INVESTIMENTOS</b>	<b>29</b>
10. Considerações Sobre a Rentabilidade no ano de 2020	30
11. Política de Investimentos	31
12. Alocação de Investimentos	32
13. Serviços de Suporte	39
14. Despesas com a Gestão dos Investimentos	40
15. Informações Gerais	41
16. Considerações Finais	46
<b>RELATÓRIOS CONTÁBEIS</b>	<b>48</b>
17. Demonstrações Contábeis	49
18. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	56
<b>PARECERES</b>	<b>100</b>
19. Relatório do Auditor Independente	101
20. Parecer Atuarial	103
21. Parecer do Conselho Fiscal	109
22. Manifestação do Conselho Deliberativo	110





# Abertura

Resiliência é a capacidade que o indivíduo tem de lidar com situações adversas e aprender com elas. É uma qualidade essencial para se adaptar a mudanças, resistindo a pressões sem deixar que causem abalos emocionais, físicos ou psicológicos. Quem é resiliente consegue pensar e agir bem sob pressão, supera desafios independentemente do cenário, aprende com seus erros e passa a ser mais confiante com o passar do tempo usando a experiência vivida como base para tomar decisões e executar tarefas.

# 1. Introdução

Prezado(a) Participante,

O Relatório Anual de Informações 2020 (RAI) é uma ferramenta de prestação de contas aos participantes, assistidos e patrocinadores do Nucleos – Instituto de Seguridade Social. O documento contempla os dados, informações, resultados e acontecimentos que ocorreram no exercício de 2020.

O ano de 2020 foi fortemente marcado pelos impactos provocados pela Covid-19. A pandemia exigiu que, num curtíssimo espaço de tempo, a equipe do Nucleos se adaptasse ao trabalho remoto, conhecido como “home office”. Mesmo diante deste cenário difícil e sem precedentes, todas as atividades essenciais do Instituto foram mantidas — o que comprova a alta capacidade técnica da entidade e também sua resiliência, tema, não por acaso, do presente relatório.

Ao longo dos 12 meses de 2020, em que o Nucleos completou 41 anos de existência, algumas pautas ganharam especial destaque. Foi o caso da eleição do Conselho Fiscal para

escolha de dois membros titulares e seus respectivos suplentes. Os procedimentos de cadastramento e envio de documentação para o Instituto foram facilitadas devido ao isolamento social. Outros temas, de igual relevância, são mencionados e descritos, em detalhes, nas próximas páginas.

Este relatório atende à Resolução CNPC nº 32, de 4 de dezembro de 2019, e está dividido em cinco grandes capítulos: Abertura, Institucional, Gestão de Investimentos, Relatórios Contábeis e Pareceres, além das mensagens da Diretoria Executiva e do Conselho Deliberativo. Eles relatam as principais realizações do exercício de 2020.

O documento está disponível no site do Nucleos: [www.nucleos.com.br](http://www.nucleos.com.br). A versão impressa do documento pode ser solicitada por meio dos canais de atendimento do Instituto — como pelo e-mail [atendimento@nucleos.com.br](mailto:atendimento@nucleos.com.br) e pelo telefone 0800 024 1997 — para ser enviada via Correios.

Boa leitura a todos!



**Armino D'Ascensão Silva**  
Presidente



**Luiz Claudio Levy Cardoso**  
Diretor Financeiro



**Paulo Sérgio Poggian**  
Diretor de Benefícios



## 2. Mensagens Institucionais

### 2.1. MENSAGEM DA DIRETORIA EXECUTIVA

#### *Ser resiliente possibilita superar desafios em um cenário adverso*

O ano de 2020 foi muito difícil para os fundos de pensão de um modo geral decorrente da crise global dos mercados nacional e internacional, causada pela pandemia da Covid-19. Como consequência, concentramos todos os esforços no equacionamento dos pontos mais relevantes que não pudessem comprometer o desempenho futuro do Nucleos, efetuando os investimentos dos recursos alocados pelos participantes e patrocinadoras de forma a priorizar liquidez e segurança, e procurando, na medida do possível, obter a melhor rentabilidade.

Para sintetizar, os últimos seis meses o cenário econômico se apresentava da seguinte forma:

O terceiro trimestre do ano de 2020 foi inicialmente marcado por uma relativa volta à normalização do cenário econômico-financeiro, na medida em que o período mais agudo da pandemia foi ficando para trás. No entanto, no mês de setembro os receios crescentes com a trajetória fiscal brasileira, acentuada devido às despesas relacionadas ao combate à Covid-19, levaram a preocupações associadas à sustentabilidade das contas públicas. No ambiente externo, também em setembro, começaram os temores em torno da possibilidade de uma nova onda de contágio, especialmente nos Estados Unidos e na Europa, que acabaram suscitando novas discussões sobre a reimplantação de medidas de restrição à mobilidade social em importantes economias. Diante deste cenário de incertezas e alta volatilidade, o aumento da aversão a riscos se elevou, impactando negativamente os investimentos nos segmentos de renda fixa e variável.

O quarto trimestre foi marcado pela forte liquidez internacional e as boas notícias sobre o desenvolvimento de vacinas contra a Covid-19. Em que pese a situação fiscal brasileira, estes dois fatores contribuíram de forma relevante para uma melhora no desempenho dos investimentos e a retomada da confiança pelos investidores. Os outros dois fatores que também contribuíram para a melhora no desempenho dos investimentos foram a definição das eleições americanas, com vitória do candidato Joe Biden, que trouxe mais tranquilidade para os mercados, e a recuperação da economia chinesa, que implica em valorização do preço das commodities e favorece países emergentes como o Brasil.

Internamente, ainda predominaram as preocupações com os gastos públicos e os possíveis impactos no crescimento econômico dali para frente, bem como com a inflação, que começou a dar sinais de crescimento. A combinação da pressão inflacionária com a situação fiscal elevou a curva de juros, refletindo diretamente nos preços dos ativos de renda fixa. A par desse cenário, o desempenho dos investimentos do Nucleos foi marcado pela recuperação da renda variável, com valorização do Ibovespa, assim como pela boa performance dos ativos de renda fixa, em particular das NTN-Bs, principal ativo deste segmento na carteira do Instituto.

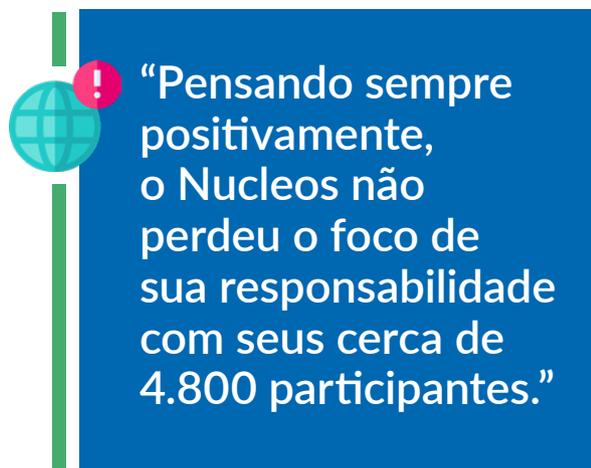


**“Certamente, 2020 ficará marcado na História como um ano de resiliência e superação.”**

A pandemia foi um evento atípico, em escala global e fora do radar de qualquer analista, e fez com que 2020 experimentasse a maior volatilidade no mercado desde 2008 (ano da última grande crise global), causando impacto significativo nos ativos financeiros. Certamente, 2020 ficará marcado na História como um ano de resiliência e superação, em que, num espaço de dez meses, os investimentos apresentaram desvalorização de forma brutal e significativa recuperação. O efeito foi sistêmico, contudo, o segmento de renda variável — que reflete de forma mais evidente o comportamento e as expectativas para a economia — registrou as maiores oscilações.

Diante de tamanha turbulência, o Nucleos, confiando na solidez de seus ativos, e acreditando que o evento da pandemia iria passar e o mundo retomaria sua normalidade, manteve a estrutura da carteira de investimentos. Com um ativo líquido de R\$ 4,14 bilhões e tendo sido apurado uma provisão matemática de R\$ 4,2 bilhões, a entidade acusou um déficit acumulado no ano de 2020 de R\$ 64 milhões; entretanto, a rentabilidade de seus investimentos registrou variação positiva de 4,74%.

Pensando sempre positivamente, a par da volatilidade do mercado nacional e internacional, o Nucleos não perdeu o foco de sua responsabilidade com seus cerca de 4.800 participantes ativos e assistidos, que depositaram na entidade não apenas seus recursos financeiros, mas também a esperança de ter um futuro seguro após a aposentadoria.



Para manter integralmente o funcionamento de suas atividades e o relacionamento com os participantes, em virtude do cenário do novo coronavírus, o Nucleos adaptou alguns de seus processos, tais como:

A documentação para a concessão de novos benefícios e a solicitação de prorrogação de auxílio-doença puderam ser enviadas ao Nucleos via Correios e por e-mail, bem como a documen-

tação para a concessão de novos empréstimos; as datas de pagamento dos valores concedidos a título de empréstimos passaram a ser depositados na conta corrente dos participantes e assistidos nos dias 10, 20 e 30 de cada mês; a concessão de 50% (cinquenta por cento) do abono anual (13º salário) dos assistidos (aposentados e pensionistas) foi antecipado para o mês de abril e creditado juntamente com o pagamento integral do benefício mensal; o recadastramento dos assistidos e pensionistas foi prorrogado; o atendimento presencial foi suspenso na sede do Nucleos e passou a ser realizado somente por meio de telefone e e-mail; todos os colaboradores ficaram em regime de trabalho remoto e as reuniões realizadas por videoconferência.

Cumprindo o nosso compromisso com a transparência e prestação de contas aos participantes e patrocinadoras, o Nucleos, em adição às informações anteriormente prestadas, disponibilizou em sua página eletrônica informações sobre as ações, com relação aos investimentos, que foram tomadas neste contexto crítico que o mundo atravessa, com o advento da pandemia da Covid-19, acarretando, concomitantemente, uma nova crise econômica.

Em razão da extensa suspensão temporária das atividades da indústria, do comércio e dos serviços, não só no Brasil, como em diversos países ao redor do mundo, entendemos que, no momento, ninguém tem a capacidade de saber exatamente o que nos reserva o futuro. Mas pautados nos princípios das boas práticas de governança corporativa, pontuamos uma série de ações incorporadas a nossa rotina para mitigar os efeitos dessa crise para o plano de benefícios administrado pelo Nucleos, no que tange à gestão dos seus recursos garantidores (investimentos).

Dentre elas, podemos destacar: maior interação entre os membros do Comitê Consultivo de Investimentos do Instituto para definir medidas a serem tomadas com relação aos investimentos; apresentações ao Conselho Deliberativo das medidas a serem adotadas em virtude das consequências dessa crise sobre os investimentos do Nucleos; disponibilização de relatório diário com a posição atualizada dos investimentos; informações disponibilizadas diariamente para todos os entes envolvidos nas decisões de investimentos (Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva, Comitê Consultivo de Investimentos e Conselho Fiscal) sobre o mercado financeiro nacional e internacional; e a intensificação do monitoramento dos gestores de recursos da entidade.

Para a Gerência de Investimentos do Instituto estabelecemos novos procedimentos, além daqueles já definidos no Manual de Investimentos, intensificando o acompanhamento de informações, como: movimentações dos fundos de investimentos, fluxo de resgates/aplicações, nível de caixa dos fundos, visão do cenário macro e microeconômico, principais estratégias adotadas e tipo de investidor que está movimentando os fundos (institucional, pessoa física, estrangeiro). Além disso, participamos ativamente de reuniões por áudio e videoconferências com os gestores dos fundos e outros agentes do mercado financeiro.

Releva notar que em 2020, mesmo frente às restrições impostas pelo isolamento social, o Nucleos foi auditado e manteve, de um lado, a recertificação pela Bureau Veritas da norma internacional ISO 9001, que é um sistema de qualidade de melhoria contínua dos processos de controle interno, e de outro lado o não menos relevante selo de Autorregulação em Governança de Investimentos, concedido por uma comissão constituída por Abrapp, Sindapp e ICSS.

Finalizando, estamos convencidos de que a crise atual será superada, assim como outras do passado e, na oportunidade, gostaríamos de agradecer a dedicação dos colaboradores do Nucleos e o apoio e orientação prestadas pelos membros do Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê Consultivo de Investimentos, bem como pelas patrocinadoras Eletronuclear, INB e Nuclep, e aos participantes ativos, assistidos, órgãos externos de orientação e fiscalização e aos prestadores de serviço pela confiança depositada, e acreditamos que juntos, e imbuídos do mesmo objetivo comum de zelar pela perenidade do Instituto, iremos vencer os novos desafios que se apresentarão no ano de 2021, através do trabalho em equipe, dedicação, transparência e serenidade.

## 2.2. MENSAGEM DO CONSELHO DELIBERATIVO

### *Um ano sem paralelo*

Nada se compara ao que ocorreu no Brasil e no mundo inteiro em 2020. A pandemia, evento global sem paralelo na História moderna, trouxe impactos profundos, ainda longe de terem sido totalmente assimilados, com mudanças comportamentais e tecnológicas impensáveis até então. A economia, é claro, não foi menos impactada: aqui e lá fora, as nações experimentaram dias, semanas e meses de grandes oscilações, à espera de uma solução, a vacinação em massa, que só ao final do ano se confirmou como esperança para um 2021 — e um futuro — menos traumático. Em meio às incertezas, alguns setores foram especialmente desafiados. Este foi o caso da previdência complementar.

A crise global que abalou de forma contundente os mercados nacional e internacional exigiu dos fundos de pensão uma atenção redobrada, até mesmo exaustiva, de seus gestores. Acompanhar e, mais difícil, proteger-se dos altos e baixos recorrentes desses mercados revelou-se uma tarefa de complexidade sem precedentes. Felizmente, no caso do Nucleos, tal desafio foi, em grande medida, superado.

Com ativos consistentes, o Instituto alcançou uma rentabilidade de 4,74% em seu Plano de Investimentos, um dado de indiscutível valor, particularmente quando se leva em conta as dificuldades que a pandemia impôs à economia mundial e que pontuaram os 12 meses do exercício. Se mesmo com essa performance positiva a entidade não conseguiu fechar

2020 com superávit, o déficit acumulado naquele ano, de aproximadamente R\$ 64 milhões, tem na brusca queda da taxa de juros e dos mercados acionários sua justificativa. O detalhamento completo do que foi feito no período acima é, a rigor, a essência do conteúdo da presente publicação.

Passos importantes foram dados pelo Conselho Deliberativo em 2020, dentre os quais releva citar o desenvolvimento e aprovação dos Regulamentos dos novos Planos de Contribuição Definida, a reforma do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa e a deliberação de diversas movimentações estratégicas de investimentos.

Há, portanto, de todos nós, membros do Conselho Deliberativo, a total confiança de que, por meio da determinação e competência técnica que caracterizam a sua administração e seus gestores nos últimos anos, o Nucleos manterá todo e qualquer compromisso de curto, médio e longo prazos assumido junto a cada um de seus participantes, e em respeito tanto às suas patrocinadoras quanto às normas definidas para o setor.

Que, no futuro, 2020 seja lembrado como um ano, acima de tudo, de aprendizado e, como sugere o tema deste relatório, de muita resiliência. Para cada um de nós, como para o próprio Nucleos, a simples conclusão, de maneira íntegra, de um exercício tão singular e árduo já representa um fato virtuoso. Uma vitória a ser registrada na história do Instituto.



# 3. Fatos Marcantes

## 3.1. PRINCIPAIS REALIZAÇÕES EM 2020

### JANEIRO

● 100% dos participantes que participaram da pesquisa de satisfação – 10% dos participantes que ligaram para o Núcleos dentro do mês em curso – avaliaram o atendimento do Instituto como ótimo e bom.



### ABRIL

● Divulgação do Relatório Anual de Informações 2019-2020



### MARÇO

● Início do regime home office – trabalho remoto – devido à obrigação de isolamento social provocado pela a pandemia do coronavírus.



### JUNHO

● Auditoria de manutenção anual do certificado ISO 9001:2015, pela empresa Bureau Veritas.

● Primeira fase da Auditoria Interna de Qualidade com a empresa Líder Auditores





## SETEMBRO

- Núcleos completa 41 anos.



## OUTUBRO

- Edital da Eleição de novos membros para o Conselho Fiscal é publicado no site da Eleição do Núcleos.

## DEZEMBRO

- Candidatos ao Conselho Fiscal lançam suas propagandas eletrônicas.
- Segunda fase da Auditoria Interna de Qualidade com a empresa Líder Auditores.
- Núcleos fecha o ano com ativo líquido em R\$ 4,14 bilhões.



## NOVEMBRO

- Início do período de inscrições online e presencial das chapas para a eleição do Conselho Fiscal.

# Institucional





## 4. O Instituto

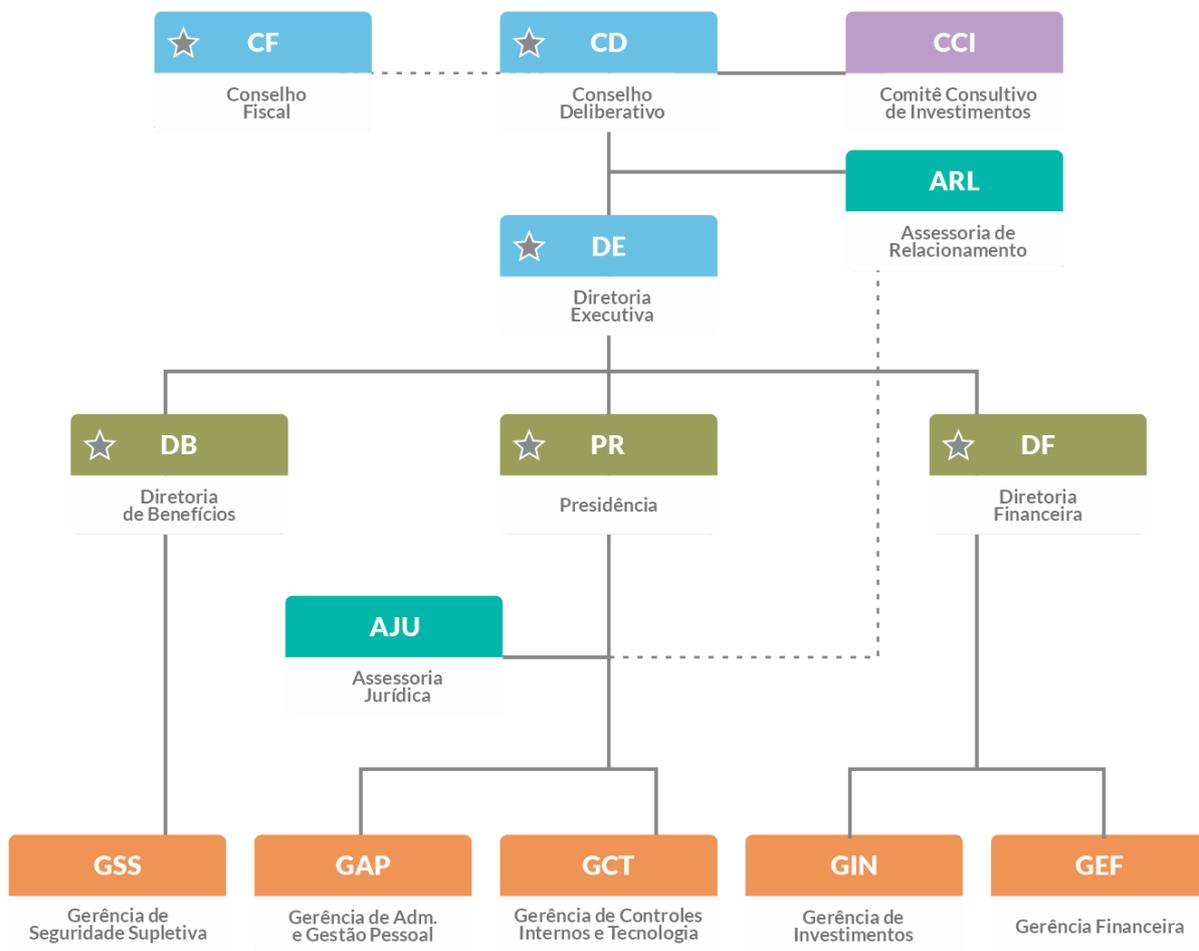
Fundado em 1979, o Nucleos – Instituto de Segurança Social foi instituído para ser o fundo de pensão do setor nuclear do País, englobando todos os funcionários da Nuclebrás e de suas subsidiárias, e com um plano único de Benefício Definido e solidário entre os participantes e as patrocinadoras, Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, além do próprio Nucleos. Desde a sua fundação, o Nucleos é mantido por contribuições mensais das empresas patrocinadoras e de seus empregados.

São três as esferas estatutárias responsáveis pela deliberação, administração e fiscalização do Instituto: o Conselho Deliberativo, órgão máximo da estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração da entidade e de seus planos de benefícios; o Conselho Fiscal, órgão de controle interno da entidade, que zela pela sua gestão econômico-financeira; e a Diretoria Executiva, que é o órgão responsável pela administração do Nucleos, em conformidade com a política de administração traçada pelo Conselho Deliberativo.

O Comitê Consultivo de Investimentos é também um órgão não estatutário de grande importância para o Instituto; ele se constitui em uma instância consultiva do Conselho Deliberativo do Nucleos, tendo como objetivo recomendar diretrizes a serem observadas na Política de Investimentos, nas aplicações financeiras e no acompanhamento das atividades financeiras da entidade.

# 5. Governança Corporativa

## 5.1. ORGANOGRAMA



### LEGENDA:

- Órgãos Máximos, de Controle e de Administração
- Diretoria Executiva
- Instância Consultiva
- Assessorias

- Gerências
- Órgão Estatutário
- Sem Subordinação Hierárquica
- ..... Subordinação Administrativa

## CONSELHO DELIBERATIVO

CONSELHO DELIBERATIVO   6 MEMBROS	
TITULARES	SUPLENTES
Ricardo César Quintella Lioy – Presidente Indicado pela patrocinadora Eletronuclear	David Espinha Ferreira da Costa Indicado pela patrocinadora Eletronuclear
Pedro Francisco Dias Calheiros Boite Indicado pela patrocinadora INB	Samira Aparecida de Sena Osório Indicada pela patrocinadora INB
Diego Cunha Brum Indicado pela patrocinadora Nuclep	Everaldo Guedes Reis Indicado pela patrocinadora Nuclep
Eduardo Zaroni Eleito pelos participantes - INB	Paulo Cesar Chrispim Eleito pelos participantes - INB
Rosângela Vieira Paes da Silva Eleita pelos participantes - Nuclep	Luiz Gustavo Guardio da Silva Eleito pelos participantes - Nuclep
Fernando Cesar Braz Teixeira Eleito pelos participantes - INB	Daniel Werderits Britz Eleito pelos participantes - INB

## CONSELHO FISCAL

CONSELHO FISCAL   4 MEMBROS	
TITULARES	SUPLENTES
Eduardo Henrique Poblete Vidal - Presidente Eleito pelos participantes - Nuclep	Ângelo Marcos do Nascimento Faria Eleito pelos participantes - INB
Wilmo Matola Erbiste Eleito pelos participantes - INB	Rafael Medeiros Braga Eleito pelos participantes - INB
Thiago Almeida Ferreira Indicado pela patrocinadora INB	Claudio Henrique de Souza Indicado pela patrocinadora INB
Luciano Destefane Salvador Indicado pela patrocinadora Eletronuclear	Carlos Augusto Soares Pantaleão Indicado pela patrocinadora Eletronuclear

## COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS

COMITÊ CONSULTIVO DE INVESTIMENTOS   DE + 5 MEMBROS	
Daniel Bueno Barciela Tojeiro (Coordenador/ETN)	Pedro Francisco Dias Calheiros Boite (INB)
Nelson Ramos Nogueira Filho (INB)	Luiz Claudio Levy Cardoso
Gustavo Domingues Pereira (Nuclep)	Ruy Costa Ferreira Filho (Secretário)

## 5.2. CERTIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE

Administrar um fundo de pensão é uma tarefa que requer a especialização dos seus administradores: a Resolução CGPC nº 13 exige que os gestores tenham “competência técnica e gerencial compatível com a exigência legal e estatutária e com a complexidade das funções exercidas, em todos os níveis da administração da EFPC, mantendo-se os conselheiros, diretores e empregados permanentemente atualizados em todas as matérias pertinentes às suas responsabilidades”.

Todos os gestores, diretores e conselheiros do Núcleos são devidamente certificados e sua equipe tem reconhecida qualificação técnica. A implantação de um programa de certificação dos dirigentes, além de alinhar-se com as me-

lhores práticas de gestão, criou um novo paradigma de excelência técnica e gerencial dos fundos de pensão brasileiros, ao qual o Instituto já aderiu.

A certificação, além de ser uma obrigação legal, é um importante instrumento de qualificação dos profissionais das entidades de Previdência Complementar. As regras a respeito de certificações estão reguladas pela Resolução CNPC nº 19, de 30 de março de 2019, e pela Instrução Previc nº 13, de 28 de junho de 2019. A entidade investe no reconhecimento da qualificação técnica de seus profissionais e conselheiros.

O Instituto prima pela qualidade de seus serviços e participa das principais comissões da Abrapp – fontes mais relevantes de inovação e debates do setor. São elas:

EQUIPE NUCLEOS	COMISSÃO TÉCNICA - ABRAPP
Andreia Simões Lemos Alegre	Regional Sudeste – Assuntos Jurídicos
Fernando Martins Santos	Regional Sudeste – Contabilidade
Kenia Merheb Diniz	Regional Sudeste – Estratégias e Criação de Valor
Ítalo Jose da Silva	Regional Sudeste – Planos Previdenciários
Ruy Costa Ferreira Filho	Regional Sudeste – Investimentos

## 5.3. GESTÃO DA QUALIDADE

A ISO 9001:2015 é uma norma de gestão da qualidade que busca a padronização dos serviços do Núcleos e tem como objetivo melhorar a gestão do Instituto. A norma incentiva a qualidade dos processos da entidade, através da aplicação de importantes requisitos como: planejamento das atividades, definição de metas, implementação de planos de ação e relacionamento com clientes, fornecedores e colaboradores.

O Núcleos obteve sua primeira certificação em 2006 com a empresa certificadora Bureau Veritas Certification (BVC) e se re-certificou nos anos de 2009, 2012, 2015 e em 2018 na versão ISO 9001:2015. Assim como o Sistema de Gestão da Qualidade evoluiu nestes anos em que o Núcleos se certificou, passando da ISO 9001:2000 para a ISO 9001:2008 e, em 2018, para a ISO 9001:2015, o Instituto também evoluiu.

Passou da padronização inicial das atividades, da melhoria dos processos e da gestão dos resultados para o foco estratégico, garantindo, com isso, uma visão estratégica do negócio. Em todas as fases, a disseminação da cultura da qualidade no ambiente interno foi fundamental.

Todas essas etapas podem ser traduzidas em um melhor atendimento aos participantes e assistidos, na criação de um ambiente interno com envolvimento de todos os colaboradores, na redução do retrabalho e desperdício de tempo. Além disso, ao identificar, entender e gerenciar os processos inter-relacionados, pode-se contribuir com a eficácia e eficiência do Instituto, buscando sempre a melhoria contínua.

## 5.4. AUDITORIAS

### 5.4.1. Auditoria de gestão da qualidade

O Nucleos planeja, estabelece, implementa e mantém um programa de auditoria de gestão da qualidade que é realizado anualmente pela certificadora Bureau Veritas Certification – BVC e, semestralmente, por profissionais de auditoria da qualidade.

O Nucleos, que já adotava a abordagem dos riscos das suas atividades, ampliou a verificação desse requisito na versão 2015 da ISO 9001, que traz a “abordagem de riscos e oportunidades”, integrando em toda a norma o “pensamento baseado em risco”. Dessa forma, além da sua Matriz de Risco, construída anualmente pelo Nucleos, a auditoria verifica os riscos e oportunidades associados às nossas atividades considerando as questões externas e internas, as necessidades e expectativas das partes interessadas, e se estamos tomando ações para reduzir os efeitos indesejáveis dos riscos e aumentar os efeitos desejáveis das oportunidades.

No ano de 2020, atendemos a todos os requisitos e mantivemos a certificação obtida em 2018. Como o ciclo da certificação ISO 9001:2015 da gestão da qualidade dura três anos, em 2021 teremos a auditoria de recertificação com a auditoria de todos os processos do Nucleos.

### 5.4.2. Benefícios e Joia

É realizada a auditoria em todos os cálculos da joia dos participantes que aderem ao Plano Básico de Benefícios – PBB e nos benefícios concedidos aos participantes. Essa auditoria é realizada por empresa externa.

## 6. Gestão de Benefícios

### 6.1. INFORMAÇÕES GERENCIAIS SOBRE O PBB

O Plano Básico de Benefícios – PBB (CNPB nº 1979.0022-74) administrado pelo Nucleos é um plano na modalidade de benefício definido e

tem como empresas patrocinadoras a Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, a Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, a Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB e o próprio Instituto. Na definição dos custos é considerada a solidariedade entre todas as empresas.

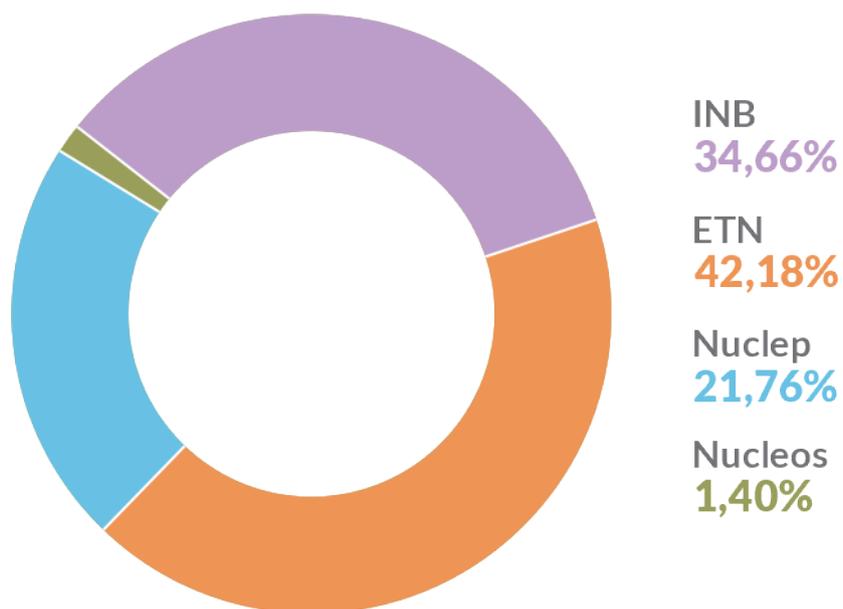
### 6.1.1. Participantes Ativos

No encerramento do exercício de 2020, o Nucleos contou com 2.845 participantes ativos, como demonstra o quadro abaixo (distribuição dos participantes ativos por patrocinadora e com a variação percentual em relação ao ano anterior):

PATROCINADORA	2019	2020	VARIAÇÃO ANUAL
INB	964	986	2,28%
ETN	1.232	1.200	-2,60%
NUCLEP	711	619	-12,94%
NUCLEOS	40	40	0,00%
<b>Total</b>	<b>2.947</b>	<b>2.845</b>	<b>-3,46%</b>

Observação: do total de 2.845 participantes em 2020, 22 são autopatrocinados (ex-colaboradores que optaram por manter o vínculo com o Nucleos, assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora) e 6 participantes estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

#### DISTRIBUIÇÃO DE PARTICIPANTES POR PATROCINADORA



## 6.1.2. Relação Participantes/Empregados

O percentual de adesão dos funcionários das patrocinadoras ao Plano Básico de Benefícios até dezembro de 2020 foi o seguinte:

PATROCINADORA	PARTICIPANTES	EMPREGADOS	ADESÃO
INB	982	1.171	83,86%
ELETRONUCLEAR	1.191	1.423	83,70%
NUCLEP	613	777	78,89%
NUCLEOS	31	34	91,18%
<b>Total</b>	<b>2.817</b>	<b>3.405</b>	<b>82,73%</b>

Observação: Do total de 2.845 participantes em 2020, 22 são autopatrocinados (ex-funcionários que optaram por manter o vínculo com o Nucleos, assumindo, além do pagamento de sua própria contribuição, aquela que seria de responsabilidade da patrocinadora) e 6 participantes estão aguardando o Benefício Proporcional Diferido.

### PERCENTUAL DE ADESÃO AO PLANO



**Total**

**82,73%**

**Nucleos**

**91,18%**

**Nuclep**

**78,89%**

**Eletronuclear**

**83,70%**

**INB**

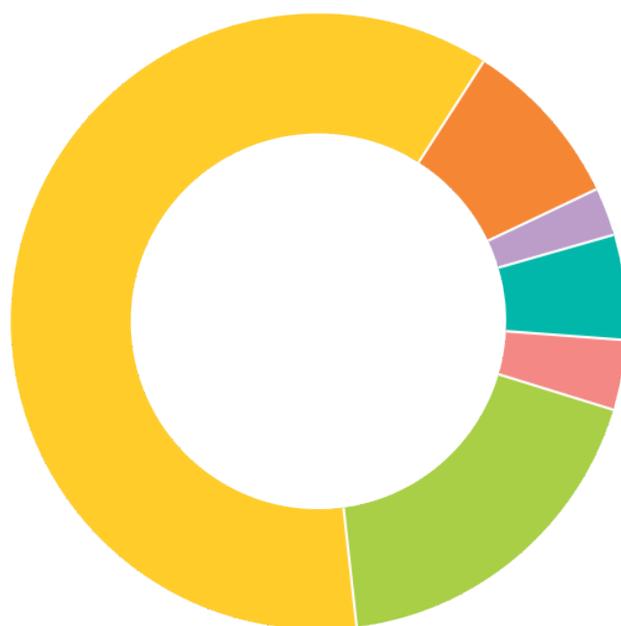
**83,86%**

### 6.1.3. Assistidos

Em 31 de dezembro de 2020, o número de benefícios pagos atingiu a posição de 1.974, o que significa um aumento de 2,33% em relação ao ano anterior.

TIPO DE BENEFÍCIO	2019	2020	VARIAÇÃO ANUAL
Tempo de Contribuição	1159	1200	3,54%
Especial	170	179	5,29%
Idade	50	51	2,00%
Invalidez	115	111	-3,48%
Auxílio-Doença	89	72	-19,10%
Pensão	346	361	4,34%
<b>Total</b>	<b>1.929</b>	<b>1.974</b>	<b>2,33%</b>

#### DISTRIBUIÇÃO DE ASSISTIDOS POR TIPO DE BENEFÍCIOS



Tempo de Contribuição  
**60,79%**

Especial  
**9,07%**

Idade  
**2,58%**

Invalidez  
**5,62%**

Auxílio-Doença  
**3,65%**

Pensão  
**18,29%**

## 6.2. AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial é o dimensionamento do volume de recursos necessários (contribuições) para o financiamento do compromisso (provisões) firmado entre a entidade (Nucleos) e o participante através do regulamento.

Em síntese, a avaliação atuarial consiste em calcular, de acordo com as premissas atuariais e o método de financiamento estabelecido em nota técnica atuarial, o valor atual necessário para a garantia dos benefícios prometidos de acordo com o regulamento do Plano Básico de Benefícios.

A avaliação atuarial anual de 2020 foi realizada pela Mirador, empresa de assessoria externa responsável pelos cálculos atuariais do Plano Básico de Benefícios administrado pelo Nucle-

os, de acordo com a metodologia determinada em nota técnica atuarial e em consonância com as Leis Complementares 108 e 109 de 29 de maio de 2001. Os dados cadastrais dos participantes foram fornecidos pelo Nucleos na data base de 30 de junho de 2020. Com base nesta avaliação atuarial, foi apurado o plano de custeio para vigorar no período de 01/04/2021 a 31/03/2022.

A íntegra do parecer atuarial elaborado pela Mirador encontra-se disponível neste Relatório Anual.

Mensalmente será verificada a equivalência entre os valores de contribuição normal efetivamente aportados pelos participantes e patrocinadores, procedendo-se aos ajustes financeiros necessários, de forma que a paridade contributiva seja observada.

## 7. Gestão Administrativa

### 7.1. POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO

O Nucleos trabalha para promover uma administração competente, que tenha como pilares para a gestão e a prestação de contas os interesses de seus públicos de relacionamento e as regras impostas pela legislação. Hoje, a prioridade é a satisfação dos interesses dos participantes e assistidos.

A atual administração do Nucleos tem plena

consciência de que sua atuação é de fundamental importância, sendo decisiva para minimizar, sensivelmente, os possíveis prejuízos decorrentes do risco inerente à gestão do patrimônio. O esforço, permanente, tem como foco a garantia do cumprimento das obrigações assumidas pela entidade.

O objetivo principal da estrutura, políticas, práticas e instrumentos de governança corporativa da entidade é garantir a confiabilidade, manter

a gestão sempre transparente aos participantes, patrocinadoras, colaboradores e demais públicos, direta e indiretamente impactados pela atuação de seus gestores.

Além de estrutura organizacional e ações com

alto nível de aderência às melhores práticas, a página na internet do Instituto ([www.nucleos.com.br](http://www.nucleos.com.br)) oferece acesso integral a um conjunto de documentos fundamentais para que participantes e demais públicos estratégicos conheçam em detalhes suas diretrizes de gestão:

- Estatuto do Nucleos
- Código de Ética
- Regulamento do Plano de Básico de Benefícios
- Coletânea de Normas
- Manual de Governança Corporativa
- Demonstrações Atuariais
- Demonstrações Contábeis
- Comunicados
- Informativos
- Políticas de Investimentos
- Manual de Investimentos
- Acompanhamento da Política de Investimentos
- Participação em Assembleias
- Estatísticas do Atendimento

Com isso, o Nucleos está sempre à procura de assegurar o bem-estar de seus participantes e familiares, agora e no futuro, promovendo uma

administração transparente e eficiente dos recursos dos seus planos de benefícios.

## 7.2. CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

O Código de Conduta e Ética do Nucleos é o conjunto ideal de normas de comportamento e de valores éticos compartilhados pelos integrantes dos órgãos estatutários, colegiados, dirigentes e funcionários do Instituto, e objetiva que o planejamento e execução das suas ações se deem não apenas de acordo com as normas legais, mas também com a ética e a moral que regem o dia a dia das pessoas e das instituições.

Alinhado com a cultura corporativa da entidade, o Código de Ética e Conduta do Nucleos foi atualizado no exercício de 2017 e está disponível para consulta no site [www.nucleos.com.br](http://www.nucleos.com.br). É dever de todos os profissionais da entidade conhecê-lo e compartilhá-lo.

## 7.3. SISTEMA CORPORATIVO – GESTÃO DE RISCOS

O Instituto trabalha para fortalecer e maximizar seus padrões de segurança com o objetivo de proteger seus negócios com eficácia e prudência, além de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos seus planos de benefícios. Persistindo no objetivo de aprimorar seus sistemas corporativos, o Nucleos intensificou as medidas para consolidar sua gestão integrada, o que garante transparência, rapidez e confiabilidade nas suas ações e informações. Por isso, monitora constantemente os riscos aos quais está exposto, de acordo com as melhores práticas do mercado e em linha com as recomendações de “supervisão baseada em risco” da Superintendência Nacional de Previdência

Complementar (Previc).

O gerenciamento de riscos insere-se no compromisso do Nucleos com a criação e preservação de valor aos seus participantes e assistidos, atuando de forma ética e em conformidade com os requisitos legais e regulatórios estabelecidos para seu ambiente interno e externo de atuação. Essa gestão deve auxiliar os tomadores de decisão a fazer escolhas conscientes, priorizar ações e distinguir entre formas alternativas de atuação.

As ações de resposta ao risco devem considerar as possíveis consequências de longo prazo para o Nucleos e devem ser priorizadas de acordo com a agregação ou preservação de valor aos participantes e assistidos, sempre em linha com a perpetuidade do Instituto.

### 7.3.1. Matriz de riscos

O Nucleos possui uma Matriz de Riscos que compreende seus principais riscos corporativos, baseados na sua probabilidade de ocorrência e na magnitude do seu impacto nos negócios do Instituto. Esta Matriz tem seus riscos revisados anualmente e as melhorias são implantadas através dos planos de ação.

A metodologia empregada é o RCSA – Risk and Control Self Assessment, de tal forma que os resultados refletem as percepções dos colaboradores do Instituto em relação aos riscos e controles.

A implementação do processo de gestão de riscos e controles utiliza a arquitetura elaborada pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO, e alguns

dos componentes dessa estrutura contemplam a identificação, mensuração e o tratamento dos riscos dos processos de uma entidade.

O COSO Enterprise Risk Management – Integrated Framework, em seu item 5, valida a metodologia qualitativa e a ferramenta de autoavaliação (impacto e frequência) de riscos e controles.

Vale destacar que a metodologia utilizada está alinhada com a ISO 31000:2009: norma internacional que tem como objetivo fornecer princípios e diretrizes abrangentes para auxiliar as organizações em suas análises e avaliações de riscos, e com a ISO 9001:2015: que entre suas principais mudanças é o estabelecimento de uma abordagem sistemática do risco.

Além disso, aplicamos o método ACBP© – Avaliação de Controles Baseada em Padrões©, por meio do qual é oferecido um conjunto de requisitos como base para a avaliação dos níveis de controle. Ao determinar um nível de padrão baseado em um conjunto de melhores práticas, o método ACBP© propicia ao Nucleos a oportunidade de comparar suas práticas de controle com padrões de mercado, identificando pontos de melhoria.

### 7.3.1.1. Mapeamento dos Processos

O Nucleos utiliza o mapeamento de processos como uma ferramenta gerencial que tem como objetivo identificar as informações, o fluxo, as partes envolvidas, capacidades, competências e recursos para atender todos os componentes necessários, fazendo com que todas as atividades do Instituto saiam conforme o planejado, com poucas alterações e sem problemas. A importância de mapear e controlar os processos do Nucleos é, portanto, indiscutível. Através

dessa técnica amadurecemos os negócios da entidade e encontramos caminhos para a evolução da organização e de sua gestão. Utilizamos a análise que o mapeamento promove para identificar problemas, priorizar os mais urgentes e entender a razão de estarem acontecendo.

Esta técnica adotada pelo Nucleos proporcionou a participação de todos os colaboradores na revisão, reestruturação e redesenho dos processos do Instituto, tendo como eixo o alinhamento entre estratégia, processos, pessoas e tecnologia e de forma substantiva à ampliação das boas práticas existentes e necessárias para um fundo de pensão. Através da Comissão do Sistema de Gestão de Qualidade do Nucleos, composta pelo gestor e por um representante de cada área do Instituto, são avaliados e revisados permanentemente todos os processos da entidade visando adequá-los às novas metas e desafios estabelecidos.

A experiência no mapeamento dos processos também facilitou a padronização das percepções sobre a avaliação de riscos e controles internos, bem como um maior conhecimento e integração dos colaboradores nas diversas atividades e ações do Instituto. Isto é, identificam-se oportunidades de melhorias importantes, deixando o Nucleos no caminho do aperfeiçoamento constante.

## 7.4. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas com a administração do Plano Básico de Benefícios no exercício de 2020, registradas no Plano de Gestão Administrativa – PGA, totalizaram R\$ 16.715 mil (Em 2019 – R\$ 17.042 mil). O detalhamento dessas despesas administrativas é apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Exercício de 2020				Exercício de 2019
	Administração Previdencial	Administração dos Investimentos	Total das Despesas Administrativas	% em relação ao total das despesas	Total das Despesas Administrativas
<b>Despesas Administrativas (PGA)</b>	<b>8.898</b>	<b>7.817</b>	<b>16.715</b>	<b>100,00</b>	<b>17.042</b>
Pessoal e encargos	6.149	5.453	11.602	69,40	11.338
Conselheiros	232	206	438	2,62	440
Dirigentes	1.377	1.221	2.598	15,54	2.614
Pessoal próprio	4.506	3.996	8.502	50,86	8.182
Estagiários	34	30	64	0,38	102
<b>Treinamentos, congressos e seminários</b>	<b>18</b>	<b>16</b>	<b>34</b>	<b>0,20</b>	<b>129</b>
<b>Viagens e estadias</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>20</b>	<b>0,12</b>	<b>126</b>
<b>Serviços de terceiros</b>	<b>1.447</b>	<b>1.209</b>	<b>2.656</b>	<b>15,89</b>	<b>2.747</b>
Informática	692	614	1.306	7,81	1.216
Consultoria atuarial	260	-	260	1,56	280
Pessoal terceirizado	116	103	219	1,31	213
Consultoria jurídica	107	95	202	1,21	320
Consultoria em investimentos	-	191	191	1,14	182
Comunicação (assessoria/consultoria)	74	66	140	0,84	145
Auditoria contábil	74	66	140	0,84	137
Controles internos (assessoria/consultoria)	31	28	59	0,35	68
Auditoria de benefícios e joia	41	-	41	0,25	100
Recursos humanos (assessoria/consultoria)	20	17	37	0,22	40
Demais serviços de terceiros	32	29	61	0,36	46
<b>Despesas gerais</b>	<b>541</b>	<b>480</b>	<b>1.021</b>	<b>6,11</b>	<b>1.355</b>
Aluguel (imóvel sede - uso próprio)	220	195	415	2,48	478
Condomínio e taxas	98	87	185	1,11	220
Contribuições associações/sindicatos	49	43	92	0,55	87
Telefone	35	32	67	0,40	72
Seguros	35	30	65	0,39	66
Serviços gráficos e de impressão/cópias	33	29	62	0,37	77
Energia elétrica	21	19	40	0,24	58
Correios (serviços postais)	9	9	18	0,11	72
Material de consumo	8	8	16	0,10	67
Despesas de cartório	8	7	15	0,09	38
Demais despesas gerais	25	21	46	0,27	120
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>160</b>	<b>142</b>	<b>302</b>	<b>1,81</b>	<b>233</b>
<b>Tributos</b>	<b>572</b>	<b>508</b>	<b>1.080</b>	<b>6,47</b>	<b>1.114</b>
PIS e Cofins	425	377	802	4,80	837
TAFIC - Taxa de fiscalização e controle (Previc)	127	113	240	1,44	240
Imposto predial - IPTU	20	17	37	0,22	36
Demais tributos	-	1	1	0,01	1

As despesas administrativas em 2020 representam 0,45% dos recursos garantidores do PBB (em 2019 – 0,47%) e 0,40% do ativo total do Instituto (em 2019 – 0,42%), no final do exercício.

O limite para a transferência de recursos para o custeio administrativo da entidade é de 1% dos recursos garantidores do PBB.

## 8. Comunicação

A comunicação é vital num modelo de governança moderno. As estratégias desta área da instituição buscam aprimorar o relacionamento e aproximar cada vez mais os participantes do Instituto.

Todos os veículos de comunicação (site, portal Saber e Poupar, informativos eletrônicos: Nuclin Express e comunicados) foram desenvolvidos de forma a manter o participante sempre bem informado – o que contribui para o fortalecimento dos vínculos de confiança e reforça o compromisso do Núcleo de atender com eficácia as necessidades dos seus públicos de relacionamento. A busca pela linguagem mais clara, simples e direta é a principal preocupação do Instituto.

Pelo dever de informar tudo o que acontece dentro do Instituto e no setor, as publicações levantaram os principais assuntos discutidos no referido ano na esfera dos fundos de pensão, na área econômica e do próprio Núcleo. Dentre as publicações destaca-se a criação do “Nuclin Express – Edição Especial/ Panorama dos Investimentos”, um resumo dos números

do Instituto no mês em curso buscando utilizar sempre uma linguagem simples, direta e de fácil compreensão.

As ações de comunicação têm como objetivo proporcionar aos participantes, ativos e assistidos – além dos dirigentes das patrocinadoras, membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, governo e demais públicos de interesse mapeados em nossa matriz – condições de acompanhar, com transparência e equidade, a gestão da entidade e seu plano.

A comunicação contribui para o fortalecimento das relações. Por meio dela, constroem-se vínculos. Informação relevante e com veracidade, transparência e tempestividade são orientadores estratégicos de comunicação no Núcleo.

Ressaltamos aqui a importância de que cada participante mantenha o seu e-mail atualizado no cadastro. Só assim é possível garantir que as mensagens cheguem aos endereços eletrônicos de todos os participantes que possuem e-mail no cadastro do Instituto.



**4** edições do Nuclín Express

**79.345**  
visualizações de página no site

**6** edições do Nuclín Express  
Panorama dos Investimentos

**55** notícias no site

**4** edições do Nuclín Gerencial

**34** comunicados

Relatório Anual  
**2019**

**9** comunicados da Eleição C. Fiscal

## 9. Relacionamento com o Participante

O Nucleos acredita que manter um relacionamento cada vez mais próximo e transparente é essencial para aumentar a satisfação dos participantes, assistidos e patrocinadoras. Por isso, a entidade disponibiliza diversos canais de relacionamento que buscam manter seus públicos sempre bem informados e atender com eficiência todos os contatos recebidos diariamente.

O atendimento requer uma série de ações que vão além da cordialidade, simpatia ou presteza nas informações, aliás, práticas estas que são inerentes a esse serviço. Por não entregar um bem tangível, um dos fatores imprescindíveis neste contexto é a confiança do participante não apenas nos serviços ou produtos, mas também nos profissionais e, principalmente, na entidade.

### 9.1. CANAIS DE ATENDIMENTO

Para atender plenamente o participante com eficiência e qualidade, o Nucleos disponibiliza vários canais de atendimento. São eles:

#### CORRESPONDÊNCIA

Carta, fax e telegrama são utilizados para o envio de correspondência e documentos de interesse dos participantes.

**Endereço:** Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Sul, Centro - RJ - CEP: 20031-919

#### ELETRÔNICO

O atendimento eletrônico é realizado por meio do site da entidade (acesso restrito ou fale conosco) e e-mails. Possibilita serviços e consultas disponíveis para acesso eletrônico, bem como envio de dúvidas, reclamações e sugestões ao Instituto.

**E-mail:** atendimento@nucleos.com.br

## PRESENCIAL

Atendimento ao participante na sede do Núcleo em espaço personalizado e individualizado.

Horário de Atendimento: de segunda à sexta, de 8h às 17h

\*Devido à pandemia provocada pelo novo coronavírus, o atendimento presencial foi suspenso temporariamente em março de 2020.

## TELEFÔNICO

Por meio de quatro números de telefone amplamente divulgados, permite o esclarecimento de dúvidas sobre o plano e serviços oferecidos pela entidade, e ainda o encaminhamento de reclamações, dúvidas ou solicitações.

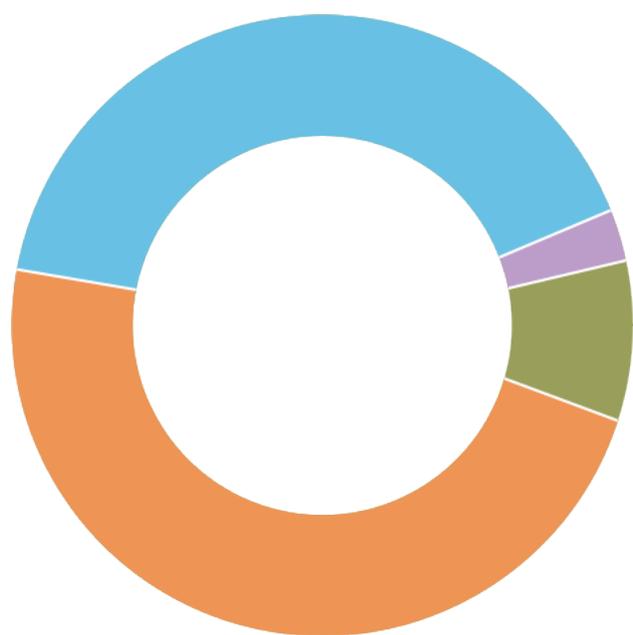
Telefones: 0800-024-1997 / 21 2173-1410 / 21 2173-1492 / 21 2173-1493

E também há os atendimentos especializados, direcionados a públicos específicos.

## 9.2. ESTATÍSTICAS DE ATENDIMENTO

Durante o ano de 2020 foram realizados 12.377 atendimentos por meio dos diversos canais de relacionamento do Núcleo, sem contabilizar os acessos – que podem ser realizados a qualquer hora – por meio do Autoatendimento no site do Instituto

É importante destacar que, por meio da pesquisa realizada com 10% das pessoas que entram em contato com o Instituto por telefone, o Núcleo mede mensalmente o grau de satisfação dos participantes com o atendimento e com a comunicação da entidade. Em relação aos atendimentos pessoais, se o participante quiser, o mesmo preenche o formulário de pesquisa. A partir desse relatório, o Núcleo traça ações para consolidar, corrigir ou melhorar o que aponta os resultados das pesquisas.



Telefone  
**41,04%**

Pessoalmente  
**2,60%**

Correspondência  
**8,40%**

E-mail  
**47,96%**



# Gestão de Investimentos



## 10. Considerações Sobre a Rentabilidade no ano de 2020

Iniciamos o ano de 2020 otimistas com o crescimento da economia brasileira em um cenário de menores taxas de juros, entretanto, fomos surpreendidos com uma crise de saúde global.

Foi um ano que certamente marcou a vida das pessoas de diversas maneiras, tanto pela perspectiva da saúde física e mental quanto no universo de investimentos.

Vivenciamos momentos de forte incerteza, que contaminaram os ativos financeiros negativamente.

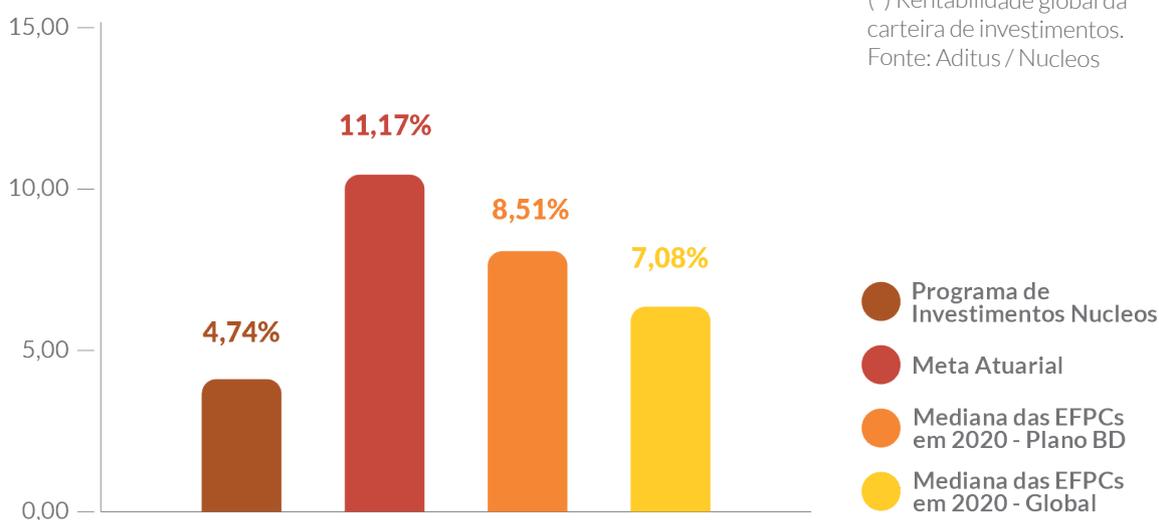
O ano ficou marcado por uma combinação de dias de forte estresse nos mercados, diante de

todas as incertezas trazidas pela pandemia, com outros de empolgação latente dos investidores, animados com a liquidez abundante, os juros baixos e as notícias relacionadas à vacina.

Diante desse complexo cenário, o Nucleos encerrou 2020 com uma rentabilidade positiva de 4,74%\* ante uma meta atuarial de 11,17%.

Apesar do saldo positivo dos investimentos, o Instituto fechou o ano com déficit acumulado de R\$ 64,3 milhões, muito por conta da meta atuarial bem acima da taxa de juros e da constituição de reservas que obedece a diversas premissas atuariais, com impacto relevante no resultado.

### PROGRAMA DE INVESTIMENTOS NUCLEOS vs EFPCs Rentabilidade acumulada em 2020



Abaixo, quadro com a rentabilidade dos principais ativos financeiros e a meta atuarial do Nucleos.

	2019	2020
CDI	5,95%	2,76%
Dólar Ptax Venda	4,02%	28,93%
Ibovespa	31,58%	2,92%
IMA-B	22,98%	6,41%
Meta Atuarial	10,15%	11,17%

**CDI** – Taxa média diária utilizada como referencial para o custo do dinheiro no mercado interbancário. Essa taxa também é utilizada como referencial para avaliar a rentabilidade das aplicações em fundos de investimento.

**DÓLAR PTAX VENDA** – Cotação do dólar calculada pelo Banco Central do Brasil através da média ponderada do fechamento do câmbio dos negócios realizados no mercado interbancário.

**IBOVESPA** – Indicador do desempenho médio das ações das principais empresas negociadas na

Bolsa de Valores de São Paulo. Mais importante indicador do comportamento do mercado acionário no Brasil.

**IMA-B** – Índice de Mercado Anbima categoria B é um índice baseado em uma carteira teórica composta por Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-Bs), que são títulos públicos que remuneram o investidor com uma taxa de juros pré-fixada + a variação do IPCA no período.

**META ATUARIAL** – A meta atuarial é a rentabilidade mínima que os fundos devem alcançar para garantir que seus beneficiários recebam suas aposentadorias, corrigidas pela inflação, sem comprometer o equilíbrio do plano. A meta atuarial é composta pela taxa de juros conjugada com o índice de inflação (INPC).

**INPC** – Índice de inflação calculado pelo IBGE nas 11 regiões de maior produção econômica entre famílias com rendimento mensais compreendidos entre 1 e 5 salários-mínimos.

**JUROS** – Taxa de juros real adotada pelo plano de benefícios.

## 11. Política de Investimentos

A Política de Investimentos apresenta a descrição das principais práticas e diretrizes para os investimentos a serem implementadas ao longo de cinco anos. Ela obedece aos parâmetros definidos nas regulamentações pertinentes às Entidades Fechadas de Previdência Complementar, estabelecidas no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC), do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As Políticas de Investimentos do Plano Básico de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa do Nucleos para o período de 2021 a 2025 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 14 de dezembro de 2020 e revisadas em 27 de janeiro de 2021, e sua íntegra está disponibilizada em nosso website.

Conforme determina a Resolução CNPC nº 30/2018, a parcela de juros que compõe a meta atuarial juntamente com o INPC, ou seja, a taxa de juros real anual, corresponderá ao valor esperado da rentabilidade futura de seus

investimentos, conforme estudo de convergência da taxa de juros elaborado pelo atuário, sendo que a EFPC poderá adotar taxa de juros real anual sem necessidade de prévia autorização da Previc, desde que seu valor esteja no intervalo compreendido entre 70% (setenta por cento) da taxa de juros parâmetro e 0,4% a.a. (quatro décimos por cento ao ano) acima da taxa de juros parâmetro, conforme Instrução Previc nº 10/2018.

A Taxa de Juros Parâmetro em vigor, conforme especificações da Portaria Previc nº 337/2020, é calculada de acordo com a Estrutura a Termo de Taxa de Juros Média e atualizada anualmente.

Com base em estudo elaborado pela empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., para o exercício de 2021 o Instituto adotará a taxa real anual de juros de 5,23% ao ano.

## 12. Alocação de Investimentos

### 12.1. ESTUDO DE MACROALOCAÇÃO DE ATIVOS

A metodologia empregada é o Asset Liability Management – ALM. O estudo de ALM permite a projeção da posição financeira do plano com a carteira atual e tem o objetivo de encontrar um conjunto de carteiras teóricas que maximizem a relação entre o retorno dos investimentos, considerando a necessidade de cobertura do passivo. A evolução do ativo foi feita através da simulação de cenários macroeconômicos aplicados às classes de ativos que representam as opções de investimentos do plano. O passivo foi projetado levando-se em conta as hipóteses adotadas nos cálculos atuariais que servem de base para a definição do plano de custeio (instrumento que define as contribuições necessárias para o pagamento de todas as aposentadorias e pensões até a data estimada do pagamento do último benefício devido).

O processo de macroalocação, norteador pelo equilíbrio do plano de benefícios, permite definir onde aplicar os recursos do plano, considerando os cenários macroeconômicos dos investimentos, as relações de risco e retorno das diversas classes de ativos e das características do passivo atuarial. Dessa forma, também,

orienta as decisões de alocações estratégicas, fornecendo metas e níveis de alocação entre segmentos e classes de ativos.

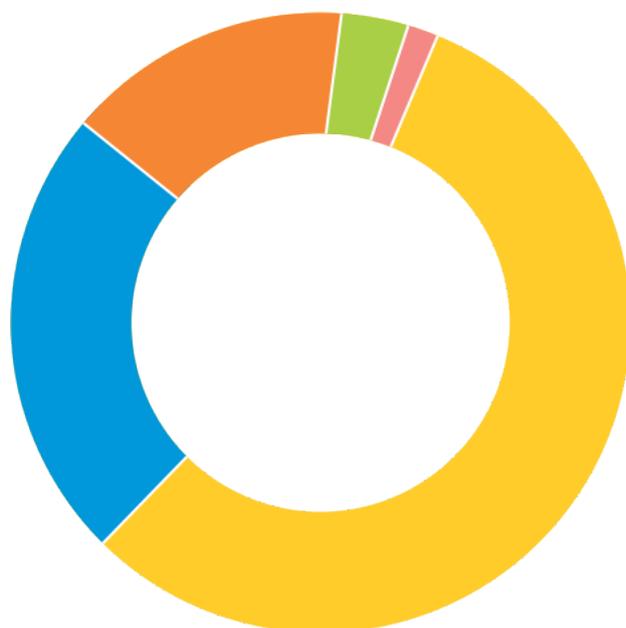
O estudo de ALM do Nucleos foi elaborado pela Aditus Consultoria Financeira Ltda.

A base dos cenários construídos é a reunião das seguintes informações: expectativas divulgadas pelo Relatório Focus, utilizadas para o curto prazo; expectativas de mercado, para o médio e longo prazos, e premissas sobre as diversas classes de ativos, baseadas no comportamento histórico do mercado brasileiro.

As fontes de dados utilizadas no estudo foram: Sistema Econômica (séries históricas de indicadores); Bloomberg (séries históricas); Indicadores econômicos do Bacen (projeções macroeconômicas); Indicadores econômicos MCM Consultoria (projeções macroeconômicas); Curvas de juros de mercado da B3 e base de dados dos fundos da CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Os dados sobre volatilidade e correlação dos diversos fatores de risco também são baseados na observação das séries históricas desses mesmos fatores de risco utilizando as fontes acima descritas.

## 12.2. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS



Renda variável

**37,10%**

Investimentos Estruturados

**14,85%**

Imóveis

**1,42%**

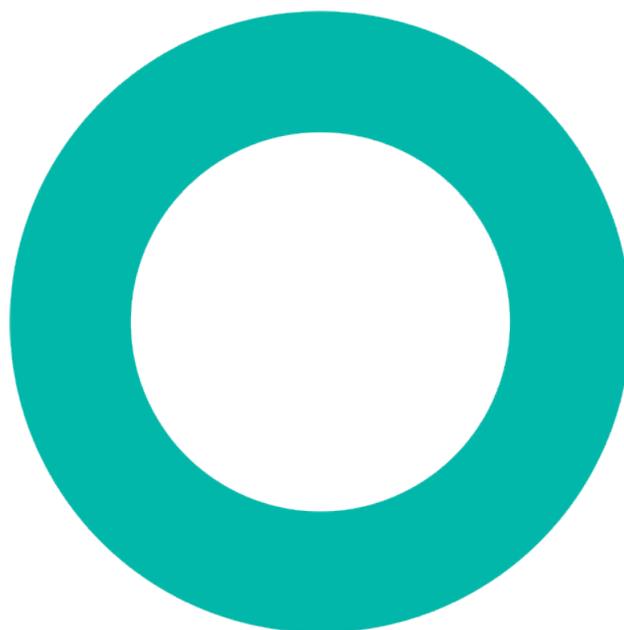
Empréstimos

**0,40%**

Renda Fixa

**46,23%**

### 12.2.1. Plano de Gestão Administrativa



Renda fixa

**100%**

## 12.3. FUNDOS

A gestão dos fundos do Nucleos é realizada por gestores externos, selecionados com base no “Manual de Investimentos – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços”, documento esse desenvolvido internamente, recomendado pelo Comitê

Consultivo de Investimentos – CCI, aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo – CD e disponível para consulta no website do Instituto.

O Nucleos é cotista dos seguintes fundos de investimentos, distribuídos em Renda Variável, Renda Fixa e multimercado do segmento Estruturado:

Investimento	Gestor	Segmento	Modalidade
Nucleos I Occam FIM	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos II FI Renda Fixa Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos III Occam FIA	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	Exclusivo
Nucleos IV BNP Paribas FIA	BNP Paribas Asset Management Brasil	Renda Variável	Exclusivo
Nucleos V SulAmerica ALM Fundo de Investimento RF LP	Sul América Investimentos Gestora de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	Exclusivo
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Bahia Asset Management	Renda Fixa	Exclusivo
Moat Capital FIC FIA	Moat Capital	Renda Variável	Não Exclusivo
Neo Navitas FIC FIA	Neo Gestão de Recursos	Renda Variável	Não Exclusivo
Franklin Valor e Liquidez FVL FIA	Franklin Templeton Investimentos	Renda Variável	Não Exclusivo
Vinci Mosaico FIA	Vinci Equities Gestora de Recursos	Renda Variável	Não Exclusivo
Sul América Equities FIA	Sul América Investimentos Gestora de Recursos	Renda Variável	Não Exclusivo
BNP Paribas Small Caps FIA	BNP Paribas Asset Management Brasil	Renda Variável	Não Exclusivo
4UM Marlim Dividendos FIA	4UM Gestão de Recursos	Renda Variável	Não Exclusivo
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	Ibirapuera Performance Investimentos	Estruturado	Não Exclusivo
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Ibiuna Equities Gestão de Recursos Ltda	Estruturado	Não Exclusivo
Exploritas Alpha America Latina FIC FIM	Exploritas Administração Financeira	Estruturado	Não Exclusivo
Absolute Vertex II FIC FIM	Absolute Gestão de Investimentos	Estruturado	Não Exclusivo
Energia PCH FIP	Vinci Partners	Estruturado	Não Exclusivo
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	Não Exclusivo

Em fevereiro de 2020, o Nucleos adquiriu cotas dos fundos de Ações não exclusivo BNP Paribas Small Caps e 4UM Marlin Dividendos FIA.

### 12.3.1. Informações sobre os Fundos

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Benchmark	B-VAR	Taxa de Gestão	Taxa de Administração e Custódia	Taxa de Performance
Nucleos I Occam FIM	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	(CDI + 1,00% a.a.)	2,00%	0,50% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder (CDI + 1,00% a.a.)
Nucleos II FI Renda Fixa Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	CDI	0,50%	0,03% a.a.	0,0085% a.a.	NA
Nucleos III Occam FIA	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 2,00% a.a.	6,00%	0,34% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder Ibovespa + 2,00% a.a.
Nucleos IV BNP Paribás FIA	BNP Paribas Asset Management Brasil	Renda Variável	Ibovespa	2,50%	0,17% a.a.	0,0085% a.a.	NA
Nucleos V SulAmérica ALM Fundo de Investimento RF LP	Sul América Investimentos Gestora de Recursos	Renda Fixa	NTN-B 2040 - 15,00%; NTN-B 2045 - 23,56%; NTN-B 2050 - 23,49%; NTN-B 2055 - 37,95%.	3,00%	0,20% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	NTN-B 2040 - 15,00%; NTN-B 2045 - 23,56%; NTN-B 2050 - 23,49%; NTN-B 2055 - 37,95%.	3,00%	0,10% a.a.	0,0085% a.a.	20,00% s/ o que exceder 100,00% do Benchmark
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Bahia Asset Management	Renda Fixa	(CDI + 1,00% a.a.)	2,00%	0,40% a.a.	0,0085% a.a.	NA
Moat Capital FIC FIA	Moat Capital	Renda Variável	Ibovespa + 3,00% a.a.	12,00%	2,00% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do Ibovespa
Neo Navitas FIC FIA	Neo Gestão de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 3,00% a.a.	12,00%	1,3000%		20,00% s/ o que exceder 100,00% do Ibovespa
Franklin Valor e Liquidez FVL FIA	Franklin Templeton Investimentos	Renda Variável	Ibovespa + 3,00% a.a.	12,00%	2,00% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do Ibovespa
Vinci Mosaico FIA	Vinci Equities Gestora de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 3,00% a.a.	12,00%	2,00% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do Ibovespa
Sul América Equities FIA	Sul América Investimentos Gestora de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 3,00% a.a.	12,00%	1,50% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do Ibovespa
BNP Paribas Small Caps FIA	BNP Paribas Asset Management Brasil	Renda Variável	SMLL	12,00%	2,00% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do SMLL
4UM Marlim Dividendos FIA	4UM Gestão de Recursos	Renda Variável	Ibovespa + 2,00% a.a.	12,00%	2,00% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do Ibovespa
Exploritas Alpha America Latina FIC FIM	Exploritas Administração Financeira	Estruturado	CDI + 2,50% a.a.	NA	2,00% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	Ibiuna Equities Gestão de Recursos Ltda	Estruturado	CDI + 1,50% a.a.	NA	2,00% a.a.		25,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Benchmark	B-VAR	Taxa de Gestão	Taxa de Administração e Custódia	Taxa de Performance
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Ibiúna Gestão de Recursos	Estruturado	CDI + 2,50% a.a.	NA	2,00% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Absolute Vertex II FIC FIM	Absolute Gestão de Investimentos	Estruturado	CDI + 2,50% a.a.	NA	1,90% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do CDI
Energia PCH FIP	Vinci Partners	Estruturado	NA	NA	1,75% a.a.		20,00% s/ o que exceder 100,00% do IGP-M + 10% a.a.
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	NA	NA	0,19% a.a.		NA
Carteira Própria - Imóveis	Nucleos	Imóveis	INPC + 6,06% a.a.	NA	NA	NA	NA
Carteira Própria - Empréstimo	Nucleos	Empréstimos	INPC + 6,06% a.a.	NA	NA	NA	NA

O B-VaR – (Benchmark VaR) é muito utilizado no controle do risco de mercado. O B-VaR atua como ferramenta de controle de risco de mercado ao qual um portfólio está exposto. Ele é entendido como uma medida da diferença entre o retorno do fundo ou carteira em relação ao retorno para o benchmark definido (índice de referência).

### 12.3.2. Composição dos Fundos Exclusivos

ALOCAÇÃO	NUCLEOS I	NUCLEOS II	NUCLEOS III	NUCLEOS IV	NUCLEOS V	NUCLEOS VI	NUCLEOS VIII
Titulo Públicos	71,58%	100,00%	5,26%	6,65%	100,00%	100,00%	85,26%
Cotas de Fundos	6,78%	0	0	0	0	0	14,74%
Ações	21,64%	0	94,74%	93,35%	0	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>100,00%</b>						



### 12.3.3. Performance dos Fundos

Fundo de Investimento	Gestor	Segmento	Rentabilidade Líquida	Benchmark
Nucleos I Occam FIM	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Fixa	3,53%	3,78%
Nucleos II FI Referenciado DI	Bradesco Asset Management	Renda Fixa	2,69%	2,76%
Nucleos III Occam FIA	Occam Brasil Gestão de Recursos	Renda Variável	8,12%	4,97%
Nucleos IV BNP Paribás FIA	BNP Paribas Asset Management Brasil	Renda Variável	3,24%	2,92%
Nucleos V SulAmerica ALM Fundo de Investimento RF LP	Sul América Investimentos Gestora de Recursos	Renda Fixa	1,24%	4,38%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Icatu Vanguarda Administração de Recursos	Renda Fixa	5,94%	4,38%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Bahia Asset Management	Renda Fixa	1,94%	3,78%
Moat Capital FIA	Moat Capital	Renda Variável	8,11%	5,99%
Neo Navitas FIC FIA	Neo Gestão de Recursos	Renda Variável	4,49%	5,99%
Franklin Valor e Liquidez FVL FIA	Franklin Templeton Investimentos	Renda Variável	-6,08%	5,99%
Vinci Mosaico FIA	Vinci Equities Gestora de Recursos	Renda Variável	3,47%	5,99%
Sul América Equities FIA	Sul América Investimentos Gestora de Recursos	Renda Variável	-12,58%	5,99%
BNP Paribas Small Caps FIA	BNP Paribas Asset Management Brasil	Renda Variável	-5,90%	-1,10%
4UM Marlim Dividendos FIA	4UM Gestão de Recursos	Renda Variável	-5,22%	6,52%
Exploritas Alpha America Latina FIC FIM	Exploritas Administração Financeira	Estruturado	-27,14%	5,31%
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	Ibirapuera Performance Investimentos	Estruturado	0,71%	4,28%
Ibiuna Hedge STH FIC FIM	Ibiuna Equities Gestão de Recursos Ltda	Estruturado	15,53%	5,31%
Absolute Vertex II FIC FIM	Absolute Gestão de Investimentos	Estruturado	3,82%	5,31%
Energia PCH FIP	Vinci Partners	Estruturado	12,40%	11,84%
CRT FIP	Oliveira Trust	Estruturado	10,02%	11,84%

### 12.4. FUNDOS DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES (FIP)

Os Fundos de Investimento em Participações (FIP) representam aplicações efetuadas nos fundos CRT FIP e Energia PCH FIP.

O Fundo de Investimento em Participações – CRT é gerido e administrado pela Oliveira Trust. O Nucleos possui 100,00% do patrimônio líquido do CRT FIP que, por sua vez,

em 31/12/2020, possuía 98,26% de seus ativos compostos por investimentos na Concessionária Rio-Teresópolis S.A. O FIP possui 11,02% do capital total da empresa.

O Fundo de Investimento em Participações – Energia PCH FIP é gerido pela Vinci Partners e administrado pelo Santander Caceis Brasil DTVM S.A. O Nucleos possui 0,73% do patrimônio líquido do Energia PCH que, por sua vez, tem 97,96% de seus ativos compostos por

investimentos na Hydria Participações e Investimentos S.A. (antiga Juruena Participações S.A.)

#### 12.4.1. Concessionária Rio-Teresópolis – CRT

Foi efetuada nova precificação da empresa Concessionária Rio-Teresópolis – CRT. Para tanto, o administrador fiduciário, Oliveira Trust, contratou a empresa Alvarez & Marsal para fazer a avaliação econômico-financeira. A nova precificação estabeleceu o valor de R\$ 882,534 milhões para a empresa, o que impactou positivamente no valor da cota do CRT-FIP, representando um ganho de 7,44% em dezembro.

O Nucleos está desenquadrado em relação à Resolução CMN nº 4.661 por deter 100,00% das cotas desse FIP, adquiridas em 2003, quando o limite legal é de 25%. Para se enquadrar aos limites legais, o Instituto intensificou o processo de ofertas públicas, passando de semestrais (até 2012) para trimestrais, a partir de 2013. As ofertas são feitas através de leilões eletrônicos da Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos. Apesar de

ampla divulgação, até o último leilão, realizado em novembro de 2020, não houve interessados na aquisição da parte excedente ao limite legal.

#### 12.4.2. Energia PCH FIP

Trata-se de investimento realizado em agosto de 2004. A cotação do FIP é disponibilizada pelo administrador sempre no último dia do mês.

### 12.5. EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

A rentabilidade apurada foi de 13,43%, superior ao seu benchmark (INPC + 6,06%), de 11,84%. Em dezembro de 2020 esse segmento alocava recursos na ordem de R\$ 14.895 mil.

### 12.6. IMÓVEIS

A rentabilidade da carteira de imóveis foi negativa em 5,23%, inferior ao seu benchmark, de 11,84% (INPC + 6,06%). Essa fraca performance é novamente atribuída aos reflexos da crise econômica pela qual passou e ainda está passando o estado do Rio de Janeiro e o próprio País.

Em milhares de Reais

Descrição	Data da última avaliação	Valor da última avaliação	Valor contábil em (31/12/2020)
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	dez/20	10.079	10.079
Rua Victor Civita, 66 - bl.01 - sala 502	dez/20	3.302	3.302
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	dez/20	9.170	9.170
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	dez/20	9.170	9.170
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	dez/20	18.711	18.711
<b>TOTAL</b>			<b>50.432</b>

## 13. Serviço de Suporte

### 13.1. AGENTE CUSTODIANTE / ADMINISTRADOR

Banco Bradesco S.A. – Efetua guarda dos títulos, liquidação física e financeira das operações, além de prover serviços de controladoria e compliance.

A BEM DTVM segue como administrador fiduciário, cumprindo, dentre outras atribuições, a de acompanhar se as operações realizadas pelos nossos gestores estão em conformidade com as cláusulas contratuais e com as práticas de mercado.

### 13.2. CONSULTORIA MACROECONÔMICA

MCM Consultoria Macroeconômica – Presta serviços na área de estudos macroeconômicos, com avaliação de cenários, análises setoriais, entre outros.

### 13.3. CONSULTORIA DE RISCO

Aditus – Presta serviço de monitoramento contínuo das carteiras de investimentos considerando a avaliação da performance dos ativos, dos riscos de mercado, liquidez, crédito e do enquadramento dos investimentos, entre outros.

### 13.4. BASE DE DADOS

Economática – Serviços de transmissão, via linha telefônica, de sinal decodificável por modem, de informações sobre balanços, composição acionária e de produtos, notícias, cotações proventos e assembleias de empresas negociadas em bolsa de valores do Brasil.

### 13.5. SERVIÇO DE ALM

Aditus Consultoria Financeira – Serviço de elaboração de estudo para identificar a alocação entre os segmentos de investimentos que permita melhor relação entre retorno e cobertura do passivo atuarial.



## 14. Despesas com a Gestão dos Investimentos

As despesas com a gestão dos investimentos do Plano Básico de Benefícios em 2020 são apresentadas no quadro a seguir. Essas despesas não incluem as apresentadas no título DESPESAS ADMINISTRATIVAS (pág. 24/25).

Em milhares de Reais

Descrição	Exercício de 2020		Exercício de 2019
	Total das Despesas	% em relação ao total das despesas	Total das Despesas
<b>1. Despesas com a gestão dos investimentos (2+3+4)</b>	<b>15.498</b>	<b>100,00</b>	<b>12.713</b>
<b>2. Gestão própria (2.1 + 2.2 + 2.3)</b>	<b>1.037</b>	<b>6,70</b>	<b>1.582</b>
<b>2.1. Investimentos imobiliários</b>	<b>1.020</b>	<b>6,58</b>	<b>1.526</b>
Condomínio e taxas	700	4,52	1.212
Impostos e taxas	280	1,81	278
Seguros	19	0,12	18
Consultoria imobiliária	14	0,09	7
Demais despesas	7	0,04	11
<b>2.2 Empréstimos a participantes (despesas deduzidas das receitas)</b>	<b>(39)</b>	<b>-0,25</b>	<b>54</b>
Consultoria jurídica	70	0,45	80
Despesas judiciais	6	0,04	6
Recuperação de despesas com ações judiciais (receita)	(115)	-0,74	(32)
<b>2.3 Outros investimentos (créditos de ações judiciais)</b>	<b>57</b>	<b>0,37</b>	<b>2</b>
Despesas judiciais/outras	57	0,37	2
<b>3. Gestão terceirizada (*)</b>	<b>13.742</b>	<b>88,67</b>	<b>10.449</b>
Gestão	6.556	42,30	6.161
Corretagem	3.432	22,14	1.387
Performance	1.913	12,34	2.048
Tributos (IOF)	955	6,16	-
Taxas (CVM, Cetip, Selic, CBLC, Anbima)	658	4,25	579
Administração	147	0,95	206
Auditoria	38	0,25	32
Demais despesas	43	0,28	36
<b>4. Custódia, taxas e emolumentos</b>	<b>719</b>	<b>4,63</b>	<b>682</b>

(\*) Despesas debitadas diretamente do patrimônio dos fundos de investimento.

# 15. Informações Gerais

## 15.1. CARTEIRA GLOBAL DE INVESTIMENTOS

### PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

#### RECURSOS GARANTIDORES DO PBB

Em milhares de Reais

Descrição	2020	(%)	2019	(%)
<b>Renda Fixa</b>	<b>1.897.250</b>	<b>50,77</b>	<b>1.931.909</b>	<b>53,00</b>
Quotas de Fundos de Renda Fixa	872.668	23,35	668.035	18,33
Quotas de Fundos de Multimercado	1.024.582	27,42	1.263.874	34,67
<b>Renda Variável</b>	<b>1.217.220</b>	<b>32,57</b>	<b>1.116.496</b>	<b>30,63</b>
Quotas de Fundos de Investimento	1.217.220	32,57	1.116.496	30,63
<b>Investimento Estruturado</b>	<b>554.883</b>	<b>14,85</b>	<b>525.267</b>	<b>14,41</b>
Quotas de Fundos de Investimento em Participações	104.440	2,79	94.816	2,60
Quotas de Fundos de Multimercado	450.443	12,05	430.450	11,81
<b>Investimento Imobiliários</b>	<b>50.520</b>	<b>1,35</b>	<b>53.647</b>	<b>1,47</b>
<b>Empréstimos aos Participantes</b>	<b>14.895</b>	<b>0,40</b>	<b>15.245</b>	<b>0,42</b>
<b>Outros</b>	<b>2.476</b>	<b>0,07</b>	<b>2.425</b>	<b>0,07</b>
Total dos Investimentos	3.737.245	-	3.644.988	-
<b>(+) Disponível</b>	<b>32</b>	<b>0,00</b>	<b>460</b>	<b>0,01</b>
<b>(-) Exigibilidade dos Investimentos</b>	<b>-335</b>	<b>-0,01</b>	<b>-296</b>	<b>-0,01</b>
<b>(=) Total dos Recursos</b>	<b>3.736.941</b>	<b>100,00</b>	<b>3.645.152</b>	<b>100,00</b>

### PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

#### RECURSOS GARANTIDORES DO PGA

Em milhares de Reais

Descrição	2020	(%)	2019	(%)
<b>Renda Fixa</b>	<b>14.579</b>	<b>99,98</b>	<b>13.886</b>	<b>99,96</b>
Quotas de Fundos de Renda Fixa	14.579	99,98	13.886	99,96
Total dos Investimentos	14.579	-	13.886	-
<b>(+) Disponível</b>	<b>3</b>	<b>0,02</b>	<b>6</b>	<b>0,04</b>
<b>(=) Total dos Recursos</b>	<b>14.582</b>	<b>100,00</b>	<b>13.892</b>	<b>100,00</b>

## 15.2. ADERÊNCIA À POLÍTICA DE INVESTIMENTOS E AOS LIMITES LEGAIS

### PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

Segmento de Aplicação	Alocação em 31/12/2020	Limites da Política de Investimentos			Limite Legal (Res. 4,661)	Enquadramento	
		Alocação Estratégica	limite Inferior	limite Superior		Legal	Política
<b>Renda Fixa</b>	<b>46,23%</b>	<b>49,93%</b>	<b>24,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>ok</b>	<b>ok</b>
<b>Renda Variável</b>	<b>37,10%</b>	<b>30,58%</b>	<b>0,00%</b>	<b>50,00%</b>	<b>70,00%</b>	<b>ok</b>	<b>ok</b>
<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>14,85%</b>	<b>16,74%</b>	<b>0,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>ok</b>	<b>ok</b>
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	2,78%	2,93%	0,00%	10,00%	15,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	12,07%	13,81%	0,00%	15,00%	15,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
<b>Investimentos no exterior</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,63%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>ok</b>	<b>ok</b>
<b>Imobiliário</b>	<b>1,42%</b>	<b>1,65%</b>	<b>0,00%</b>	<b>5,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>ok</b>	<b>ok</b>
· Aluguéis e renda	1,42%	1,65%	0,00%	5,00%	20,00%	ok	ok
· Certificado de Recebíveis Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
<b>Operações com participantes</b>	<b>0,40%</b>	<b>0,47%</b>	<b>0,00%</b>	<b>8,00%</b>	<b>15,00%</b>	<b>ok</b>	<b>ok</b>
· Empréstimos	0,40%	0,47%	0,00%	8,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

### PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA

Segmento de Aplicação	Alocação em 31/12/2020	Limites da Política de Investimentos			Limite Legal (Res. 4,661)	Enquadramento	
		Alocação Estratégica	limite Inferior	limite Superior		Legal	Política
<b>Renda Fixa</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>ok</b>	<b>ok</b>
<b>Renda Variável</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>70,00%</b>	<b>ok</b>	<b>ok</b>
<b>Investimentos Estruturados</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>ok</b>	<b>ok</b>
· Cotas de Fundos de Investimento em Participações e Cotas de Fundos de Investimentos em Cotas de Fundos de Investimento em Participações	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Segmento de Aplicação	Alocação em 31/12/2020	Limites da Política de Investimentos			Limite Legal (Res. 4,661)	Enquadramento	
		Alocação Estratégica	limite Inferior	limite Superior		Legal	Política
· Cotas de Fundos de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento em Empresas Emergentes	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
<b>Investimentos no exterior</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>10,00%</b>	<b>ok</b>	<b>ok</b>
<b>Imobiliário</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>20,00%</b>	<b>ok</b>	<b>ok</b>
· Aluguéis e renda	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Certificado de Recebíveis Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
· Cotas de Fundos de Investimento Imobiliário	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	20,00%	ok	ok
<b>Operações com participantes</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>0,00%</b>	<b>15,00%</b>	<b>ok</b>	<b>ok</b>
· Empréstimos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok
· Financiamentos Imobiliários	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	15,00%	ok	ok

## 15.3. INVESTIMENTOS POR TIPO DE GESTÃO

### RECURSOS GARANTIDORES PBB

Em milhares de Reais

Investimento	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2020)	% Recursos Garantidores (PBB)
<b>GESTÃO EXTERNA</b>			
Nucleos I Occam FIM	Renda Fixa	381.736	10,22%
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	382.225	10,23%
Nucleos III Occam FIA	Renda Variável	448.625	12,01%
Nucleos IV BNP Paribas FIA	Renda Variável	161.472	4,32%
Nucleos V SulAmerica ALM RF LP	Renda Fixa	203.479	5,45%
Nucleos VI Icatu Vanguarda ALM RF LP	Renda Fixa	286.965	7,68%
Nucleos VIII Fundo de Investimento Multimercado	Renda Fixa	642.846	17,20%
Moat Capital FIA	Renda Variável	200.090	5,35%
Neo Navitas FIC FIA	Renda Variável	82.368	2,20%
Franklin Valor e Liquidez FVL FIA	Renda Variável	39.725	1,06%
Vinci Mosaico FIA	Renda Variável	130.981	3,51%
Sul América Equities FIA	Renda Variável	98.255	2,63%
BNP Paribas Small Caps FIA	Renda Variável	29.640	0,79%

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Investimento	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2020)	% Recursos Garantidores (PBB)
4UM Marlim Dividendos FIA	Renda Variável	26.063	0,70%
Exploritas Alpha America Latina FIC FIM	Estruturado	62.644	1,68%
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	Estruturado	81.712	2,19%
Ibiúna Hedge STH FIC FIM	Estruturado	180.173	4,82%
Absolute Vertex II FIC FIM	Estruturado	125.914	3,37%
Energia PCH FIP	Estruturado	5.463	0,15%
CRT FIP	Estruturado	98.977	2,65%
<b>TOTAL GESTÃO EXTERNA</b>		<b>3.669.353</b>	<b>98,19%</b>
<b>GESTÃO INTERNA</b>			
Carteira Própria	Imóveis	50.520	1,35%
Carteira Própria	Empréstimos	14.895	0,40%
<b>TOTAL GESTÃO INTERNA</b>		<b>65.415</b>	<b>1,75%</b>
<b>DEPÓSITOS JUDICIAIS/RECURSAIS</b>		<b>0</b>	<b>0,00%</b>
<b>OUTROS REALIZÁVEIS</b>		<b>2.476</b>	<b>0,07%</b>
<b>DISPONÍVEL - EXIGÍVEL OPERACIONAL</b>		<b>-303</b>	<b>-0,01%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>3.736.941</b>	<b>100,00%</b>

## RECURSOS GARANTIDORES PGA

Em milhares de Reais

Investimento	Segmento	Patrimônio (Dezembro 2020)	% Recursos Garantidores (PBB)
Nucleos II FI Referenciado DI	Renda Fixa	14.579	99,98%
<b>TOTAL GESTÃO EXTERNA</b>		<b>14.579</b>	<b>99,98%</b>
<b>DISPONÍVEL</b>		<b>3</b>	<b>0,02%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>14.582</b>	<b>100,00%</b>

Observação: Recursos Garantidores, consideram-se recursos garantidores dos planos de benefícios administrados por Entidades Fechadas de Previdência Complementar os ati-

vos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, não computados os valores referentes a dívidas contratadas com os patrocinadores.

## 15.4. RENTABILIDADE LÍQUIDA POR SEGMENTO

### RENTABILIDADE GLOBAL PBB E POR SEGMENTO

SEGMENTO	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)
Renda Fixa	5,80
Renda Variável	4,38
Investimento Estruturado	5,60
Imóveis	(5,23)
Empréstimo	13,43
<b>CARTEIRA GLOBAL PBB</b>	<b>4,74</b>
<b>META ATUARIAL</b>	<b>11,17</b>

### RENTABILIDADE GLOBAL PGA E POR SEGMENTO

SEGMENTO	RENTABILIDADE LÍQUIDA (%)
Renda Fixa	2,68
CARTEIRA GLOBAL PGA	2,68
ÍNDICE DE REFERÊNCIA - CDI	2,76



Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Renda Fixa, Renda Variável e Investimentos Estruturados foram consideradas as seguintes despesas: Controladoria, Gestão Custódia, Taxa de Performance, Taxa de Administração, Taxa CVM, Taxa Cetip, Taxa CBLC, Taxa Selic, Taxa Anbima, Taxa de Bolsa/Corretagem, Despesas de Cartório, Despesas de Auditoria e Taxa de Permanência.

Para apuração da rentabilidade líquida dos segmentos de Imóveis e Empréstimos foram consideradas as despesas diretas de investimento dos respectivos segmentos.

### OBSERVÂNCIA AOS CRITÉRIOS ASG DO PONTO DE VISTA DE MITIGAÇÃO DE RISCO (EM ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO CNPC Nº 32 DE 04/12/2019)

A mitigação do risco de não observância aos critérios ASG (de Ambiental, Social e Governança) se faz através dos processos de seleção de gestores nos quais o Núcleo, baseado no “Manual de Investimentos – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços”, solicita aos participantes dos processos uma série de documentos que corroborem o alinhamento e engajamento à questão.

O processo de monitoramento desses riscos é permanente e realizado através do acompanhamento de informações obtidas junto a várias fontes, como veículos de comunicação, relatórios e reuniões com os agentes do mercado financeiro nacional e internacional, bem como com o consultor de mercado e risco.

## 16. Considerações Finais

A situação patrimonial do Nucleos em dezembro de 2020 foi a seguinte: Patrimônio de Cobertura (Ativo Líquido – PBB) de R\$ 4.142.057.320,13 que, face à Provisão Matemática de R\$ 4.206.351.625,88, resultou um déficit técnico acumulado no exercício de 2020 no valor de R\$ 64.294.305,75, equivalente a 1,53% das provisões matemáticas. Dentre os fatores que contribuíram para que o PBB encerrasse o exercício de 2020 com déficit podemos destacar: (i) aumento das provisões matemáticas em razão da redução da taxa de juros (de 5,43% para 5,23%); (ii) ele-

vação da inflação medida pelo INPC, principalmente, nos últimos meses do ano; e (iii) cenário adverso, em decorrência da pandemia (Covid-19), de forte instabilidade e volatilidade nos mercados, com desvalorização do preço dos ativos, em que o desempenho dos investimentos, embora bastante positivo diante do contexto, foi inferior à meta atuarial (rentabilidade de 4,74% frente à meta atuarial de 11,17%).

O quadro abaixo ilustra a evolução do resultado técnico do Nucleos:

Em milhares de Reais

Exercício	Ativo Líquido do Plano*	Provisões Matemáticas (PMat)	(Déficit) / Superávit Acumulado	% Déficit/Superávit s/ PMat
2014	2.233.029	2.385.669	(152.640)	6,40
2015	2.429.865	2.513.228	(83.363)	3,32
2016	2.918.608	2.785.453	133.155	4,78
2017	3.269.640	3.006.576	263.064	8,75
2018	3.566.509	3.459.505	107.004	3,09
2019	4.043.660	3.765.983	277.677	7,37
2020	4.142.057	4.206.352	(64.295)	1,53

\*Patrimônio de cobertura das provisões matemáticas.

Em relação ao ano 2021, tudo indica que seja menos turbulento para a economia global, assim como para o mercado financeiro, afinal de contas a expectativa de vacinação ao redor do mundo, inclusive no Brasil, e o fim da guerra comercial entre os Estados Unidos e a China mudam a perspectiva de cenário econômico para melhor. Entretanto, paira certa preocupação com o retorno da inflação na economia americana, em decorrência da forte liquidez provocada pelos estímulos fiscal e monetário.

Outro aspecto importante é a permanência de ampla disponibilidade de recursos observada no mundo, conjugada com juros baixos, situação que deve permanecer no ano de 2021, já que, de um lado, há a garantia de que os Ban-

cos Centrais continuarão a dar suporte às economias e, de outro, os juros nas mínimas históricas em praticamente todo o mundo aliviam um eventual estresse dos agentes financeiros.

Esse quadro deve continuar a atrair os investidores para a tomada de risco, contratando a continuidade do fluxo de capital estrangeiro para o Brasil. No entanto, a intensidade do fluxo de recursos dependerá do avanço das reformas no Congresso Brasileiro.

O fenômeno de juros baixos também acontece no Brasil. A taxa básica de juros, a Selic, nunca esteve tão baixa: era de 14,25% em agosto de 2016, quando começou a cair, e encerrou o ano de 2020 com 2%. A Selic baixa reduz o ganho de aplicações de renda fixa, como fundos DI,

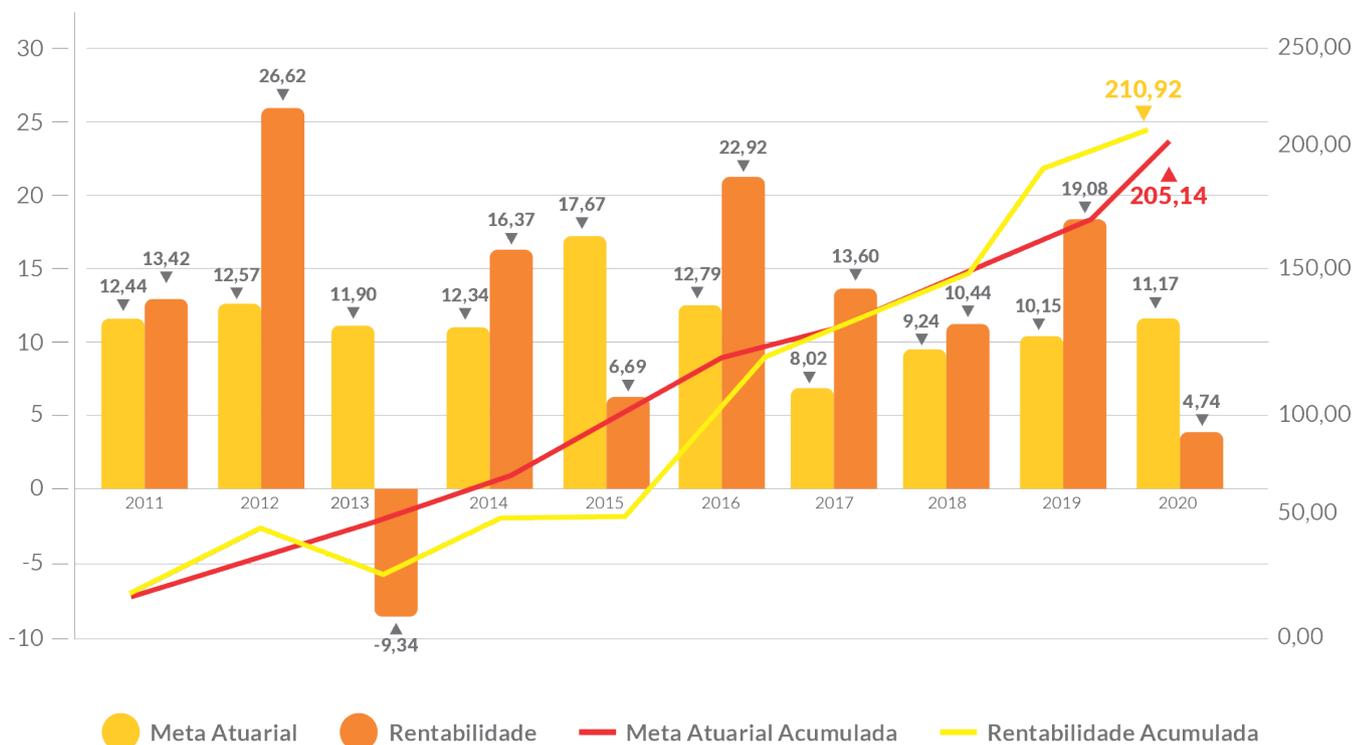
caderneta de poupança e Tesouro Selic. Com o rendimento baixo nesses produtos, as pessoas preferem investir em ativos como ações, o que inevitavelmente contribuiu para o fortalecimento do mercado de capitais brasileiro e, por conseguinte, a performance das ações.

Apesar das preocupações com a nova cepa do coronavírus, o início do plano de vacinação e o avanço das reformas no governo são decisivos para a validação desse cenário-base.

Não obstante, o Nucleos mantém a convicção de que os recursos dos participantes estão alocados de forma adequada para suportar eventuais momentos de volatilidade, e que os investimentos estão aptos para apresentarem plena recuperação.

O Instituto continuará empenhado, como sempre, em alcançar os seus objetivos. No gráfico abaixo, cotejamos a rentabilidade do Nucleos vis-à-vis a sua meta atuarial, num período de dez anos.

## META ATUARIAL X RENTABILIDADE



O gráfico apresenta duas informações relevantes: a 1ª é que no acumulado no período a rentabilidade do Nucleos supera a meta atuarial, e a 2ª mostra a assertividade da macroalocação (75% de acerto).

# Relatórios Contábeis



# 17. Demonstrações Contábeis

## 17.1. CONSOLIDADO

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	2020	2019
<b>Disponível</b>	<b>4</b>	<b>35</b>	<b>466</b>
<b>Realizável</b>		<b>4.169.935</b>	<b>4.069.073</b>
Gestão previdencial	5	416.966	409.519
Gestão administrativa	6	1.145	680
Investimentos	7	3.751.824	3.658.874
Fundos de investimento		3.683.933	3.587.557
Investimentos imobiliários		50.520	53.647
Empréstimos e financiamentos		14.895	15.245
Outros realizáveis		2.476	2.425
<b>Permanente</b>	<b>8</b>	<b>953</b>	<b>880</b>
Imobilizado		732	583
Intangível		221	297
<b>Total do ativo</b>		<b>4.170.923</b>	<b>4.070.419</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando D'Ascensão Silva  
Presidente  
CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso  
Diretor Financeiro  
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian  
Diretor de Benefícios  
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro  
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2  
CPF - 712.625.203-04

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Passivo e Patrimônio Social	Nota	2020	2019
<b>Exigível operacional</b>	<b>9</b>	<b>8.930</b>	<b>7.455</b>
Gestão previdencial		6.155	5.415
Gestão administrativa		2.440	1.744
Investimentos		335	296
<b>Exigível contingencial</b>	<b>10</b>	<b>1.031</b>	<b>1.353</b>
Gestão previdencial		991	1.315
Gestão administrativa		40	38
<b>Patrimônio social</b>		<b>4.160.962</b>	<b>4.061.611</b>
<b>Patrimônio de cobertura do plano</b>	<b>11</b>	<b>4.142.057</b>	<b>4.043.660</b>
<b>Provisões matemáticas</b>	<b>11.1</b>	<b>4.206.352</b>	<b>3.765.983</b>
Benefícios concedidos		2.375.749	2.052.905
Benefícios a conceder		1.830.603	1.713.267
(-) Provisões matemáticas a constituir		-	(189)
<b>Equilíbrio técnico</b>	<b>11.2</b>	<b>(64.295)</b>	<b>277.677</b>
Resultados realizados		(64.295)	277.677
Superávit técnico acumulado		-	277.677
(-) Déficit técnico acumulado		(64.295)	-
<b>Fundos</b>	<b>12</b>	<b>18.905</b>	<b>17.951</b>
Fundos administrativos		14.201	13.670
Fundos dos investimentos		4.704	4.281
<b>Total do passivo e patrimônio social</b>		<b>4.170.923</b>	<b>4.070.419</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando D'Ascensão Silva  
Presidente  
CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso  
Diretor Financeiro  
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian  
Diretor de Benefícios  
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro  
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2  
CPF - 712.625.203-04

# DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Descrição	2020	2019	Variação (%)
<b>A) Patrimônio social - início do exercício</b>	<b>4.061.611</b>	<b>3.583.131</b>	<b>13,35</b>
<b>1. Adições</b>	<b>303.447</b>	<b>658.336</b>	<b>- 53,91</b>
Contribuições previdenciais	124.697	122.559	1,74
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	161.079	517.405	- 68,87
Receitas administrativas	16.868	17.252	- 2,23
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão administrativa	380	761	- 50,07
Constituição de fundos de investimento	423	359	17,83
<b>2. Destinações</b>	<b>(204.096)</b>	<b>(179.856)</b>	<b>13,48</b>
Benefícios	(187.311)	(162.738)	15,10
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(68)	(75)	- 9,33
Despesas administrativas	(16.715)	(17.042)	- 1,92
Constituição líquida de contingências - Gestão administrativa	(2)	(1)	100,00
<b>3. Acréscimo no patrimônio social (1+2)</b>	<b>99.351</b>	<b>478.480</b>	<b>- 79,24</b>
Provisões matemáticas	440.369	306.478	43,69
Superávit/(Déficit) técnico do exercício	(341.972)	170.673	- 300,37
Fundos administrativos	531	970	- 45,26
Fundos dos investimentos	423	359	17,83
<b>B) Patrimônio social - final do exercício (A+3)</b>	<b>4.160.962</b>	<b>4.061.611</b>	<b>2,45</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando D'Ascensão Silva  
Presidente  
CPF - 091.710.617-20

Luiz Cláudio Levy Cardoso  
Diretor Financeiro  
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian  
Diretor de Benefícios  
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro  
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2  
CPF - 712.625.203-04

# DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Descrição	2020	2019	Variação (%)
<b>A) Fundo administrativo do exercício anterior</b>	<b>13.670</b>	<b>12.700</b>	<b>7,64</b>
<b>1. Custeio da gestão administrativa</b>	<b>17.248</b>	<b>18.013</b>	<b>- 4,25</b>
1.1. Receitas	17.248	18.013	- 4,25
Custeio administrativo da gestão previdencial	12.569	13.762	- 8,67
Custeio administrativo dos investimentos	4.236	3.408	24,30
Taxa de administração de empréstimos e financiamentos	62	69	- 10,14
Receitas diretas	-	10	- 100,00
Resultado positivo líquido dos investimentos	380	761	- 50,07
Outras receitas	1	3	- 66,67
<b>2. Despesas administrativas</b>	<b>16.715</b>	<b>17.042</b>	<b>- 1,92</b>
2.1. Administração previdencial	8.898	9.115	- 2,38
Pessoal e encargos	6.149	6.009	2,33
Treinamentos/congressos e seminários	18	68	- 73,53
Viagens e estadias	11	67	- 83,58
Serviços de terceiros	1.447	1.539	- 5,98
Despesas gerais	541	718	- 24,65
Depreciações e amortizações	160	123	30,08
Tributos	572	591	- 3,21
2.2. Administração dos investimentos	7.817	7.927	- 1,39
Pessoal e encargos	5.453	5.329	2,33
Treinamentos/congressos e seminários	16	61	- 73,77
Viagens e estadias	9	59	- 84,75
Serviços de terceiros	1.209	1.208	0,08
Despesas gerais	480	637	- 24,65
Depreciações e amortizações	142	110	29,09
Tributos	508	523	- 2,87
<b>3. Constituição de contingências administrativas</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>100,00</b>
<b>4. Reversão de recursos para o plano de benefícios</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
<b>5. Resultado negativo líquido dos investimentos</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
<b>6. Sobra da gestão administrativa (1-2-3-4-5)</b>	<b>531</b>	<b>970</b>	<b>- 45,26</b>
<b>7. Constituição do fundo administrativo (6)</b>	<b>531</b>	<b>970</b>	<b>- 45,26</b>
<b>B) Fundo Administrativo do exercício atual (A+7)</b>	<b>14.201</b>	<b>13.670</b>	<b>3,88</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armindo D'Ascenção Silva  
Presidente  
CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso  
Diretor Financeiro  
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian  
Diretor de Benefícios  
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro  
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2  
CPF - 712.625.203-04

## 17.2. PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB

### DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Descrição	2020	2019	Variação (%)
<b>1. Ativos</b>	<b>4.168.443</b>	<b>4.068.637</b>	<b>2,45</b>
Disponível	32	460	- 93,04
Recebível	431.167	423.189	1,89
Investimento	3.737.244	3.644.988	2,53
Fundos de investimento	3.669.353	3.573.671	2,68
Investimentos imobiliários	50.520	53.647	- 5,83
Empréstimos e financiamentos	14.895	15.245	- 2,30
Outros realizáveis	2.476	2.425	2,10
<b>2. Obrigações</b>	<b>7.481</b>	<b>7.026</b>	<b>6,48</b>
Operacional	6.490	5.711	13,64
Contingencial	991	1.315	- 24,64
<b>3. Fundos não previdenciais</b>	<b>18.905</b>	<b>17.951</b>	<b>5,31</b>
Fundos administrativos	14.201	13.670	3,88
Fundos dos investimentos	4.704	4.281	9,88
<b>4. Resultados a realizar</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>0,00</b>
<b>5. Ativo líquido (1-2-3-4)</b>	<b>4.142.057</b>	<b>4.043.660</b>	<b>2,43</b>
Provisões matemáticas	4.206.352	3.765.983	11,69
Superávit/(déficit) técnico	(64.295)	277.677	- 123,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armindo D'Ascensão Silva  
Presidente  
CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso  
Diretor Financeiro  
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian  
Diretor de Benefícios  
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro  
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2  
CPF - 712.625.203-04

# DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Descrição	2020	2019	Variação (%)
<b>A) Ativo líquido - início do exercício</b>	<b>4.043.660</b>	<b>3.566.509</b>	<b>13,38</b>
<b>1. Adições</b>	<b>298.345</b>	<b>653.726</b>	<b>- 54,36</b>
Contribuições previdenciais	137.266	136.321	0,69
Resultado positivo líquido dos investimentos - Gestão previdencial	161.079	517.405	- 68,87
<b>2. Destinações</b>	<b>(199.948)</b>	<b>(176.575)</b>	<b>13,24</b>
Benefícios	(187.311)	(162.738)	15,10
Constituição líquida de contingências - Gestão previdencial	(68)	(75)	- 9,33
Custeio administrativo	(12.569)	(13.762)	- 8,67
<b>3. Acréscimo no ativo líquido (1+2)</b>	<b>98.397</b>	<b>477.151</b>	<b>- 79,38</b>
Provisões matemáticas	440.369	306.478	43,69
Superávit/(déficit) técnico do exercício	(341.972)	170.673	- 300,37
<b>B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)</b>	<b>4.142.057</b>	<b>4.043.660</b>	<b>2,43</b>
<b>C) Fundos não previdenciais</b>	<b>18.905</b>	<b>17.951</b>	<b>5,31</b>
Fundos administrativos	14.201	13.670	3,88
Fundos dos investimentos	4.704	4.281	9,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armindo D'Ascenção Silva  
Presidente  
CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso  
Diretor Financeiro  
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian  
Diretor de Benefícios  
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro  
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2  
CPF - 712.625.203-04

# DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de Reais

Descrição	2020	2019	Variação (%)
<b>Provisões técnicas (1+2+3+4+5)</b>	<b>4.154.242</b>	<b>4.054.967</b>	<b>2,45</b>
<b>1. Provisões matemáticas</b>	<b>4.206.352</b>	<b>3.765.983</b>	<b>11,69</b>
1.1. Benefícios concedidos	2.375.749	2.052.905	15,73
Benefício definido	2.375.749	2.052.905	15,73
1.2. Benefícios a conceder	1.830.603	1.713.267	6,85
Benefício definido	1.830.603	1.713.267	6,85
1.3. (-) Provisões matemáticas a constituir	-	(189)	- 100,00
(-) Serviço passado	-	(189)	- 100,00
(-) Patrocinadores	-	(189)	- 100,00
<b>2. Equilíbrio técnico</b>	<b>(64.295)</b>	<b>277.677</b>	<b>- 123,15</b>
2.1. Resultados realizados	(64.295)	277.677	- 123,15
Superávit técnico acumulado	-	277.677	- 100,00
Reserva de contingência	-	277.677	- 100,00
(-) Déficit técnico acumulado	(64.295)	-	100,00
<b>3. Fundos</b>	<b>4.704</b>	<b>4.281</b>	<b>9,88</b>
3.1. Fundos previdenciais	-	-	0,00
3.2. Fundos dos investimentos - Gestão previdencial	4.704	4.281	9,88
<b>4. Exigível operacional</b>	<b>6.490</b>	<b>5.711</b>	<b>13,64</b>
4.1. Gestão previdencial	6.155	5.415	13,67
4.2. Investimentos - Gestão previdencial	335	296	13,18
<b>5. Exigível contingencial</b>	<b>991</b>	<b>1.315</b>	<b>- 24,64</b>
5.1. Gestão previdencial	991	1.315	- 24,64
5.2. Investimentos - Gestão previdencial	-	-	0,00

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Armando D'Ascenção Silva  
Presidente  
CPF - 091.710.617-20

Luiz Claudio Levy Cardoso  
Diretor Financeiro  
CPF - 776.079.377-49

Paulo Sérgio Poggian  
Diretor de Benefícios  
CPF - 683.544.607-20

Reginaldo de Santana Ribeiro  
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2  
CPF - 712.625.203-04

# 18. Notas explicativas às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2020

Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Nucleos - Instituto de Seguridade Social (“Nucleos”, “Instituto” ou “Entidade”) é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira por prazo indeterminado, criada em 1979, com sede na cidade do Rio de Janeiro e com funcionamento autorizado por meio da Portaria nº 1.514, de 2 de maio de 1979, do antigo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), que aprovou o seu estatuto. É uma entidade regida pelas Leis Complementares nº 108 e 109, de 29 de maio de 2001 (LC 108/2001 e LC 109/2001).

A Entidade tem por objetivo instituir e administrar planos de benefícios de caráter pre-

videnciário, complementares aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados e respectivos beneficiários vinculados aos seus patrocinadores Eletrobrás Termonuclear S.A. – Eletronuclear, Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. – Nuclep, Indústrias Nucleares do Brasil S.A. – INB, bem como aos do próprio Nucleos, considerando o regime de solidariedade dos compromissos do Plano entre todas as patrocinadoras.

Na consecução desse objetivo, o Instituto segue o disposto em seu estatuto e no regulamento do plano de benefícios, bem como nos normativos expedidos pelo órgão regulador do sistema de previdência complementar, o Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e pelo órgão de supervisão e fiscalização, a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc, na forma da LC 108/2001 e LC 109/2001.



O Nucleos administra o Plano Básico de Benefícios – PBB (“Plano” ou “PBB”) – CNPB nº 19.790.022-74, na modalidade de benefício definido, cujo regulamento em vigor foi aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), por meio da Portaria nº 631, de 4 de novembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 7 de novembro de 2011.

Encontra-se em andamento proposta de alteração do Regulamento do PBB para a adequação às disposições da Resolução CGPAR nº 25, de 06/12/2018, dentre elas a de fechamento do Plano a novas adesões (vide Nota 17.1).

O PBB oferece os seguintes benefícios aos seus participantes e beneficiários, a título de suplementação (benefício complementar ao da Previdência Social), na forma do seu Regulamento:

- Aposentadoria por tempo de contribuição;
- Aposentadoria por tempo de contribuição antecipada;
- Aposentadoria especial;
- Aposentadoria especial antecipada;
- Aposentadoria por idade;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte;
- Auxílio-doença;
- Auxílio-reclusão.

Ocorrendo a cessação do vínculo empregatício com a patrocinadora, o participante poderá optar por um dos seguintes institutos, de acordo com as condições previstas no Regulamento do Plano:

- Resgate;
- Autopatrocínio;
- Benefício proporcional diferido – BPD;
- Portabilidade.

A quantidade de participantes vinculados ao PBB está demonstrada no quadro a seguir:

	2020			2019		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Eletronuclear	1.191	624	1.815	1.225	597	1.822
INB	982	824	1.806	959	831	1.790
Nuclep	613	428	1.041	708	386	1.094
Nucleos	31	26	57	31	26	57
Autopatrocina	22	-	22	21	-	21
BPD*	6	-	6	3	-	3
	<b>2.845</b>	<b>1.902</b>	<b>4.747</b>	<b>2.947</b>	<b>1.840</b>	<b>4.787</b>

\*Optantes pelo Benefício Proporcional Diferido, na forma do Regulamento do PBB.

As fontes de custeio do plano são as contribuições dos participantes ativos e assistidos e das patrocinadoras. As referidas contribuições são destinadas à formação das provisões, reservas e fundos necessários à garantia do pagamento dos benefícios contratados e da manutenção da estrutura administrativa da Entidade.

Os recursos arrecadados e os resultados decorrentes da administração desse patrimônio integram um fundo pertencente a uma coletividade. A aplicação desses recursos é realizada de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), por meio da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018.

## 1.1. IMPACTOS CAUSADOS PELA COVID-19

O Nucleos, em atendimento às determinações governamentais para a adoção de medidas de prevenção ao contágio pelo novo coronavírus (Covid-19), colocou, desde 19 de março de 2020, todos os seus empregados e administradores em trabalho remoto – regime de home office, com objetivo de evitar a disseminação do vírus no ambiente de trabalho e no deslocamento entre a residência e a sede da Entidade, buscando assim preservar a saúde dos seus colaboradores. Essa medida não apresentou impacto relevante nas atividades do Instituto, uma vez que a estrutura organizacional foi rapidamente adequada e mantida em pleno funcionamento, em condições de realizar os procedimentos necessários ao atendimento de obrigações e demandas de participantes, patrocinadores, auditorias e órgãos externos.

Em relação aos investimentos, a crise sistêmica causada pela pandemia do novo coronavírus desencadeou um cenário de grande instabilidade nos mercados, local e internacional, afetando severamente a economia global, com alta volatilidade nos preços dos ativos financeiros. Em consequência disso, em março de 2020, houve forte desvalorização no preço dos ativos, afetando os investimentos em renda fixa e em renda variável (mercado acionário), com impacto relevante na rentabilidade dos fundos de investimento da Entidade (renda fixa, ações e multimercados).

Nos meses seguintes houve expressiva recuperação, com sucessivos resultados positivos (abril a julho), refletindo as expectativas por uma recuperação rápida das economias e dos mercados de investimentos, diante, principalmente, de medidas fiscais implementadas pelos governos, no Brasil e no mundo, e em perspectivas pelo desenvolvimento de vacinas e imunização das populações.

Essa trajetória de recuperação foi interrompida no mês de agosto, ainda em reflexo à alta volatilidade nos mercados, diante, principalmente,

de incertezas sobre a recuperação econômica global e da situação econômica e fiscal do País.

Nos últimos dois meses do ano, em razão de perspectivas econômicas com o resultado das eleições norte americanas e do estágio avançado de planos de imunização da população mundo afora, o cenário de recuperação de valor dos ativos financeiros novamente ganhou força, com expressiva valorização, fazendo com que os investimentos da Entidade registrassem resultado acumulado positivo no final do exercício, com rentabilidade de 4,74%, embora inferior à meta atuarial, que foi de 11,17% (INPC + 5,43% a.a.), o que explica, em grande parte, o déficit no Plano no encerramento do exercício. A meta atuarial do ano ficou acima da projeção inicial, em virtude do crescimento inesperado da inflação no último trimestre do ano.

Diante do cenário de pandemia, a administração do Nucleos manteve a estratégia de investimento de longo prazo e o foco na recuperação de valor dos ativos financeiros, sem alterações bruscas na alocação dos recursos, medidas que evitaram a realização de perdas decorrentes da desvalorização momentânea dos ativos.

No caso dos passivos, não foi identificado impacto relevante nas obrigações da Entidade.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPc) e supervisionadas pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Foram preparadas de acordo com os modelos e procedimentos estabelecidos pela Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009 e alterações, bem como, quando aplicável, pelas normas brasileiras de contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As normas de procedimentos contábeis aplicáveis às entidades reguladas pelo CNPC não requerem a divulgação em separado de ativos e passivos em circulante e não circulante.

As seguintes demonstrações contábeis são elaboradas e divulgadas pela Entidade:

- **Balanco Patrimonial (BP)** – apresenta a posição patrimonial e financeira da Entidade no final do exercício, evidenciando os saldos consolidados dos recursos (ativo) e obrigações (passivo e patrimônio social) do Plano Básico de Benefícios - PBB e do Plano de Gestão Administrativa - PGA.

- **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)** – apresenta de forma consolidada (PBB e PGA) as modificações ocorridas no patrimônio social da Entidade no exercício.

- **Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA)** – apresenta de forma consolidada a atividade administrativa da Entidade, evidenciando as receitas e despesas administrativas e a evolução do fundo administrativo no exercício.

- **Demonstração do Ativo Líquido (DAL)** – apresenta a posição patrimonial e financeira do plano de benefícios (PBB) no final do exercício, evidenciando os saldos dos recursos (ativos) e obrigações.

- **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido (DMAL)** – apresenta as modificações ocorridas no ativo líquido do plano de benefícios (PBB) no exercício.

- **Demonstração das Provisões Técnicas (DPT)** – apresenta a totalidade dos compromissos do plano de benefícios (PBB) no final do exercício.

A emissão destas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva em 25 de fevereiro de 2021.

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A contabilidade é elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios de forma a identificar, separadamente, o plano de benefícios previdencial e o plano de gestão administrativa.

A Entidade adota, em seus processos, métodos e critérios objetivos e uniformes ao longo do tempo, e as modificações relevantes, caso ocorram, são evidenciadas em notas explicativas, com a quantificação dos respectivos efeitos.

As principais práticas contábeis adotadas pela Entidade no registro de suas operações e na avaliação dos ativos e obrigações estão descritas a seguir:

### 3.1. RESULTADO DAS OPERAÇÕES

Os lançamentos contábeis são registrados pelo regime de competência, significando que na determinação do resultado são computadas as receitas, as adições e as variações positivas auferidas no mês, bem como as despesas, as deduções e as variações negativas incorridas no mês correspondente.

### 3.2. GESTÃO PREVIDENCIAL - REALIZÁVEL

Registra os recursos a receber provenientes de contribuições do mês, dos participantes e das patrocinadoras, além das contribuições em atraso contratadas, devidas pelas patrocinadoras. As contribuições contratadas são contabilizadas pelo valor original e atualizadas de acordo com as taxas previstas em instrumentos contratuais, até a data do balanço.

### 3.3. GESTÃO ADMINISTRATIVA - REALIZÁVEL

Registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e de terceiros, além de gastos antecipados referentes

a despesas de períodos subsequentes. Os recursos a receber da gestão administrativa são contabilizados pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

## **3.4. INVESTIMENTOS - REALIZÁVEL**

### **3.4.1. Títulos Públicos e Créditos Privados**

Os títulos e valores mobiliários de renda fixa integrantes da carteira dos fundos de investimento exclusivos são registrados inicialmente pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e são classificados na categoria de títulos para negociação, independentemente do prazo a decorrer da data da aquisição.

Os títulos e valores mobiliários são ajustados pelo valor de mercado, no mínimo ao final de cada mês, conforme legislação do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do período.

O valor de mercado dos ativos financeiros integrantes das carteiras dos fundos de investimento exclusivos é determinado de acordo com a metodologia adotada pelo administrador fiduciário (BEM DTVM Ltda.), conforme manual de marcação a mercado.

A Entidade não possui títulos e valores mobiliários em carteira própria ou na carteira dos fundos de investimento exclusivos classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não houve reclassificação de categoria para os títulos e valores mobiliários que compõem as carteiras dos fundos de investimento exclusivos.

A partir de 1º de setembro de 2020, com a entrada em vigor da Resolução CNPC nº 37, de 13 de março de 2020, é vedada a reclassificação de categoria de títulos para negociação para títulos mantidos a vencimento.

### **3.4.2. Operações Compromissadas**

As operações compromissadas nos fundos de investimento exclusivos são registradas pelo valor efetivamente pago e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração pactuada.

### **3.4.3. Ações e cotas de fundos ETF**

As ações integrantes das carteiras dos fundos de investimento exclusivos são registradas pelo custo de aquisição e valorizadas pela cotação de fechamento do último dia em que foram negociadas na bolsa de valores, conforme normas expedidas pela CVM. A diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado ou patrimonial é apropriada ao resultado do período. A mesma prática se aplica às cotas de fundos de índice (ETF) negociadas na bolsa de valores (B3), adquiridas pelos fundos exclusivos.

### **3.4.4. Cotas de Fundos de Investimento**

Referem-se a investimentos em cotas de fundos de investimento não exclusivos, registrados pelo valor efetivamente desembolsado (custo de aquisição) e atualizados pelo valor da cota patrimonial divulgada pelo administrador fiduciário do fundo investido.

São cotas de fundos de investimento em ações, do segmento de renda variável, e cotas de fundos de investimento multimercado, do segmento estruturado.

### **3.4.5. Fundos de Investimento em Participações - FIP**

A aplicação de recursos em fundos de investimento em participações foi realizada em 2003 (CRT FIP) e 2004 (Energia PCH FIP) e são valorizados pela cota patrimonial informada pelo administrador fiduciário.

Os ativos avaliados a valor justo, integrantes da carteira dos FIP, são determinados com base em avaliação econômico-financeira, reali-

zada por empresa independente especializada, contratada pelo administrador do fundo.

### 3.4.6. Derivativos

A utilização de instrumentos derivativos é permitida desde que estritamente observados os limites e condições previstos na Resolução CMN nº 4.661/2018, com uso específico para proteção e posicionamento.

Considerando que a gestão da carteira de investimentos é terceirizada e discricionária, os administradores e os gestores externos dos fundos de investimento exclusivos são os responsáveis pela avaliação prévia dos riscos envolvidos nas operações com instrumentos derivativos.

### 3.4.7. Investimentos imobiliários

São registrados inicialmente pelo custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos, como determina a Instrução MPS/SPC nº 34/2009, e depreciados, exceto a fração do terreno, pelo método linear, por taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. Os aluguéis a receber estão registrados pelo valor principal e, quando aplicável, acrescidos dos encargos contratuais e deduzidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa.

### 3.4.8. Empréstimos

Os empréstimos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal, acrescidos da variação monetária e dos juros contratuais até a data do balanço, deduzidos das amortizações mensais. As provisões para perda no recebimento de créditos de liquidação duvidosa da carteira de empréstimos foram constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Instrução MPS/SPC nº 34/2009, que determina a adoção de percentuais de reconhecimento de perda sobre os valores dos créditos vencidos ou vincendos conforme o

tempo de atraso, quais sejam: 25% para atrasos entre 61 e 120 dias; 50% para atrasos entre 121 e 240 dias; 75% para atrasos entre 241 e 360 dias; e 100% para atrasos superiores a 360 dias. Não há operações de financiamento imobiliário a participantes por serem vedadas pela Política de Investimentos do Plano.

### 3.4.9. Ajuste de precificação

O Nucleos não está sujeito ao ajuste de precificação de que trata a Instrução Previc nº 10, de 30 de novembro de 2018, por não possuir títulos públicos federais classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, na sua carteira de investimentos.

## 3.5. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Os depósitos judiciais ou recursais da gestão previdencial, administrativa ou investimentos foram realizados em cumprimento de decisões judiciais e/ou para garantia da ampla defesa em demandas e litígios em que o Nucleos é parte. Esses depósitos são atualizados monetariamente até a data do balanço.

## 3.6. PERMANENTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

O ativo permanente é composto pelo imobilizado e intangível. No imobilizado estão registrados os bens tangíveis necessários ao funcionamento da Entidade, pelo custo de aquisição e depreciados pelo método linear, utilizando-se de taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bens. No intangível estão registrados os gastos com a aquisição de sistemas de informática, pelo valor do capital aplicado e amortizados no prazo máximo de cinco anos.

## 3.7. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Estão registrados os saldos das obrigações correntes da Entidade, pelo valor original e atualizados até a data do balanço, quando aplicável.

### 3.8. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

O exigível contingencial é registrado pelo montante estimado de perda considerada provável, de acordo com a avaliação dos escritórios de advocacia que patrocinam as ações judiciais, observada a sua natureza, calculado na data do balanço.

### 3.9. PATRIMÔNIO SOCIAL

#### 3.9.1 Provisões matemáticas

São calculadas por atuário, de acordo com a nota técnica atuarial do plano de benefícios e em conformidade com a legislação de regência, e correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros assumidos pela Entidade com os seus participantes e o valor atual das contribuições futuras previstas para o custeio daquelas obrigações.

#### 3.9.2. Equilíbrio Técnico

Registra o excedente patrimonial (superávit) ou a insuficiência patrimonial (déficit) em relação aos compromissos totais do plano de benefícios administrado pelo Nucleos.

#### 3.9.3. Fundos

Estão registrados os fundos da gestão administrativa e dos investimentos. O fundo administrativo é constituído ou revertido com o resultado entre receitas e despesas da gestão administrativa (sobra ou insuficiência) e é utilizado como fonte de custeio administrativo, de acordo com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). Os fundos dos investimentos registram os recursos destinados à cobertura do risco de perdas na carteira de empréstimos, na ocorrência de morte ou inadimplência dos mutuários, observadas as disposições do regulamento desses fundos.

### 3.10. ASPECTOS TRIBUTÁRIOS

IRPJ e CSLL – os rendimentos auferidos pelos investimentos da Entidade estão isentos do imposto sobre a renda da pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), de acordo com artigo 5º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, e Instrução Normativa (IN) da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB) nº 588, de 21 de dezembro de 2005.

PIS e Cofins – sujeito ao recolhimento mensal de contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidente sobre receitas administrativas e receitas dos investimentos do Plano de Gestão Administrativa - PGA, conforme Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998. O Nucleos contesta na esfera judicial a exigibilidade desses tributos (vide Nota 10.3 – PIS/Cofins).

Tafic – Taxa de Fiscalização e Controle da Previdência Complementar, instituída pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, cujo fato gerador é o exercício do poder de polícia legalmente atribuído à Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc, para a fiscalização e a supervisão das entidades fechadas de previdência complementar. É recolhida à Previc quadrimestralmente, de acordo com a faixa de enquadramento do montante de recursos garantidores do plano de benefícios (investimentos).

### 3.11. USO DE ESTIMATIVAS

As estimativas contábeis foram elaboradas com base em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as provisões para perdas com investimentos, a avaliação econômico-financeira de ativos, o exigível contingencial e as provisões matemáticas. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá resultar em valores

significativamente divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

## 4. DISPONÍVEL

Os saldos consolidados das disponibilidades

em 31 de dezembro de 2020, no total de R\$ 35 (R\$ 466 em 2019), estão livremente disponíveis e não vinculados a qualquer obrigação.

## 5. GESTÃO PREVIDENCIAL

A composição do ativo realizável da gestão previdencial, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2020	2019
Contribuições normais do mês (5.1)	6.451	6.155
Contribuições extraordinárias do mês (5.2)	-	293
Contribuições contratadas (5.3)	410.470	402.635
Outros recursos a receber	6	14
Depósitos judiciais/recursais (5.4)	39	422
	<b>416.966</b>	<b>409.519</b>

### 5.1. CONTRIBUIÇÕES NORMAIS DO MÊS

Referem-se às contribuições normais, de responsabilidade de participantes e patrocinadoras, relativas ao mês de encerramento dos balanços, que foram regularmente recebidas

no respectivo vencimento. As contribuições devidas pela patrocinadora Nucleos ao plano de benefícios foram recebidas no mês de encerramento dos balanços. A composição do saldo a receber das demais patrocinadoras e de participantes autopatrocinados e em BPD, em 31 de dezembro, é como segue:

	2020			2019		
	Patrocinador	Participante	Total	Patrocinador	Participante	Total
INB	1.103	991	2.094	955	830	1.785
Eletronuclear	1.602	1.348	2.950	1.569	1.357	2.926
Nuclep	737	586	1.323	750	646	1.396
Autopatrocinados	-	81	81	-	47	47
BPD	-	3	3	-	1	1
	<b>3.442</b>	<b>3.009</b>	<b>6.451</b>	<b>3.274</b>	<b>2.881</b>	<b>6.155</b>

Em milhares de Reais

## 5.2. CONTRIBUIÇÕES EXTRAORDINÁRIAS DO MÊS

Referem-se às contribuições extraordinárias de serviço passado, de responsabilidade das patrocinadoras. O saldo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 293, foi recebido regularmente no vencimento, em janeiro de 2020. O saldo do serviço passado foi integralmente amortizado com as contribuições da competência janeiro de 2020, recebidas em fevereiro de 2020.

## 5.3. CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

Registram as contribuições em atraso objeto de contrato com as patrocinadoras INB e Nuclep (Termo de Transação), firmado em maio de 2006 e novembro de 2007, respectivamente. A composição do saldo em 31 de dezembro é como segue:

Em milhares de Reais

	2020	2019
INB (5.3.1)	184.666	182.390
Nuclep (5.3.2)	225.804	220.245
	<b>410.470</b>	<b>402.635</b>

### 5.3.1. Patrocinadora INB - contrato de maio/2006

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora INB e o Nucleos, por meio do termo de transação firmado em maio de 2006 e homologado em juízo em novembro de 2006. Pelos termos do acordo, a dívida consolidada existente até 31 de maio de 2006, data da assinatura do termo de transação,

foi dividida em 360 parcelas mensais e sucessivas (Tabela "Price"), com início em julho de 2006, devidamente atualizada pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo em cada exercício está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais

	2020	2019
Saldo no início do exercício	182.390	182.699
Parcelas pagas	(17.793)	(17.164)
Atualização	20.069	16.855
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>184.666</b>	<b>182.390</b>

### 5.3.2. Patrocinadora Nuclep - contrato de novembro/2007

Refere-se ao contrato de dívida celebrado entre a patrocinadora Nuclep e o Nucleos, por meio do termo de transação firmado em novembro de 2007 e homologado em juízo, cujo objeto é a composição da dívida previdencial e assistencial, oriunda de ação de cobrança movida pelo Nucleos em face da Nuclep. Pelos

termos do acordo, a dívida foi dividida em 360 parcelas mensais e sucessivas (Tabela "Price"), com início em dezembro de 2009, devidamente atualizada pela variação do INPC, acrescida de juros de 6% ao ano. As parcelas do acordo com data de vencimento até o fechamento destas notas explicativas foram regularmente pagas. A evolução do saldo em cada exercício está demonstrada a seguir:

Em milhares de Reais

	2020	2019
Saldo no início do exercício	220.245	216.311
Parcelas pagas	(19.193)	(18.486)
Atualização	24.752	22.420
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>225.804</b>	<b>220.245</b>

### 5.4. DEPÓSITOS JUDICIAIS E RECURSAIS

Representam os depósitos judiciais e recursais, vinculados a processos em discussão na esfera judicial, envolvendo a gestão previdencial, atualizados até a data do balanço

pela rentabilidade da caderneta de poupança. O saldo em 31 de dezembro de 2020 monta a R\$ 39 (R\$ 422 em 2019). Em 2020 foi liquidada obrigação decorrente de processo judicial, com respectiva baixa de depósito vinculado, no valor atualizado de R\$ 392 (vide Nota 10.1, "i").

## 6. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O realizável da gestão administrativa registra os valores a receber e adiantamentos de responsabilidade de empregados e de terceiros,

os gastos relativos a despesas de períodos subsequentes e os depósitos judiciais e recursais vinculados a processos da gestão administrativa. A composição do saldo em 31 de dezembro é como segue:

Em milhares de Reais

	2020	2019
Contas a receber	64	137
Despesas antecipadas	393	524
Depósitos judiciais/recursais (i)	688	19
	<b>1.145</b>	<b>680</b>

(i) Do saldo em 31 de dezembro de 2020, R\$ 669 refere-se a PIS e Cofins depositados em conta judicial vinculada ao processo movido pelo Núcleos em face da União Federal, em que busca o reconhecimento da inexigibilidade desses tributos (vide Nota 10.3 – PIS/Cofins).

## 7. INVESTIMENTOS

A composição do ativo realizável dos investimentos, posição consolidada, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2020	2019
Créditos privados e depósitos (7.1)	-	-
Fundos de investimento (7.2)	3.683.933	3.587.557
Investimentos imobiliários (7.3)	50.520	53.647
Empréstimos e financiamentos (7.4)	14.895	15.245
Outros realizáveis (7.5)	2.476	2.425
	<b>3.751.824</b>	<b>3.658.874</b>

### 7.1. CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS

Registram valores a receber de empresas privadas, integralmente provisionados para perda, referente a títulos vencidos.

#### 7.1.1. Valores a receber (títulos vencidos) - Ulbra e Têxtil Renaux

Referem-se a créditos de títulos vencidos, que se encontram integralmente provisionados para perda. A posição dos créditos atualizados e da correspondente provisão para perda, em 31 de dezembro, é a seguinte:

Em milhares de Reais

	2020	2019
Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) (a)	141.883	102.254
(-) Provisão para perda (Ulbra)	(141.883)	(102.254)
Têxtil Renaux (TXRX) (b)	113.544	84.081
(-) Provisão para perda (TXRX)	(113.544)	(84.081)
	-	-

### (a) Universidade Luterana do Brasil (Ulbra)

As debêntures de emissão da Ulbra foram adquiridas em 2003 e 2004, sendo que o Nucleos, por meio do Agente Fiduciário, ingressou em 2009 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas pela Ulbra na escritura de emissão de debêntures.

No processo de execução foram arrestados bens imóveis visando a satisfação do crédito, tendo o Juízo deferido a conversão em penhora de parte desses bens. Aguarda-se a decisão sobre o pedido de conversão em penhora dos demais imóveis arrestados. No estágio atual ainda não é possível afirmar se os bens arrestados/penhorados poderão ser utilizados para o pagamento dos credores debenturistas, uma vez que há outros credores, inclusive credores preferenciais (fiscais e trabalhistas), pleiteando penhora sobre os mesmos bens.

Em maio de 2019, a Ulbra ajuizou pedido de Recuperação Judicial, que foi indeferido pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Canoas/RS. A Ulbra interpôs recurso de apelação contra essa decisão, que foi provido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), em julgamento realizado em 13/12/2019, determinando o processamento da Recuperação Judicial. A Recuperação Judicial prosseguiu com a nomeação do Administrador Judicial (AJ), bem como a suspensão de todas as ações e execuções contra a devedora, inclusive, a de interesse do Nucleos.

Em maio de 2020, foi apresentada Divergência ao Quadro Geral de Credores na Recuperação Judicial, com a finalidade de impugnar o valor do crédito atribuído aos debenturistas da Planner (Agente Fiduciário).

Em junho de 2020, a Planner apresentou Objeção ao Plano de Recuperação Judicial, por não concordar com as condições pleiteadas pela devedora para o pagamento de suas dívidas, que foi acatada pelo Administrador Judicial, em novembro de 2020, retificando o valor do crédito dos debenturistas. Aguarda-se a apreciação das manifestações de objeção ao Plano de Recuperação Judicial.

Em 31 de agosto de 2009, foi constituída provisão para perda referente à totalidade do investimento, por ter sido considerado de difícil recebimento, situação que não sofreu modificação até a data de emissão destas demonstrações contábeis.

A dívida vem sendo atualizada conforme critérios estipulados na escritura de emissão. Em 31 de dezembro de 2020, a dívida referente a esses títulos, que se encontra integralmente provisionada para perda, monta a R\$ 141.883 (R\$ 102.254 em 2019).

### (b) Têxtil Renaux (TXRX)

As debêntures de emissão da Têxtil Renaux foram adquiridas em 2005, sendo que o Nucleos, por meio do Agente Fiduciário, ingres-

sou em 2006 com ação judicial de execução para a recuperação do crédito, em virtude do descumprimento de obrigações assumidas pelo emitente. Com isso, o investimento foi classificado como crédito de difícil recebimento, com o reconhecimento de provisão para perda desses recursos.

A execução judicial prosseguiu ao longo desses anos, sem modificação quanto à probabilidade de recuperação dos valores investidos. No curso do processo de execução houve a penhora de bens visando a satisfação de débitos da Têxtil Renaux, porém existiam outras penhoras recaindo sobre os mesmos bens, referentes a execuções movidas por outros credores da Companhia.

Em 28 de fevereiro de 2019, a Têxtil Renaux formulou pedido de homologação de Plano de Recuperação Extrajudicial (PRE), que foi distribuído à Vara Comercial de Brusque - SC. Nesse processo, o Agente Fiduciário foi listado como credor abrangido pelo PRE, no valor de R\$ 42.582, referente ao crédito total dos debenturistas, dentre eles o Nucleos, cuja participação no crédito é de 84,2%. O valor apresentado no PRE pela Têxtil Renaux considera um deságio de aproximadamente 51% do crédito objeto do processo em execução que, na mesma data, monta a R\$ 86.820.

Em 6 de março de 2019, a Vara Comercial de Brusque - SC proferiu decisão recebendo o pedido formulado pela Têxtil Renaux e determinando a publicação do edital de convocação de credores. Foi também determinada a suspensão das ações e execuções realizadas pelos credores abrangidos pelo PRE, inclusive, a execução de interesse do Nucleos.

Em 2 de maio de 2019, o Agente Fiduciário apresentou manifestação requerendo o indeferimento do pedido de homologação do PRE, em razão de possíveis ilegalidades, dentre elas,

a inobservância do quórum exigido pela legislação, o deságio abusivo no valor do crédito dos debenturistas e a ausência de demonstração de viabilidade econômico-financeira da Têxtil Renaux para o cumprimento do PRE. Em 16 de julho de 2019, foi proferida decisão nomeando a empresa Excellenza Consultoria Empresarial para realizar perícia técnica contábil.

Em julho de 2020, a Excellenza Consultoria Empresarial apresentou ao Juízo o laudo pericial, que não reconhece como válida a adesão da credora D&D Administradora de Bens Ltda. ao plano de recuperação extrajudicial e concluiu que o crédito dos debenturistas seria de R\$ 43.028. O crédito da D&D foi utilizado pela Têxtil para atingir o quórum necessário à aprovação do PRE, que poderá ser anulado, caso a constatação da perícia seja reconhecida pelo Juízo. Em virtude de divergência no valor apontado pelo perito do Juízo, a Planner (Agente Fiduciário) contratou a empresa Porto & Reis para elaborar parecer técnico visando instruir o pedido de impugnação parcial ao laudo pericial, relativamente ao valor do crédito dos debenturistas. Os credores e a Têxtil Renaux apresentaram impugnação ao laudo pericial.

A provisão para perda, referente à totalidade do investimento, foi reconhecida inicialmente em 31 de agosto de 2006, por ter sido considerado crédito de difícil recebimento, situação que não sofreu modificação até a data de emissão destas demonstrações contábeis.

A dívida vem sendo atualizada com base no cálculo do processo judicial de execução, que tem por base valores apurados em perícia contábil-financeira. Em 31 de dezembro de 2020, a dívida relativa a esses títulos, que se encontra integralmente provisionada para perda, monta a R\$ 113.544 (R\$ 84.081 em 2019).

## 7.2. FUNDOS DE INVESTIMENTO

Registra as aplicações de recursos por meio de fundos de investimento exclusivos e não exclusivos, classificados como fundos

de renda fixa, multimercado, de ações e em participações, nos segmentos de renda fixa, renda variável e estruturado. A composição, posição consolidada, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2020	2019
<b>Fundos de investimento renda fixa</b>	<b>887.248</b>	<b>681.921</b>
Nucleos II - FI RF Referenciado DI	396.804	417.103
Nucleos V - Sul América ALM FI RF LP	203.479	169.330
Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM FI RF LP	286.965	95.488
<b>Fundos de investimento multimercado</b>	<b>1.475.025</b>	<b>1.694.324</b>
Nucleos I - OCCAM FIM	381.736	467.002
Nucleos VIII - FI Multimercado	642.846	796.872
Fundos não exclusivos [7.2.1 (a)]	450.443	430.450
<b>Fundos de investimento em ações</b>	<b>1.217.220</b>	<b>1.116.496</b>
Nucleos III - OCCAM FIA	448.625	414.919
Nucleos IV - BNP Paribas FIA	161.472	156.402
Fundos não exclusivos [7.2.1 (b)]	607.123	545.175
<b>Fundos de investimento em participações</b>	<b>104.440</b>	<b>94.816</b>
CRT FIP (7.2.5)	98.977	89.956
Energia PCH FIP (7.2.6)	5.463	4.860
	<b>3.683.933</b>	<b>3.587.557</b>

Os valores apresentados correspondem ao patrimônio líquido dos fundos de investimento e, no caso dos fundos não exclusivos, representam a participação do Nucleos no patrimônio líquido de cada fundo.

### 7.2.1. Fundos de investimento não exclusivos

A composição dos fundos de investimento não exclusivos, em 31 de dezembro, é como segue:

### (a) Fundos de investimento multimercado

Em milhares de Reais

	2020	2019
Ibiuna Hedge STH FIC FIM	180.173	142.056
Absolute Vertex II FIC FIM	125.914	121.280
Ibiuna Long Short STLS FIC FIM	81.712	81.138
Exploritas Alpha AL FIM	62.644	85.976
	<b>450.443</b>	<b>430.450</b>

Os fundos de investimento não exclusivos classificados como multimercado estão alocados no segmento de aplicação estruturado, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.661/2018.

### (b) Fundos de investimento em ações

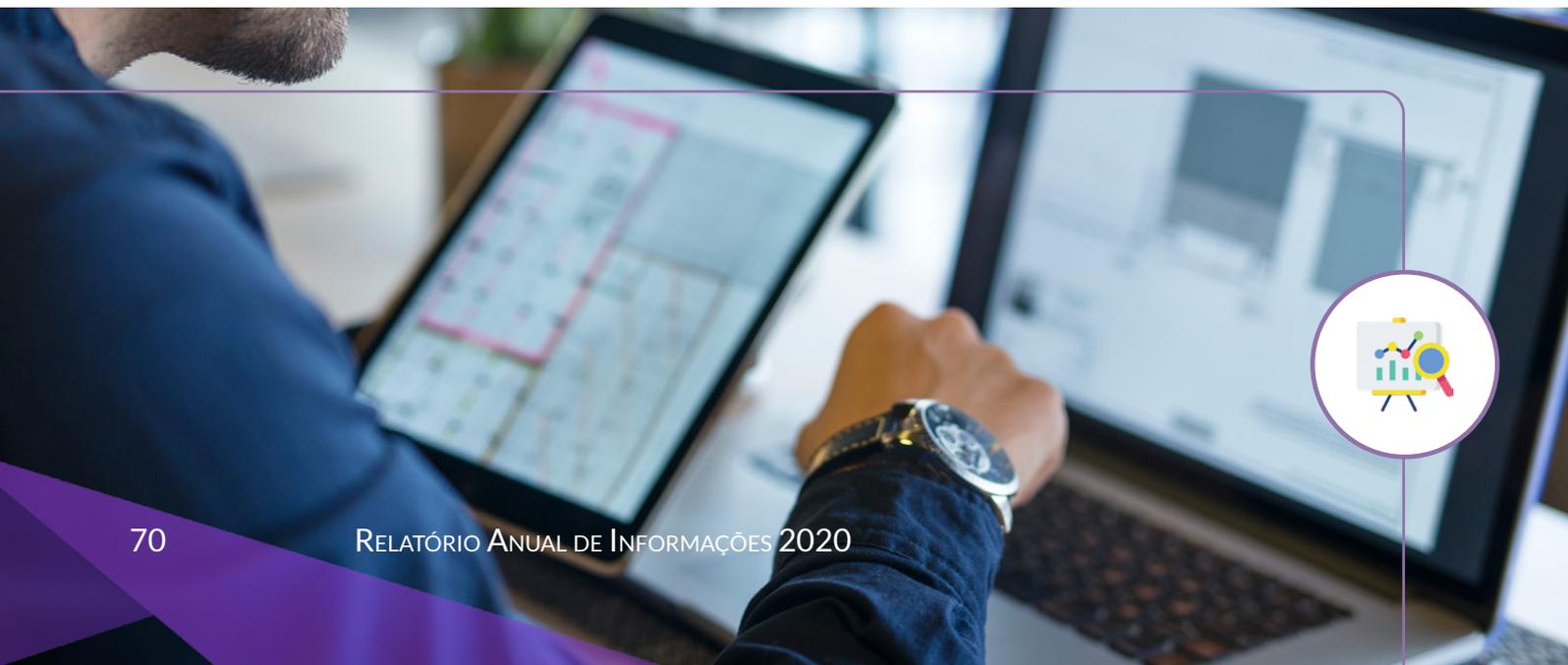
Em milhares de Reais

	2020	2019
Moat Capital FIC FIA	200.090	185.077
Neo Navitas FIC FIA	82.368	78.835
Franklin Valor e Liquidez FVL FIC FIA	39.725	42.297
Sul América Equities FIA	98.255	112.386
Vinci Mosaico FIA	130.981	126.580
BNP Paribas Small Caps FIA	29.640	-
4UM Marlim Dividendos FIA	26.064	-
	<b>607.123</b>	<b>545.175</b>

## 7.2.2. Composição dos fundos de investimento

O quadro a seguir apresenta o detalhamento e composição dos recursos com gestão terceiriza-

da, por meio de fundos de investimento, exclusivos e não exclusivos, nos diversos segmentos e modalidades de aplicação, posição consolidada, em 31 de dezembro:



Em milhares de Reais

	2020		2019	
	Valor	Particip. (%)	Valor	Particip. (%)
<b>Renda fixa (7.2.3)</b>	<b>1.743.751</b>	<b>47,34</b>	<b>1.845.442</b>	<b>51,44</b>
Títulos públicos federais	1.743.751	47,34	1.845.442	51,44
NTN-B - Notas do Tesouro Nacional - Série B	477.263	12,96	255.927	7,13
NTN-C - Notas do Tesouro Nacional - Série C	-	-	8.763	0,24
LFT - Letras Financeiras do Tesouro	350.205	9,51	681.875	19,01
LTN - Letras do Tesouro Nacional	34.238	0,93	191.484	5,34
Operações compromissadas	882.045	23,94	707.393	19,72
<b>Renda variável</b>	<b>1.354.547</b>	<b>36,76</b>	<b>1.205.245</b>	<b>33,60</b>
Ações (7.2.4)	626.809	17,01	506.101	14,11
Cotas de fundos de ações [7.2.1 (b)]	607.123	16,48	545.175	15,20
Cotas de fundos de ações e ETF (i)	120.615	3,27	153.969	4,29
<b>Estruturado</b>	<b>554.883</b>	<b>15,07</b>	<b>525.266</b>	<b>14,64</b>
CRT FIP (7.2.5)	98.977	2,69	89.956	2,51
Energia PCH FIP (7.2.6)	5.463	0,15	4.860	0,13
Cotas de fundos multimercado [7.2.1 (a)]	450.443	12,23	430.450	12,00
Tesouraria/contas a receber/pagar dos fundos	30.752	0,83	11.604	0,32
	<b>3.683.933</b>	<b>100,00</b>	<b>3.587.557</b>	<b>100,00</b>

(i) cotas de fundos de investimento em ações e cotas de fundos de índice (ETFs) alocados nas carteiras dos fundos de investimento exclusivos, conforme segue:

Em milhares de Reais

Fundo investido	Fundo investidor	2020	2019
OCCAM FIC FIA	Nucleos I	25.883	23.996
Bahia AM Valuation FIC FIA	Nucleos VIII	74.085	89.022
Bahia AM Smid Caps FIC FIA	Nucleos VIII	20.647	19.764
Ishares Bm&Fbovespa SMALL FI	Nucleos VIII	-	21.187
		<b>120.615</b>	<b>153.969</b>

O Nucleos é o responsável pelas decisões de macroalocação dos recursos, conforme diretrizes da Política de Investimentos e ALM – *Asset Liability Management*, enquanto a seleção de ativos é terceirizada e discricionária. Assim, as aquisições e alienações de ativos são efeti-

vadas pelos gestores externos.

Os gestores externos são selecionados com base no Manual de Investimentos – Procedimentos Internos de Seleção e Avaliação de Prestadores de Serviços.

Na aplicação dos recursos em títulos e valores mobiliários e em quaisquer outros ativos de investimento os gestores devem observar a conformidade com as disposições contidas no Regulamento do fundo, na Política de Investimentos dos planos e nas normas expedidas pelo Conselho Monetário Nacional, especialmente a Resolução CMN nº 4.661/2018, bem como em normativos expedidos pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

### 7.2.3. Classificação dos títulos e valores mobiliários de renda fixa

Todos os títulos e valores mobiliários que integram as carteiras dos fundos de investimento exclusivos da Entidade (Núcleos I, II, III, IV, V, VI e VIII) foram classificados na categoria de títulos para negociação, em conformidade com a Resolução CNPC nº 29/2018 e Resolução CNPC nº 37/2020. A seguir, composição em 31 de dezembro:

Em milhares de Reais

	2020		2019
	Valor de Mercado	Faixa Vencimento	
<b>Títulos do Tesouro Nacional</b>			
NTN-B	29	Até 1 ano	-
NTN-B	477.234	Após 1 ano	255.927
NTN-C	-	Após 1 ano	8.763
LFT	9.248	Até 1 ano	42.027
LFT	340.957	Após 1 ano	639.848
LTN	-	Até 1 ano	58.390
LTN	34.238	Após 1 ano	133.094
<b>Operações Compromissadas</b>			
LFT	870.159	Até 1 ano	-
LTN	11.886	Até 1 ano	653.365
NTN	-	Até 1 ano	54.028
	<b>1.743.751</b>		<b>1.845.442</b>

Estão também incluídos na categoria de títulos para negociação os títulos e valores mobiliários das carteiras dos fundos de investimento não

exclusivos, de acordo com os normativos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

## 7.2.4. Investimentos em Ações

O detalhamento dos investimentos em ações que compõem a carteira dos fundos exclusivos, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

Companhia	Código*	2020	
		Valor	Part. (%)
Vale S.A.	VALE	94.424	15,06
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR	58.315	9,30
Itaú Unibanco S.A.	ITUB	52.900	8,44
Banco Bradesco S.A.	BBDC	49.260	7,86
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	B3SA	49.216	7,85
Magazine Luiza S.A.	MGLU	26.072	4,16
Notre Dame Intermédica Participações S.A.	GNDI	21.778	3,47
JBS S.A.	JBSS	16.793	2,68
Natura & Co Holding S.A.	NTCO	15.328	2,45
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	ITSA	14.180	2,26
Suzano S.A.	SUZB	14.178	2,26
Cia Siderúrgica Nacional - CSN	CSNA	13.828	2,21
Weg S.A.	WEGE	13.586	2,17
Gerdau S.A.	GGBR	12.715	2,03
Banco do Brasil S.A.	BBAS	12.106	1,93
Ambev S.A.	ABEV	10.694	1,71
Localiza Rent a Car S.A.	RENT	9.740	1,55
Via Varejo S.A.	VVAR	8.838	1,41
Lojas Renner S.A.	LREN	8.739	1,39
Banco BTG Pactual S.A.	BPAC	7.210	1,15
Equatorial Energia S.A.	EQTL	6.855	1,09
Hapvida Participações e Investimentos S.A.	HAPV	6.459	1,03
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás	ELET	6.254	1,00
Lojas Americanas S.A.	LAME	5.409	0,86
Banco Santander (Brasil) S.A.	SANB	4.845	0,77
Raia Drogasil S.A.	RADL	4.765	0,76
Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.	QUAL	4.690	0,75
Klabin S.A.	KLBN	4.255	0,68
B2W - Companhia Digital	BTOW	3.957	0,63
Metalúrgica Gerdau S.A.	GOAU	3.913	0,62
Cia Saneamento Básico Estado SP	SBSP	3.768	0,60
Cosan S.A.	CSAN	3.546	0,57
CESP - Cia Energética de São Paulo	CESP	3.410	0,54
Sul América S.A.	SULA	3.247	0,52

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Companhia	Código*	2020	
		Valor	Part. (%)
Energisa S.A.	ENGI	2.971	0,47
Ultrapar Participações S.A.	UGPA	2.760	0,44
Cyrela Brazil Realty S.A. - Empreend. e Part.	CYRE	2.747	0,44
Rumo S.A.	RAIL	2.554	0,41
Petrobras Distribuidora S.A.	BRDT	2.431	0,39
Usinas Sid. de Minas Gerais S.A. - Usiminas	USIM	2.390	0,38
Mafrig Glogal Foods S.A.	MRFG	2.256	0,36
Telefônica Brasil S.A.	VIVT	2.194	0,35
Azul S.A.	AZUL	2.077	0,33
Multiplan - Empreend. Imobiliários S.A.	MULT	2.009	0,32
BB Seguridade Participações S.A.	BBSE	1.641	0,26
Eneva S.A.	ENEV	1.553	0,25
Hypermarcas S.A.	HYPE	1.455	0,23
Totvs S.A.	TOTS	1.450	0,23
Cia Locação das Américas	LCAM	1.382	0,22
CCR S.A.	CCRO	1.292	0,21
Tim S.A.	TIMS	1.236	0,20
BRF S.A.	BRFS	1.235	0,20
Bradespar S.A.	BRAP	1.181	0,19
IRB - Brasil Resseguros S.A.	IRBR	1.088	0,17
Demais empresas**		13.634	2,19
		<b>626.809</b>	<b>100,00</b>

Companhia	Código*	2019	
		Valor	Part. (%)
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobras	PETR	47.628	9,41
Vale S.A.	VALE	46.099	9,11
Magazine Luiza S.A.	MGLU	33.373	6,59
Banco Bradesco S.A.	BBDC	32.004	6,32
Itaú Unibanco S.A.	ITUB	30.702	6,07
Lojas Renner S.A.	LREN	27.122	5,36
Banco do Brasil S.A.	BBAS	18.298	3,62
Hapvida Participações e Investimentos S.A.	HAPV	16.684	3,30
JBS S.A.	JBSS	15.622	3,09
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. Eletrobrás	ELET	14.601	2,88
Rumo S.A.	RAIL	14.498	2,86

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Companhia	Código*	2019	
		Valor	Part. (%)
Itaúsa Investimentos Itaú S.A.	ITSA	13.646	2,70
Equatorial Energia S.A.	EQTL	13.642	2,70
CESP - Cia Energética de São Paulo	CESP	10.413	2,06
IRB - Brasil Resseguros S.A.	IRBR	9.759	1,93
Via Varejo S.A.	VVAR	9.551	1,89
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão	B3SA	9.167	1,81
Ambev S.A.	ABEV	8.925	1,76
Santos Brasil Participações S.A.	STBP	8.325	1,64
BB Seguridade Participações S.A.	BBSE	8.226	1,63
Banco BTG Pactual S.A.	BPAC	7.560	1,49
Localiza Rent a Car S.A.	RENT	7.093	1,40
Gerdau S.A.	GGBR	6.703	1,32
Cyrela Brazil Realty S.A. - Empreend. e Part.	CYRE	6.577	1,30
Banco Inter S.A.	BIDI	5.913	1,17
Neoenergia S.A.	NEOE	5.197	1,03
Energisa S.A.	ENGI	4.867	0,96
Notre Dame Intermédica Participações S.A.	GNDI	4.730	0,93
Azul S.A.	AZUL	4.707	0,93
BR Malls Participações S.A.	BRML	3.651	0,72
Cia Energética de Minas Gerais - Cemig	CMIG	3.610	0,71
Suzano S.A.	SUZB	3.222	0,64
BRF S.A.	BRFS	3.139	0,62
Raia Drogasil S.A.	RADL	2.662	0,53
Telefônica Brasil S.A.	VIVT	2.604	0,51
Sul América S.A.	SULA	2.475	0,49
Weg S.A.	WEGE	2.461	0,49
Petrobras Distribuidora S.A.	BRDT	2.147	0,42
Ultrapar Participações S.A.	UGPA	1.990	0,39
Cogna Educação S.A.	COGN	1.894	0,37
Lojas Americanas S.A.	LAME	1.874	0,37
CCR S.A.	CCRO	1.865	0,37
Cia Saneamento Básico Estado SP	SBSP	1.863	0,37
Natura & Co Holding S.A.	NTCO	1.812	0,36
Mafrig Glogal Foods S.A.	MRFG	1.751	0,35
Banco Santander (Brasil) S.A.	SANB	1.630	0,32
Hypermarcas S.A.	HYPE	1.482	0,29
B2W - Companhia Digital	BTOW	1.340	0,26
Engie Brasil Energia S.A.	EGIE	1.320	0,26

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Companhia	Código*	2019	
		Valor	Part. (%)
Cosan S.A.	CSAN	1.241	0,25
Estácio Participações S.A.	YDUQ	1.224	0,24
Embraer S.A.	EMBR	1.206	0,24
TIM Participações S.A.	TIMP	1.186	0,23
Banco Pan S.A.	BPAN	1.147	0,23
Demais empresas**		13.673	2,71
		<b>506.101</b>	<b>100,00</b>

\*Código na Bolsa de Valores (B3).

\*\*Posição individual inferior a 1 milhão de reais.

### 7.2.5. CRT FIP Multiestratégia ("CRT FIP")

Refere-se à aplicação de recursos, realizada em dezembro de 2003, no fundo de investimento em participações, denominado CRT FIP.

Os recursos aplicados no CRT FIP, cuja participação do Nucleos é de 100%, foram investidos em ações preferenciais da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. ("CRT"). Em 31 de dezembro de 2020, o CRT FIP detinha 9.526 ações preferenciais classe A da empresa investida, correspondendo a 25,28% de ações dessa classe e 11,02% da totalidade das ações da Companhia.

A participação do CRT FIP na Concessionária Rio-Teresópolis S.A. foi precificada pelo

critério de valor justo com base em avaliação econômico-financeira ("Valuation") da Companhia, realizada por empresa independente e especializada em avaliação de empresas, contratada pelo administrador fiduciário do fundo (Oliveira Trust DTVM S.A.).

Para o encerramento do exercício de 2020 a avaliação foi realizada pela empresa Alvarez & Marsal Assessoria em Transações Ltda., CNPJ nº 28.287.683/0001-29.

Na avaliação econômico-financeira da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. foi utilizada a seguinte metodologia e premissas gerais, além de análises e projeções macroeconômicas apresentadas no laudo:

Data do laudo de avaliação:	7 de dezembro de 2020
Data-base do estudo:	30 de setembro de 2020
Padrão de valor:	Valor justo
Moeda de projeção:	Reais (R\$) nominal
Metodologia:	Fluxo de Caixa Descontado ("FCD") utilizando o fluxo de caixa para a firma ajustado por dívida líquida e ativos e passivos não operacionais.
Período de projeção:	Outubro de 2020 a dezembro de 2026, conforme contrato de concessão e prazo de recebimento do reequilíbrio de contrato.
Taxa de desconto:	11,1% em termos nominais, a partir da metodologia WACC - <i>Weighted Average Cost of Capital</i> (custo médio ponderado de capital).
Fontes de informação:	Informações fornecidas pela Companhia CRT.

O saldo do investimento no CRT FIP, em 31 de dezembro de 2020, monta a R\$ 98.977 (R\$ 89.956 em 2019).

O Nucleos está desenquadrado em relação ao limite de concentração para a aplicação de recursos da Entidade, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, por deter 100% das cotas do CRT FIP.

As ações para o enquadramento no limite legal (25% do patrimônio líquido do fundo) foram iniciadas em 2007, que consistem em ofertas públicas (semestrais até 2012 e trimestrais a partir de 2013), através de leilões eletrônicos em plataforma da Cetip (B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão). Apesar de ampla divulgação não houve interessados nas ofertas realizadas.

Alternativas para o reenquadramento do investimento foram avaliadas pelo Nucleos, porém nenhuma delas se mostrou viável sob o aspecto legal e financeiro.

#### 7.2.6. Energia PCH FIP Multiestratégia (“PCH FIP”)

Em agosto de 2004 foram investidos recursos do Plano no fundo de investimento em participações Energia PCH FIP. A participação do Nucleos no patrimônio do fundo é de aproximadamente 0,73%, cuja carteira é composta, principalmente, por ações da empresa Hydria Participações e Investimentos S.A. (antiga Juruena Participações S.A.).

Em março de 2020, o administrador fez nova precificação dos ativos da carteira do FIP, baseado no laudo de avaliação econômico-financeira elaborado pela empresa Thoreos Consultoria Ltda. (CNPJ nº 08.646.359/0001-42), emitido em 31 de janeiro de 2020, com base nos números de 31 de dezembro de 2019. Com a atualização do valor justo dos ativos, a participação do Nucleos no investimento foi impactada positivamente em R\$ 678.

A metodologia de avaliação adotada na apuração do valor justo dos ativos, principalmente, da investida Hydria Participações e Investimentos S.A., é o Fluxo de Caixa Descontado (FCD), o qual estima o valor econômico de uma empresa mediante o cálculo do valor presente dos seus fluxos de caixa projetados, considerando o custo do capital próprio e o Fluxo de Caixa Livre do Acionista (FCFE). A taxa de desconto dos fluxos, calculada pelo método CAPM (Capital Asset Pricing Model) modificado para capturar riscos não diversificáveis, é 8,1% real ao ano.

O saldo do investimento no PCH FIP, em 31 de dezembro de 2020, monta a R\$ 5.463 (R\$ 4.860 em 2019).

#### 7.2.7. Gestores e administradores dos fundos de investimento

A identificação dos fundos de investimento, seus gestores e administradores, posição em 31 de dezembro de 2020, estão listados a seguir:

Fundo de investimento	Gestor	Administrador
Nucleos I - OCCAM Fundo de Investimento Multimercado	OCCAM Brasil Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos II - Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	BRAM - Bradesco Asset Management S.A. DTVM	BEM DTVM Ltda.
Nucleos III - OCCAM Fundo de Investimento em Ações	OCCAM Brasil Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos IV - BNP Paribas Fundo de Investimento em Ações	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	BEM DTVM Ltda.

continua na página seguinte

continuação da página anterior

Fundo de investimento	Gestor	Administrador
Nucleos V - Sul América ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos VI - Icatu Vanguarda ALM Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Nucleos VIII - Fundo de Investimento Multimercado	Bahia AM Renda Variável Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Moat Capital Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Ações	Moat Capital Gestora de Recursos Ltda.	Intrag DTVM Ltda.
Neo Navitas Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Neo Gestão de Recursos Ltda.	Intrag DTVM Ltda.
Franklin Valor e Liquidez FVL Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Ações	Franklin Templeton Investimentos (Brasil) Ltda.	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Sul América Equities Fundo de Investimento em Ações	Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A.	BEM DTVM Ltda.
Vinci Mosaico Fundo de Investimento de Ações	Vinci Equities Gestora de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
BNP Paribas Small Caps Fundo de Investimento Ações	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Banco BNP Paribas Brasil S.A.
4UM Marlim Dividendos Fundo de Investimento em Ações	4 U M Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
OCCAM Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento de Ações	OCCAM Brasil Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Bahia AM Smid Caps Valor Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Bahia AM Renda Variável Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Bahia AM Valuation Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento em Ações	Bahia AM Renda Variável Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Ibiuna Hedge STH Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Ibiuna Macro Gestão de Recursos Ltda. Ibiuna Equities Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
Absolute Vertex II Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Absolute Gestão de Investimentos Ltda.	BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A.
Exploritas Alpha América Latina Fundo de Investimento em Cotas de FI Multimercado	Exploritas Administração Financeira Ltda.	BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM
Ibiuna Long Short STLS Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	Ibiuna Equities Gestão de Recursos Ltda.	BEM DTVM Ltda.
CRT FIP Multiestratégia	Oliveira Trust DTVM S.A.	Oliveira Trust DTVM S.A.
Energia PCH FIP Multiestratégia	Vinci Infraestrutura Gestora de Recursos Ltda.	Santander Caceis Brasil DTVM S.A.

Os fundos de investimento Nucleos I, II, III, IV, V, VI e VIII são exclusivos. Nesses fundos de investimento o Nucleos é o único cotista.

A empresa BEM Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DTVM) Ltda. é uma empresa do Grupo Bradesco (Banco Bradesco S/A).

O Banco Bradesco S.A. é o responsável pelos serviços de custódia e controladoria dos títu-

los e valores mobiliários da Entidade.

### 7.3. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os imóveis da carteira foram reavaliados em dezembro de cada exercício e estão registrados pelo valor de mercado determinado em laudo de avaliação. A composição, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2020	2019
<b>Uso próprio</b>	<b>5.137</b>	<b>5.266</b>
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Sul	5.137	5.266
<b>Locados a terceiros</b>	<b>45.295</b>	<b>48.302</b>
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	10.079	10.773
Rua Víctor Civita, 66 - bl. 01 - sala 502	3.302	3.343
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	9.170	9.400
Av. República do Chile, 230 - 15º andar - Ala Norte	4.033	4.134
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	18.711	20.652
<b>Valores a receber</b>	<b>88</b>	<b>79</b>
	<b>50.520</b>	<b>53.647</b>

Em uso próprio está registrado o imóvel ocupado pela estrutura administrativa do Nucleos, sendo que o Plano de Gestão Administrativa - PGA remunera mensalmente os investimentos do plano de benefícios pela ocupação, em valor compatível com o mercado, conforme determina a Instrução MPS/SPC nº 34/2009.

Em locados a terceiros estão registrados os imóveis alugados ou colocados à disposição para locação.

Os valores a receber são referentes a: (i) aluguéis do mês de encerramento dos balanços, recebidos regularmente no mês seguinte ao de referência; e (ii) despesas relativas a períodos subsequentes, pagas antecipadamente (seguro predial de imóveis vagos).

A partir da vigência da Resolução CMN

nº 4.661/2018, ficou vedada novas aplicações de recursos em terrenos e imóveis (aplicações diretas), devendo a Entidade, no prazo máximo de 12 (doze) anos, promover a alienação do estoque em carteira própria ou transferi-los para um fundo de investimento imobiliário (FII) constituído para receber esses ativos.

#### 7.3.1. Reavaliações dos investimentos imobiliários

Os imóveis foram reavaliados pela Investor Consulting Partners Consultoria Ltda., CNPJ nº 13.711.795/0001-98, empresa especializada em avaliações patrimoniais, cuja avaliação está baseada em normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. O valor de mercado determinado na última avaliação e o efeito no resultado dos investimentos imobiliários estão demonstrados a seguir:

Em milhares de Reais

Imóvel	Data	Valor Avaliado	Valor Contábil	Resultado
Praia do Flamengo, 200 - 7º andar	dez/2020	10.079	10.651	(572)
Rua Victor Civita, 66 - bl. 01 - sala 502	dez/2020	3.302	3.296	6
Av. República do Chile, 230 - 14º andar	dez/2020	9.170	9.269	(99)
Av. República do Chile, 230 - 15º andar	dez/2020	9.170	9.268	(98)
Av. Rio Branco, 1 - 19º andar	dez/2020	18.711	20.426	(1.715)
		<b>50.432</b>	<b>52.910</b>	<b>(2.478)</b>

O resultado negativo da reavaliação dos ativos imobiliários foi registrado em dezembro de 2020, no valor de R\$ 2.478. Esse resultado reflete a redução no valor de mercado dos imóveis, em razão das dificuldades que o mercado imobiliário tem enfrentado na Cidade do Rio de Janeiro, com elevados índices de vacância, situação que foi agravada pela pandemia (Covid-19).

## 7.4. EMPRÉSTIMOS

Representam os saldos dos empréstimos concedidos aos participantes do Plano Básico de Benefícios (PBB), os quais são corrigidos pela variação do INPC (IBGE), acrescida de juros de 6% ao ano, para os contratos assinados até fevereiro de 2010, e de juros de 7% ao ano, para os contratos assinados a partir de março de 2010. A posição da carteira, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais		
	2020	2019
<b>Principal e encargos contratuais</b>	<b>16.775</b>	<b>17.008</b>
(-) Provisão para perda	(1.880)	(1.763)
	<b>14.895</b>	<b>15.245</b>

A provisão para perda no recebimento dos empréstimos a participantes foi constituída de acordo com os critérios fixados pela Instrução MPS/SPC nº 34/2009, que determina percentuais a serem adotados sobre os valores

vencidos e vencidos para o provisionamento de direitos creditórios de liquidação duvidosa. O valor provisionado para perda, por faixa de tempo de inadimplência do mutuário, em 31 de dezembro, está demonstrado a seguir:

Em milhares de Reais			
Dias de Atraso	% de Provisão	2020	2019
61 a 120	25	6	-
121 a 240	50	26	66
241 a 360	75	18	51
Acima de 360	100	1.830	1.646
		<b>1.880</b>	<b>1.763</b>

A administração da Entidade tem adotado medidas administrativas e judiciais cabíveis para a recuperação dos créditos provisionados para perda da carteira de empréstimos, bem como critérios mais rígidos na concessão de novos empréstimos.

## 7.5. OUTROS REALIZÁVEIS - INSS

Registra o crédito em favor da Entidade, em processo movido contra o INSS, visando o ressarcimento das contribuições previdenciárias incidentes sobre pagamentos a autônomos. A liquidação do valor exequível foi apurada pelo contador judicial, e a decisão condenatória favorável ao Instituto transitou em julgado.

O precatório foi expedido em junho de 2012 e o depósito ocorreu em outubro de 2013, porém o valor foi bloqueado, face ao pedido de substituição do INSS pela União Federal como devedora do precatório, em atendimento às disposições da Lei nº 11.457/2007. Após a substituição processual, o Nucleos foi intimado da decisão que determinou a expedição do alvará de levantamento do valor depositado e que julgou extinto o processo. Entendendo que a atualização do crédito não seguiu os parâmetros fixados na sentença, o Nucleos interpôs recurso dessa decisão e requereu o levantamento do valor depositado.

Em dezembro de 2017, o precatório foi cancelado e resgatado pelo devedor, sem autorização judicial, por força da Lei nº 13.463, de 6 de julho de 2017, que determinou o cancelamento dos precatórios federais ainda não levantados pelos credores, depositados há mais de dois anos.

Em maio de 2019, o Ministério Público Federal emitiu parecer opinando pelo conhecimento e provimento do recurso interposto pelo

Nucleos, para que seja anulada a sentença e determinado o retorno do processo ao juízo de primeiro grau, visando a manifestação do Contador Judicial sobre as divergências apontadas pelo Nucleos. Aguarda-se o julgamento do recurso do Nucleos.

Em julho de 2020, a União Federal apresentou manifestação concordando com a expedição do precatório referente à parte incontroversa.

Em outubro de 2020, o Juízo determinou a expedição de precatório em nome do Nucleos para pagamento do valor incontroverso.

O crédito contabilizado refere-se à parte incontroversa, sendo mantida a atualização pelo rendimento da caderneta de poupança, mesmo critério de remuneração do precatório enquanto esteve depositado. O saldo em 31 de dezembro de 2020 monta a R\$ 2.476 (R\$ 2.425 em 2019).

## 8. PERMANENTE (IMOBILIZADO E INTANGÍVEL)

O imobilizado é composto por bens utilizados no desempenho das atividades do Nucleos. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que consideram a vida útil econômica desses bens, sendo fixado em 10% para móveis e utensílios, 20% para computadores e periféricos e 10% para aparelhos de som e imagem.

O intangível refere-se a gastos com aquisição de software e/ou direitos de uso de sistemas operacionais de informática e são amortizados à taxa de 20% ao ano ou pelo prazo da licença.

Os valores apresentados são líquidos da depreciação e amortização.

	31 de dezembro de 2019	Depreciação/amortização	Adições	Baixas	31 de dezembro de 2020
<b>Imobilizado</b>	<b>583</b>	<b>(226)</b>	<b>375</b>	-	<b>732</b>
Móveis e utensílios	15	(3)	-	-	12
Computadores e periféricos	566	(222)	375	-	719
Aparelhos de som e imagem	2	(1)	-	-	1
<b>Intangível</b>	<b>297</b>	<b>(76)</b>	-	-	<b>221</b>
	<b>880</b>	<b>(302)</b>	<b>375</b>	-	<b>953</b>

## 9. EXIGÍVEL OPERACIONAL

Registra os saldos de obrigações oriundas da atividade regular da Entidade, atualizadas até a data do balanço, quando aplicável. A composição do saldo, em 31 de dezembro, é como segue:

	Em milhares de Reais	
	2020	2019
<b>Gestão previdencial</b>	<b>6.155</b>	<b>5.415</b>
Benefícios a pagar (i)	4.536	4.011
Retenções a recolher	1.613	1.403
Outras exigibilidades	6	1
<b>Gestão administrativa</b>	<b>2.440</b>	<b>1.744</b>
Contas a pagar	985	978
Retenções a recolher	595	570
Tributos a recolher (ii)	737	71
Outras exigibilidades	123	125
<b>Investimentos</b>	<b>335</b>	<b>296</b>
	<b>8.930</b>	<b>7.455</b>

(i) Saldo atualizado de contribuições não resgatadas ("Reservas Não Pagas"), de participantes com inscrição cancelada no plano de benefícios, na forma do Regulamento.

(ii) Refere-se a PIS e Cofins, cujo recolhimento está sendo realizado, desde a competência fevereiro de 2020, em conta de depósito judicial vinculada ao processo ajuizado pelo Núcleo em face da União Federal, em que requer o reconhecimento da inexigibilidade desses tributos (vide Nota 10.3 - PIS/Cofins). Os depósitos judiciais, realizados conforme o vencimento dos tributos, são registrados em conta do ativo realizável da gestão administrativa (vide Nota 6, "i").

## 10. PROVISÕES, PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

### 10.1. PROVISÕES (EXIGÍVEL CONTINGENCIAL)

As provisões para contingências foram regis-

tradas para processos administrativos e judiciais em que a Entidade é parte, cuja avaliação de perda foi considerada “provável” pelos escritórios patronos desses processos. O montante estimado de perda registrado em cada gestão, em 31 de dezembro, é como segue:

Em milhares de Reais

	2020	2019
Gestão previdencial	991	1.315
Gestão administrativa	40	38
	<b>1.031</b>	<b>1.353</b>

Os processos/ações envolvem litígios de natureza previdenciária e tributária. Os quadros a seguir apresentam a composição dos

valores provisionados por natureza da ação e a gestão envolvida, registrados no exigível contingencial:

Em milhares de Reais

2020

Natureza da ação	Valor da Provisão (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Administrativa
Cível-Previdenciária	952	952	-
Trabalhista-Previdenciária (i)	39	39	-
Tributária	40	-	40
	<b>1.031</b>	<b>991</b>	<b>40</b>

Em milhares de Reais

2019

Natureza da ação	Valor da Provisão (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Administrativa
Cível-Previdenciária	893	893	-
Trabalhista-Previdenciária	422	422	-
Tributária	38	-	38
	<b>1.353</b>	<b>1.315</b>	<b>38</b>

(i) Baixa parcial de provisão e correspondente obrigação liquidada com depósito judicial vinculado ao processo, no valor atualizado de R\$ 392.

As ações de natureza cível-previdenciária e trabalhista-previdenciária visam, principalmente, a revisão de benefícios por participantes assistidos do Plano Básico de Benefícios - PBB, administrado pelo Nucleos.

Há uma ação de natureza tributária com provisão reconhecida e refere-se a honorários de sucumbência em contingência do polo ativo com avaliação de perda provável.

Os depósitos judiciais/recursais vinculados a processos/ações com avaliação de perda provável estão registrados em conta do ativo realizável da gestão previdencial, cujo saldo, em 31 de dezembro de 2020, monta a R\$ 39 (R\$ 422 em 2019) (vide nota 5.4).

## 10.2. PASSIVOS CONTINGENTES

O valor estimado e não contabilizado relativo a processos administrativos e judiciais em que a Entidade é parte, cuja avaliação de perda foi considerada “possível” pela administração do Nucleos, baseada na posição dos escritórios que patrocinam esses processos/ações, em 31 de dezembro de 2020, monta a R\$ 15.998 (R\$ 14.743 em 2019).

Os quadros a seguir apresentam a composição dos valores envolvidos nesses processos, por natureza do litígio e gestão (previdencial e investimentos). Não há depósitos judiciais/recursais vinculados a esses processos.

Em milhares de Reais 2020

Natureza da ação	Valor Envolvido (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Investimentos
Cível	13.853	-	13.853
Cível-previdenciária	438	438	-
Tributária	1.707	-	1.707
	<b>15.998</b>	<b>438</b>	<b>15.560</b>

Em milhares de Reais 2019

Natureza da ação	Valor Envolvido (\$)	Por Gestão (\$)	
		Previdencial	Investimentos
Cível	12.669	-	12.669
Cível-previdenciária	385	385	-
Tributária	1.689	-	1.689
	<b>14.743</b>	<b>385</b>	<b>14.358</b>

O valor envolvido na ação de natureza cível refere-se ao litígio envolvendo a empresa adquirente do imóvel situado em Botafogo-RJ, vendido pelo Nucleos em 2011. Nessa ação, cuja citação ocorreu em abril de 2014, a empresa autora cobra a devolução de parte do valor negociado, fruto das relações contratuais que cercaram a operação. A decisão de primeira instância foi favorável ao Nucleos, confirmada

pela segunda instância, após julgamento de recurso da empresa autora, ocorrido em janeiro de 2016. Contra essa decisão, a empresa autora interpôs Recurso Especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), que teve o seguimento negado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), por entender que o recurso não preenchia os requisitos necessários à sua admissibilidade. Contra

a decisão do TJRJ, a empresa autora interpôs Agravo, o qual foi remetido ao STJ e distribuído ao Ministro Relator que, em decisão ocorrida em 9 de novembro de 2016, determinou a conversão do mesmo em Recurso Especial. Aguarda-se o julgamento do Recurso Especial pelo STJ. Não há depósitos judiciais/recursais vinculados ao processo.

As ações de natureza cível-previdenciária visam, principalmente, a revisão de benefícios por participantes assistidos do Plano Básico de Benefícios - PBB, administrado pelo Nucleos.

Na área tributária, o valor envolvido refere-se a um processo administrativo, com exigibilidade suspensa, em que se discute o não reconhecimento de créditos oriundos de pagamentos indevidos ou a maior no âmbito do RET - Regime Especial de Tributação, instituído em 2002 (MP 2.222/2001). O processo administrativo refere-se à manifestação de inconformidade apresentada pelo Nucleos em razão de não homologação ou homologação parcial de declarações de compensação apresentadas em 2005, que foi julgada improcedente pela Receita Federal. Contra essa decisão o Nucleos ingressou com Recurso Voluntário no CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e aguarda julgamento.

### 10.3. ATIVOS CONTINGENTES

#### **PIS / Cofins**

Em junho de 2003 o Nucleos ingressou com ações ordinárias em face da União Federal requerendo a declaração de inexistência de relação jurídico-tributária quanto às contribuições ao PIS e Cofins exigidos conforme a Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998, e restituição das quantias pagas relativas a esses tributos, recolhidos à Receita Federal até janeiro de 2015. A ação relativa à Cofins está aguardando o exame de admissibilidade do Recurso Extraordinário e Recurso Especial do Nucleos e do Recurso

Especial da União Federal. A ação referente ao PIS está aguardando o julgamento de Repercussão Geral da matéria pelo Supremo Tribunal Federal.

O valor estimado do crédito envolvido nessas ações, em 31 de dezembro de 2020, monta a R\$ 14.851 (R\$ 14.659 em 2019), correspondente aos valores originais pagos, atualizados pela Selic, sendo referente a PIS a quantia de R\$ 2.374 (R\$ 2.345 em 2019) e R\$ 12.477 (R\$ 12.314 em 2019) referente à Cofins. Não há depósitos judiciais vinculados a essas ações.

Essas ações não alcançam os tributos devidos a partir da competência janeiro de 2015, em virtude da alteração na legislação tributária federal com a publicação da Lei nº 12.973/2014. Com isso, o Nucleos ajuizou Mandado de Segurança em face da União Federal requerendo a suspensão da exigibilidade de PIS e Cofins e o reconhecimento definitivo da inexigibilidade desses tributos, com a respectiva restituição dos valores já recolhidos. O processo encontra-se em recurso de Apelação, pendente de julgamento. Os valores devidos, apurados mensalmente, desde a competência fevereiro/2020, estão sendo recolhidos em conta de depósito judicial vinculado ao processo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2020, monta a R\$ 669 (vide Nota 6, "i").

#### **OFND**

O Nucleos, por força do Decreto-Lei nº 2.288, de 1986, foi obrigado a adquirir Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento (OFND), o que fez entre dezembro de 1986 e dezembro de 1987. Essas obrigações eram atualizadas originalmente pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN). Todavia, com o advento do Plano Verão, esse índice foi extinto, passando os títulos a serem atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC). Posteriormente, em 4 de junho de 1990, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) comunicou que as OFND seriam indexadas ao valor do Bônus do Tesouro Nacional (BTN).

Com isso, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), representando as suas Associadas, recorreu ao Judiciário para fazer prevalecer o IPC como índice de atualização, por meio do ajuizamento de ação ordinária, em outubro de 1991, contra a União Federal, requerendo o reconhecimento dos expurgos inflacionários ocorridos entre abril de 1990 e fevereiro de 1991. Essa ação transitou em julgado em novembro de 2010, com decisão favorável ao pleito das EFPC.

Em janeiro de 2012 a União Federal ajuizou Ação Rescisória que foi julgada improcedente, em abril de 2013, pela 7ª Turma do Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região. Contra essa decisão, a União Federal interpôs Recurso Especial, que teve provimento negado, em abril de 2019, em julgamento definitivo pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ), e Recurso Extraordinário, não conhecido pela 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) por considerá-lo manifestadamente inadmissível, em decisão publicada em maio de 2020. Essa última decisão transitou em julgado em 13 de agosto de 2020, encerrando definitivamente a discussão de mérito.

Com o trânsito em julgado da ação ordinária, no ano de 2010, o crédito foi registrado na contabilidade, porém foi revertido no ano seguinte, em 2011, em atendimento à determinação da Previc, por meio do Ofício nº 4680/2011/CGMC/DIACE/PREVIC. Os efeitos desse ofício foram contestados pelo Nucleos em processo judicial movido em face da Previc, tendo obtido, em primeira instância, decisão favorável determinando que o crédito fosse escriturado na contabilidade, o que ocorreu em agosto de 2014. Essa decisão foi reformada em segunda instância, com perda de eficácia da tutela judicial que embasou o regis-

tro contábil, motivo pelo qual o crédito foi integralmente revertido em novembro de 2019.

O processo de liquidação do crédito do Nucleos, em conjunto com outras 6 (seis) entidades, foi distribuído à 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Foi realizada prova pericial, sendo que as partes se manifestaram sobre o laudo pericial, tendo a Abrapp requerido a procedência da liquidação, com a homologação do laudo pelo Juízo. Esse processo encontra-se pendente de julgamento.

Embora as discussões de mérito tenham sido encerradas com o trânsito em julgado da ação rescisória, há questões levantadas pela União Federal no processo de liquidação do crédito que ainda dependem de decisão e, na opinião dos advogados patronos, podem influenciar na determinação do valor do crédito.

## 11. PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO

O patrimônio de cobertura do plano, em 31 de dezembro de 2020, monta a R\$ 4.142.057 (R\$ 4.043.660 em 2019), representando o valor do patrimônio, apurado na data do balanço, destinado à cobertura dos compromissos atuariais do Plano Básico de Benefícios - PBB.

### 11.1. PROVISÕES MATEMÁTICAS

Correspondem à diferença entre o valor atual dos compromissos futuros estabelecidos no Regulamento do Plano Básico de Benefícios - PBB e o valor atual das contribuições futuras previstas para cobertura daqueles compromissos.

As provisões matemáticas, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, foram calculadas pela empresa Mirador Assessoria Atuarial Ltda., conforme Parecer Atuarial de 19 de fevereiro de 2021 e de 13 de fevereiro de 2020, respectivamente. A posição em 31 de dezembro é como segue:

	2020	2019
<b>Benefícios concedidos</b>	<b>2.375.749</b>	<b>2.052.905</b>
Benefício definido estruturado em regime de capitalização	2.375.749	2.052.905
Valor atual dos benefícios futuros programados	2.095.245	1.776.767
Valor atual dos benefícios futuros não programados	280.504	276.138
<b>Benefícios a conceder</b>	<b>1.830.603</b>	<b>1.713.267</b>
Benefício definido estruturado em regime de capitalização programado	1.679.560	1.574.098
Valor atual dos benefícios futuros programados	2.291.667	2.197.211
(-) Valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras	(367.746)	(364.173)
(-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(244.361)	(258.940)
Benefício definido estruturado em regime de capitalização não programado	151.043	139.169
Valor atual dos benefícios futuros não programados	194.589	184.771
(-) Valor atual das contribuições futuras das patrocinadoras	(22.716)	(23.672)
(-) Valor atual das contribuições futuras dos participantes	(20.830)	(21.930)
<b>(-) Provisões matemáticas a constituir</b>	<b>-</b>	<b>(189)</b>
(-) Serviço passado - patrocinadoras	-	(189)
	<b>4.206.352</b>	<b>3.765.983</b>

### 11.1.1. Benefícios concedidos

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros dos participantes em gozo de benefício (assistidos), líquido de suas contribuições.

### 11.1.2. Benefícios a conceder

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual dos benefícios futuros a serem pagos aos participantes que não estejam em gozo de benefício, deduzido do valor atual das contribuições futuras a serem realizadas pelos participantes e patrocinadoras.

### 11.1.3. Provisões matemáticas a constituir

Registra, de acordo com a nota técnica atuarial, o valor atual das contribuições extraordinárias futuras referente a serviço passado. Essas contribuições são destinadas à cobertura de com-

promissos previdenciais existentes na data da implantação do Plano Básico de Benefícios, de responsabilidade exclusiva das empresas patrocinadoras. O prazo de amortização foi estabelecido em 20 (vinte) anos, com término previsto em novembro de 2020. O pagamento foi realizado através de contribuição mensal calculada sobre a folha de salários das patrocinadoras de empregados participantes do Núcleos, sendo que a taxa foi recalculada a cada plano de custeio considerando o prazo remanescente de amortização. Em virtude dessa forma de amortização, a quitação do serviço passado ocorreu com as contribuições da competência janeiro de 2020.

### 11.1.4. Premissas e hipóteses atuariais

As principais hipóteses e premissas atuariais utilizadas na avaliação de 2020 e 2019 estão resumidas a seguir:

	2020	2019
<b>Hipóteses populacionais</b>		
Base de dados	30/06/2020	30/06/2019
Rotatividade ( <i>turnover</i> )	Experiência Nucleos 2018	Experiência Nucleos 2018
Composição familiar - Ativos	Experiência Nucleos 2019	Experiência Nucleos 2019
Composição familiar - Aposentados	Família real	Família real
Composição familiar - Pensionistas	Família real	Família real
<b>Hipóteses econômico-financeiras</b>		
Taxa real de juros	5,23% ao ano	5,43% ao ano
Crescimento real de salários	2,01% ao ano	2,01% ao ano
Fator de capacidade dos salários	0,9824	0,9824
Fator de capacidade dos benefícios	0,9824	0,9824
Atualização dos salários	Conforme índice da patrocinadora	Conforme índice da patrocinadora
Atualização dos benefícios	INPC	INPC
<b>Hipóteses biométricas</b>		
Mortalidade geral	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo	AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo
Mortalidade de inválidos	MI-2006, suavizada em 10%, segregada por sexo	MI-2006, suavizada em 10%, segregada por sexo
Entrada em invalidez	TASA-1927	TASA-1927
Auxílio-doença	Experiência Nucleos 2015	Experiência Nucleos 2015

As premissas adotadas na avaliação atuarial de 2020 para o PBB foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em 24 de setembro de 2020.

### 11.1.5. Taxa real de juros (“taxa de juros”)

A taxa de juros é uma das principais premissas para o cálculo atuarial e corresponde à taxa de desconto utilizada para trazer a valor presente (data do balanço) os fluxos futuros dos compromissos com os participantes, líquidos de suas contribuições e das patrocinadoras, e que estão registrados no balanço sob o título de provisões matemáticas.

A Previc divulga anualmente a taxa de juros parâmetro e seus limites que devem ser considerados pela Entidade na definição da taxa de juros a ser utilizada na avaliação atuarial, de acordo com a duração do passivo (*duration*) do plano de benefícios e a rentabilidade futura esperada para os seus investimentos.

A duração do passivo (*duration*) corresponde à média ponderada dos prazos dos fluxos de pagamentos de benefícios do plano, líquidos de contribuições sobre esses benefícios.

Para a adoção de determinada taxa real de juros, o Nucleos deve comprovar, por meio de estudo técnico específico, elaborado pelo atuário, que o patrimônio de cobertura do plano de benefícios é capaz de produzir retorno (rentabilidade) compatível com essa taxa, além de demonstrar a convergência com a taxa de equilíbrio dos fluxos do passivo.

Para a avaliação atuarial do exercício de 2020, as taxas parâmetro e seus limites, inferior e superior, foram divulgadas pela Previc, por meio da Portaria nº 337, de 29 de abril de 2020 (exercício de 2019 - Portaria nº 300, de 12 de abril de 2019).

A definição da taxa real de juros a ser utilizada

na avaliação atuarial do exercício atual tem por base a duration apurada na avaliação atuarial do exercício imediatamente anterior.

Dessa forma, para a avaliação atuarial de 2020, foi adotada a premissa de taxa real de juros de 5,23% ao ano (5,43% em 2019), de acordo com o estudo técnico elaborado pelo atuário, considerando a *duration* apurada na avaliação atuarial de 2019, de 16,13 anos para o Plano (16,72 em 2019 – avaliação atuarial de 2018).

### 11.1.6. Plano de Custeio

Conforme determina a LC 109/2001, o plano de custeio, com periodicidade mínima anual, estabelecerá o nível de contribuições necessário à constituição das reservas garantidoras de

benefícios, fundos, provisões e à cobertura das demais despesas, em conformidade com os critérios fixados pelo órgão regulador e fiscalizador.

Atendendo a esse comando normativo, com base na avaliação atuarial anual, o atuário propõe o nível de contribuições indispensável ao equilíbrio e à solvência do Plano, que corresponde ao Plano de Custeio, devendo ser aprovado pelo Conselho Deliberativo e implementado pela Entidade.

De acordo com o custo atuarial apurado na avaliação de 2020, foram determinadas pelo atuário as seguintes taxas de contribuição, aplicáveis na vigência do Plano de Custeio de 2021, aqui apresentadas comparativamente ao plano de custeio imediatamente anterior:

		Plano de Custeio de 2021	2020
	Percentual geral sobre o Salário de Participação	2,83%	2,83%
Participantes Ativos (1)	Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação que excede meio teto do INSS	2,81%	2,81%
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário de Participação que excede um teto do INSS	5,70%	5,70%
Participantes Assistidos	Aposentados que recebem Abono de Aposentadoria (2)	8,00%	8,00%
	Aposentados que não recebem Abono de Aposentadoria, Pensionistas e participantes em auxílio-doença (3)	1,20%	1,20%
Participantes optantes pelo BPD	Contribuição destinada ao custeio administrativo - PGA (Taxa Administrativa) (4)	15,00%	15,00%
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício de pensão por morte) (5)	0,46%	0,44%
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício por invalidez) (5)	0,43%	0,42%
Patrocinadoras	Contribuição normal (Ativos) (6)	Paritária à dos participantes	Paritária à dos participantes
	Contribuição normal (Assistidos que recebem Abono de Aposentadoria) (7)	Paritária à dos assistidos	Paritária à dos assistidos

(1) 15% (quinze por cento) das contribuições resultantes da aplicação dos percentuais será destinado ao custeio administrativo.

(2) Aplicada sobre o valor total do benefício, sendo que 15% (quinze por cento) das contribuições resultantes da aplicação do percentual será destinado ao custeio administrativo.

(3) Aplicada sobre o valor total do benefício, inclusive sobre o auxílio-doença, sendo que a contribuição

resultante será destinada integralmente ao custeio administrativo. O auxílio-doença é um benefício temporário.

(4) Aplicada sobre o valor da contribuição hipotética, caso o participante estivesse na condição de participante ativo vinculado à patrocinadora, sendo que a contribuição resultante será destinada integralmente ao custeio administrativo.

(5) Aplicada sobre o Salário de Participação hipoté-

tico, caso o participante estivesse na condição de participante ativo vinculado à patrocinadora.

(6) 15% (quinze por cento) da contribuição total ver-tida será destinado ao custeio administrativo.

(7) A patrocinadora não verterá contribuição paritá-

De acordo com o Plano de Custeio aprovado pelo Conselho Deliberativo, a paridade contributiva entre patrocinadoras e participantes ativos é integral, ou seja, alcança as contribuições destinadas à formação das reservas e ao custeio administrativo. Já em relação aos assistidos, a paridade contributiva está limitada à contribuição destinada ao custeio de benefícios do Plano (6,80% sobre o valor total do benefício). A verificação da paridade contributiva estabelecida no Plano de Custeio será realizada mensalmen-

ria à contribuição dos assistidos destinada ao custeio administrativo. A contribuição paritária da patroci-nadora está limitada à contribuição dos assistidos destinada ao custeio de benefícios do Plano, corres-pondente à taxa líquida de 6,80% do valor total do benefício.

te e na sua vigência, em conformidade com as normas internas do Nucleos.

O custo total estimado para as patrocinadoras, na vigência do Plano de Custeio, obtido a partir do montante de contribuição dos participantes, calculada individualmente, considerando-se os salários de participação na data da avaliação atuarial, é representado pelas seguintes taxas (taxas médias):

Descrição	Taxa de Contribuição (%)	
	2021	2020
<b>Patrocinadoras</b>	<b>10,47</b>	<b>10,19</b>
Custo normal - participantes ativos (*)	7,47	7,70
Custo normal - participantes assistidos (*)	3,00	2,49

(\*) Sujeito à verificação da paridade contributiva na forma do Plano de Custeio.

O Plano de Custeio de 2021 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Nucleos em 11 de fevereiro de 2021 e tem vigência no período de 1º de abril de 2021 a 31 de março de 2022.

O Plano de Custeio de 2020 foi aprovado pelo Conselho Deliberativo em 10 de fevereiro de 2020 e tem vigência no período de 1º de abril de 2020 a 31 de março de 2021. Até o fechamento destas notas explicativas, foi cumprido regularmente pelas patrocinadoras, participan-tes e assistidos. A paridade contributiva, na for-ma do plano de custeio, foi verificada por cada

patrocinadora e os eventuais ajustes (excesso ou insuficiência de contribuições) foram realiza-dos no momento do aporte dos valores devidos ao Nucleos, procedimento este conferido e va-lidado pelo Nucleos.

## 11.2. EQUILÍBRIO TÉCNICO

O resultado acumulado realizado da Entidade, que corresponde ao resultado acumulado do Plano Básico de Benefícios, apresenta a seguin-te evolução em cada exercício:

	Em milhares de Reais	
	2020	2019
Superávit acumulado - início do exercício	277.677	107.004
Resultado do exercício [superávit/(déficit)]	(341.972)	170.673
<b>Superávit/(déficit) acumulado - final do exercício</b>	<b>(64.295)</b>	<b>277.677</b>

O exercício encerrado em 31 de dezembro 2020 apresentou déficit no período de R\$ 341.972, revertendo o superávit acumulado no final de 2019 e fechando o exercício com déficit acumulado de R\$ 64.295, equivalente a 1,53% das provisões matemáticas (superávit de R\$ 277.677 em 2019, equivalente a 7,37% das provisões matemáticas).

O resultado negativo (déficit) registrado no exercício decorre, principalmente, do resultado dos investimentos, cuja rentabilidade foi inferior à meta atuarial (rentabilidade de 4,74% e meta atuarial de 11,17%), em um cenário econômico adverso, de crise nos mercados financeiros provocada pela pandemia do novo coronavírus (Covid-19). Ainda que tenha havido expressiva recuperação de valor dos ativos financeiros, após queda significativa no início da crise, em março de 2020, o resultado dos investimentos no exercício, embora positivo, não foi suficiente para restabelecer a situação superavitária registrada no final de 2019. Além disso, houve crescimento das provisões matemáticas em virtude da redução da taxa real de juros, de 5,43% a.a. para 5,23% a.a., em conformidade com o estudo de convergência elaborado pelo atuário do Plano, cujo impacto foi

de R\$ 137.469.

De acordo com o Parecer Atuarial, o déficit do Plano está relacionado ao desempenho dos investimentos, com rentabilidade inferior à meta atuarial, e, por estar dentro do limite de solvência estabelecido pela Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, não há obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento.

O limite é apurado em função da duração do passivo (duration), pela seguinte fórmula: Limite de Déficit Técnico Acumulado = 1% x (duração do passivo - 4) x Provisão Matemática.

Considerando que a duration apurada na avaliação atuarial de 2020 foi de 16,11 anos, o limite de déficit acumulado para o PBB monta a R\$ 509.389, equivalentes a 12,11% das provisões matemáticas, sendo que o déficit técnico acumulado no exercício de 2020, no valor de R\$ 64.295, equivale a 1,53%.

## 12. FUNDOS

Os fundos constituídos apresentam os seguintes saldos em 31 de dezembro:

	Em milhares de Reais	
	2020	2019
Fundos administrativos (12.1)	14.201	13.670
Fundos dos investimentos (12.2)	4.704	4.281
	<b>18.905</b>	<b>17.951</b>

### 12.1. FUNDO ADMINISTRATIVO

O fundo administrativo é constituído ou revertido pelo resultado (excedente ou insuficiência) apurado na gestão administrativa e o saldo disponível tem por finalidade suprir eventuais necessidades de cobertura de despesas na

manutenção das atividades administrativas do Instituto ou em gastos específicos, em conformidade com as disposições do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa (PGA). Os recursos são aplicados em investimentos de renda fixa de baixo risco, em conformidade com a Política de Investimentos do PGA, e os

respectivos rendimentos foram contabilizados mensalmente e incorporados ao patrimônio do fundo.

## 12.2. FUNDOS DOS INVESTIMENTOS

Referem-se a fundos constituídos para a cobertura de perdas na carteira de empréstimos, na ocorrência de morte ou inadimplência dos participantes mutuários. O saldo é composto pelo Fundo de Quitação por Morte (FQM) e pelo Fundo de Quitação por Inadimplência (FQI). O FQM tem por objetivo a quitação de saldos devedores de empréstimo de mutuários que venham a falecer. A finalidade do FQI é a quitação de saldos devedores de empréstimo de mutuários inadimplentes. Os fundos são formados com recursos provenientes de taxas cobradas sobre os empréstimos e são utiliza-

dos na forma e condições estabelecidas em regulamento próprio. Os recursos estão aplicados em investimentos de renda fixa de baixo risco e os respectivos rendimentos contabilizados e incorporados mensalmente ao patrimônio desses fundos.

## 13. AJUSTES E ELIMINAÇÕES DE CONSOLIDAÇÃO

Os ajustes e eliminações decorrentes do processo de consolidação das demonstrações contábeis, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, são referentes à participação do Plano Básico de Benefícios no Plano de Gestão Administrativa e no Fundo Administrativo do PGA. O detalhamento desses ajustes e eliminações, em cada exercício, está demonstrado nos quadros a seguir:

Em milhares de Reais

2020

Descrição	PBB	PGA	Ajustes / Eliminações	Consolidado
<b>Ativo</b>	<b>4.168.443</b>	<b>16.681</b>	<b>(14.201)</b>	<b>4.170.923</b>
Disponível	32	3	-	35
Realizável	4.168.411	15.725	(14.201)	4.169.935
Gestão previdencial	416.966	-	-	416.966
Gestão administrativa	14.201	1.145	(14.201)	1.145
Investimentos	3.737.244	14.580	-	3.751.824
Permanente	-	953	-	953
<b>Passivo</b>	<b>4.168.443</b>	<b>16.681</b>	<b>(14.201)</b>	<b>4.170.923</b>
Exigível operacional	6.490	2.440	-	8.930
Exigível contingencial	991	40	-	1.031
Patrimônio social	4.160.962	14.201	(14.201)	4.160.962
Patrimônio de cobertura do plano	4.142.057	-	-	4.142.057
Provisões matemáticas	4.206.352	-	-	4.206.352
Equilíbrio técnico	(64.295)	-	-	(64.295)
Fundos	18.905	14.201	(14.201)	18.905
Fundos administrativos	14.201	14.201	(14.201)	14.201
Fundos dos investimentos	4.704	-	-	4.704

Descrição	PBB	PGA	Ajustes / Eliminações	Consolidado
<b>Ativo</b>	<b>4.068.637</b>	<b>15.452</b>	<b>(13.670)</b>	<b>4.070.419</b>
Disponível	460	6	-	466
Realizável	4.068.177	14.566	(13.670)	4.069.073
Gestão previdencial	409.519	-	-	409.519
Gestão administrativa	13.670	680	(13.670)	680
Investimentos	3.644.988	13.886	-	3.658.874
Permanente	-	880	-	880
<b>Passivo</b>	<b>4.068.637</b>	<b>15.452</b>	<b>(13.670)</b>	<b>4.070.419</b>
Exigível operacional	5.711	1.744	-	7.455
Exigível contingencial	1.315	38	-	1.353
Patrimônio social	4.061.611	13.670	(13.670)	4.061.611
Patrimônio de cobertura do plano	4.043.660	-	-	4.043.660
Provisões matemáticas	3.765.983	-	-	3.765.983
Equilíbrio técnico	277.677	-	-	277.677
Fundos	17.951	13.670	(13.670)	17.951
Fundos administrativos	13.670	13.670	(13.670)	13.670
Fundos dos investimentos	4.281	-	-	4.281

Em milhares de Reais

## 14. RESULTADOS

### 14.1. GESTÃO PREVIDENCIAL

O resultado realizado do Plano Básico de Benefícios - PBB, em cada exercício, é apresentado como segue:

	Em milhares de Reais	
	2020	2019
<b>Gestão previdencial</b>		
<b>Adições</b>	<b>137.266</b>	<b>136.321</b>
Contribuições previdenciais (i)	92.431	96.942
Patrocinadoras	42.792	47.611
Participantes ativos	35.596	37.081
Participantes assistidos	13.452	11.615
Participantes autopatrocinados	574	628
Participantes em BPD	17	7
Remuneração das contribuições em atraso	5	69
Remuneração das dívidas contratadas	44.821	39.275
INB	20.069	16.855
Nuclep	24.752	22.420
Outras adições	9	35
<b>Deduções</b>	<b>(187.311)</b>	<b>(162.738)</b>
Benefícios de prestação continuada	(183.834)	(161.394)

continua na página seguinte

continuação da página anterior

	2020	2019
Aposentadoria programada	(156.744)	(134.808)
Invalidez	(5.451)	(5.207)
Pensão por morte	(16.140)	(14.315)
Auxílio-doença	(5.499)	(7.064)
Institutos	(3.477)	(1.343)
Resgate	(2.952)	(852)
Portabilidade	-	(408)
Reserva não paga (ii)	(525)	(83)
Outras deduções	-	(1)
<b>Constituição de contingências</b>	<b>(68)</b>	<b>(75)</b>
<b>Custeio administrativo previdencial</b>	<b>(12.569)</b>	<b>(13.762)</b>
<b>Resultado dos investimentos do PBB</b>	<b>161.079</b>	<b>517.405</b>
<b>Constituição das provisões matemáticas</b>	<b>(440.369)</b>	<b>(306.478)</b>
<b>Superávit/(déficit) do exercício</b>	<b>(341.972)</b>	<b>170.673</b>

(i) Contribuições normais e extraordinárias, conforme o caso.

(ii) Refere-se às contribuições não resgatadas de participantes com inscrição cancelada no plano de benefícios, na forma do Regulamento, registradas em cada exercício.

## 14.2. GESTÃO ADMINISTRATIVA

O resultado da gestão administrativa, em cada exercício, é apresentado como segue:

Em milhares de Reais

	2020	2019
<b>Gestão administrativa</b>		
<b>Receitas</b>	<b>16.868</b>	<b>17.252</b>
Custeio administrativo previdencial	12.569	13.762
Custeio administrativo dos investimentos	4.236	3.408
Taxa de administração de empréstimos	62	69
Receitas diretas/outras receitas	1	13
<b>Despesas</b>	<b>(16.715)</b>	<b>(17.042)</b>
Pessoal e encargos	(11.602)	(11.338)
Treinamentos/congressos e seminários	(34)	(129)
Viagens e estadias	(20)	(126)
Serviços de terceiros	(2.656)	(2.747)
Despesas gerais	(1.021)	(1.355)
Depreciação/amortização	(302)	(233)
Tributos	(1.080)	(1.114)
<b>Constituição de contingências</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>
<b>Resultado dos investimentos do PGA</b>	<b>380</b>	<b>761</b>
<b>Constituição do fundo administrativo</b>	<b>531</b>	<b>970</b>

## 14.3. INVESTIMENTOS

O resultado dos investimentos em cada exercício, posição consolidada, é apresentado como segue:

	Em milhares de Reais	
	2020	2019
<b>Investimentos</b>		
<b>Rendas/variações líquidas</b>	<b>166.180</b>	<b>522.002</b>
Créditos privados e depósitos	(248)	3.106
Fundos de investimento	167.698	596.550
Renda fixa	85.040	202.712
Ações	41.724	251.850
Multimercado	29.310	133.601
Participações	11.624	8.387
Investimentos imobiliários	(2.811)	(10.099)
Aluguel e renda - líquido dos custos	(333)	(510)
Resultado de reavaliação (perda)	(2.478)	(9.589)
Empréstimos a participantes	2.265	2.181
Outros realizáveis/obrigações	(724)	(69.736)
<b>Custeio administrativo dos investimentos</b>	<b>(4.298)</b>	<b>(3.477)</b>
<b>Constituição de fundos dos investimentos</b>	<b>(423)</b>	<b>(359)</b>
<b>Resultado dos investimentos (PBB e PGA)</b>	<b>161.459</b>	<b>518.166</b>
<b>Resultado dos investimentos por plano (PBB/PGA)</b>		
Plano Básico de Benefícios - PBB	161.079	517.405
Plano de Gestão Administrativa - PGA	380	761

## 15. PARTES RELACIONADAS – PATROCINADORAS

As transações com as patrocinadoras estão relacionadas ao Convênio de Adesão e ao patrocínio do plano de benefícios administrado pela Entidade, além de convênios firmados para descontos em folha de benefícios. Essas operações envolvem o recebimento

de contribuições estabelecidas no plano de custeio atuarial, o repasse de consignação de empréstimos de participantes empregados, o repasse de valores descontados em folha de benefícios e o recebimento de contribuições em atraso contratadas (contratos de dívida). Os saldos a receber em 31 de dezembro, detalhados na Nota 5, estão totalizados e apresentados a seguir:

	Em milhares de Reais	
	2020	2019
<b>Contribuições normais (5.1) *</b>	<b>6.367</b>	<b>6.107</b>
INB	2.094	1.785
Eletronuclear	2.950	2.926
Nuclep	1.323	1.396

continua na página seguinte

	2020	2019
<b>Contribuições extraordinárias (5.2)</b>	-	<b>293</b>
INB	-	83
Eletronuclear	-	146
Nuclep	-	64
<b>Contribuições em atraso contratadas (5.3)</b>	<b>410.470</b>	<b>402.635</b>
INB	184.666	182.390
Nuclep	225.804	220.245
<b>Total de recebíveis</b>	<b>416.837</b>	<b>409.035</b>
<b>Ativo total do Plano Básico de Benefícios - PBB</b>	<b>4.168.443</b>	<b>4.068.637</b>
<b>% Recebíveis s/ Ativo total do PBB</b>	<b>10,00%</b>	<b>10,05%</b>

\*Contribuições do patrocinador e contribuições descontadas dos participantes.

Em relação às obrigações (contas a pagar), o Nucleos reembolsa mensalmente os custos de pessoal cedido, referentes aos membros da Diretoria Executiva. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2020 monta a R\$ 60, sendo INB

R\$ 27 e Nuclep R\$ 33 (R\$ 61 em 2019, sendo INB R\$ 27 e Nuclep R\$ 34).

Não há transações com ativos financeiros de emissão das patrocinadoras (investimentos).

## 16. CUSTEIO ADMINISTRATIVO E RATEIO DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

A Entidade adota a taxa de administração para o custeio das despesas administrativas, cujo limite é de 1% dos recursos garantidores do plano de benefícios no final do exercício a que se referem, conforme aprovado pelo Conselho Deliberativo, nos termos da Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

Os recursos garantidores do plano de benefícios são formados pelos ativos disponíveis e de investimentos, deduzidos de suas correspondentes exigibilidades, conforme Resolução CMN nº 4.661/2018.

O custeio da estrutura administrativa da Entidade foi realizado com recursos das fontes de custeio definidas no Regulamento do PGA e no Orçamento Anual, quais sejam: (i) parcela das contribuições aportadas por patrocinadores e participantes ativos e assistidos

destinadas ao custeio administrativo (no caso de patrocinadores e participantes ativos essa parcela das contribuições corresponde a 15% das contribuições vertidas, conforme definido no Plano de Custeio Atuarial); (ii) receitas administrativas geradas pelo próprio PGA; e (iii) recursos do resultado dos investimentos do plano de benefícios.

O montante de recursos transferidos do PBB ao PGA forma o custeio administrativo que é utilizado na verificação do limite anual de custeio (taxa de administração).

Conforme determina a Instrução MPS/SPC nº 34/2009, as receitas administrativas diretas e outras receitas administrativas do PGA foram consideradas na apuração do limite anual.

No quadro a seguir apresentamos a relação percentual entre o custeio administrativo e as despesas administrativas com os recursos garantidores do Plano Básico de Benefícios - PBB e com o Ativo total da Entidade.

Descrição	2020	2019
<b>Percentual em relação aos recursos garantidores</b>		
Custeio administrativo	0,45%	0,47%
Despesas administrativas	0,45%	0,47%
<b>Percentual em relação ao ativo total</b>		
Custeio administrativo	0,40%	0,42%
Despesas administrativas	0,40%	0,42%
Custeio administrativo total	16.867	17.239
Despesas administrativas totais	16.715	17.042
Recursos garantidores do Plano Básico de Benefícios	3.736.941	3.645.152
Ativo total da Entidade	4.170.923	4.070.419

A diferença entre o custeio e as despesas administrativas refere-se à cobertura das contingências e à constituição do fundo administrativo (vide Demonstração do Plano de Gestão Administrativa).

O rateio das despesas administrativas entre a gestão previdencial e dos investimentos é precedido de análise, observando-se a especificidade, a natureza e a atividade envolvida, podendo ser classificada diretamente na gestão previdencial ou dos investimentos ou rateada com a utilização de percentuais de mão-de-obra aplicada direta ou proporcional em cada atividade da Entidade. Nos exercícios de 2020 e 2019 as despesas administrativas comuns à gestão previdencial e investimentos foram rateadas na razão de 53% e 47%, respectivamente.

## 17. OUTROS ASSUNTOS

### 17.1. RESOLUÇÃO CGPAR Nº 25/2018

Há uma proposta de alteração do Regulamento do PBB em andamento para adequação do Plano às disposições da Resolução nº 25, de 6 de dezembro de 2018, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR).

A Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST) emitiu manifestação favorável à aprovação da referida proposta, condicionada à realização de ajustes redacionais, de natureza técnica. Após realizados os ajustes, seguindo o procedimento previsto na legislação em vigor, a proposta de alteração será divulgada aos participantes e assistidos e submetida à aprovação da Previc.

Dentre as alterações propostas para a adequação do Regulamento do PBB às diretrizes e parâmetros estabelecidos pela Resolução CGPAR nº 25/2018, podemos destacar: (i) o fechamento do plano a novas adesões; (ii) a exclusão de dispositivos que indiquem percentuais de contribuição para custeio dos planos de benefícios e que estejam incorporados aos seus regulamentos; (iii) a adoção da média dos últimos trinta e seis salários de participação como a base para o cálculo do salário real de benefício da complementação/suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição/serviço; e (iv) a desvinculação dos valores de complementações/suplementações de aposentadorias do valor do benefício pago pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

De acordo com o parecer do atuário responsável pelo PBB e de consultoria jurídica contratada, a alteração proposta não traz impacto relevante

para o Plano, além de respeitar o direito adquirido e o direito acumulado dos participantes.

Em virtude da proposta de fechamento do PBB a novas adesões, as patrocinadoras e o Núcleos estão trabalhando para a criação de novos planos de benefícios, na modalidade contribuição definida (CD), a serem oferecidos aos empregados não inscritos no PBB e aos novos empregados das patrocinadoras.

As propostas de regulamento dos planos CD e os respectivos Convênios de Adesão, da patrocinadora Nuclep (Plano CD Nuclep) e da patrocinadora Eletronuclear (Plano CD Eletronuclear), foram aprovados pela Previc, conforme Portarias nº 96 e 97, de 11 de fevereiro de 2021, publicadas no Diário Oficial da União de 23 de fevereiro de 2021. Foi fixado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que a Entidade comunique o início de funcionamento desses planos à Previc.

A proposta de regulamento do plano CD da patrocinadora INB (Plano CD INB) e do respectivo Convênio de Adesão encontram-se em análise pela Previc.

A modalidade CD é uma exigência da Resolução CGPAR nº 25, que estabelece que o patrocínio de novos planos de benefícios de previdência complementar pelas empresas estatais federais deverá se dar exclusivamente na modalidade de contribuição definida.

## **17.2. INSTRUÇÃO PREVIC Nº 31/2020**

Em 24 de agosto de 2020 foi publicada a Instrução Previc nº 31, de 20 de agosto de 2020, com a estruturação de novo plano contábil padrão e atualização de normas para os procedimentos contábeis das entidades fechadas de previdência complementar, a serem implementados a partir do início de vigência em 1º de janeiro de 2021. A referida norma revoga formalmente a Instrução MPS/SPC nº 34/2009.

A nova Instrução trouxe alterações em critérios contábeis adotadas pela Entidade, destacados a seguir, sem impacto relevante nas demonstrações contábeis e no resultado das operações:

### *(a) Empréstimos a participantes – atualização*

Os empréstimos a participantes que se encontram integralmente provisionados para perda podem deixar de ser atualizados, desde que iniciados os procedimentos de cobrança judicial. A Entidade avaliará a adoção dessa prática em caso de viabilidade operacional.

### *(b) Avaliação de investimentos imobiliários*

A avaliação de imóveis da carteira de investimentos deve ser realizada, no mínimo, anualmente. Essa prática, embora não formalizada, já vinha sendo adotada pela Entidade, em alinhamento às normas gerais, com a avaliação dos imóveis nos exercícios de 2019 e 2020.

### *(c) Provisões para perdas*

Foram alterados os prazos e percentuais para a constituição de provisão para perdas de créditos de liquidação duvidosa. Os prazos e percentuais utilizados a partir de janeiro de 2021 são os seguintes:

- I - provisão mínima de 1% para atraso entre 31 e 60 dias;
- II - provisão mínima de 5%, para atraso entre 61 e 90 dias;
- III - provisão mínima de 10%, para atraso entre 91 e 120 dias;
- IV - provisão mínima de 25%, para atraso entre 121 e 180 dias;
- V - provisão mínima de 50%, para atraso entre 181 e 240 dias;
- VI - provisão mínima de 75%, para atraso entre 241 e 360 dias; e
- VII - provisão de 100% para atraso superior a 360 dias.

#### *(d) Depósitos Judiciais/Recurrais*

Os depósitos judiciais registrados no patrimônio dos planos foram atualizados até 31 de dezembro de 2020. A partir de janeiro de 2021, os depósitos judiciais devem ser atualizados somente por ocasião da emissão do alvará de levantamento expedido pelo judiciário em favor da Entidade.

#### *(e) Registro das despesas administrativas*

As despesas administrativas registradas no plano de gestão administrativa, que até 31 de de-

zembro de 2020 eram segregadas pela origem da administração (previdencial ou de investimentos), passarão a ser registradas de forma consolidada, como despesas de administração dos planos previdenciais.

A Instrução Previc nº 31/2020 também trouxe algumas alterações no conteúdo das demonstrações contábeis a serem elaboradas a partir do exercício de 2021, muitas delas em função da nova estrutura contábil padrão de uso obrigatório pelas entidades fechadas de previdência complementar.

**Armindo D'Ascensão Silva**  
Presidente  
CPF - 091.710.617-20

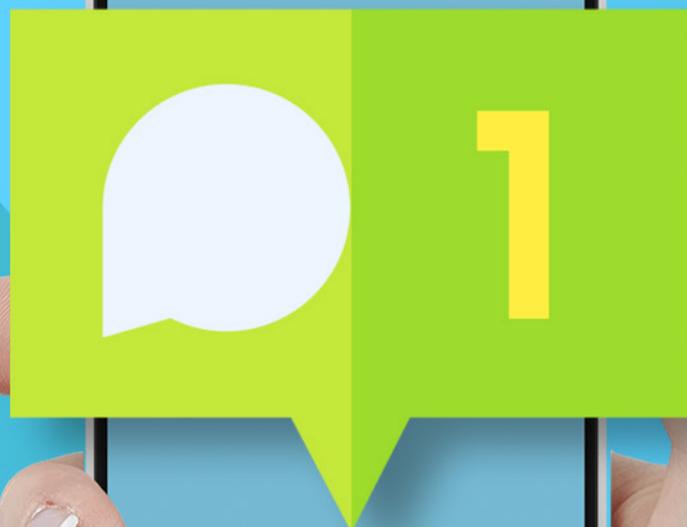
**Luiz Claudio Levy Cardoso**  
Diretor Financeiro  
CPF - 776.079.377-49

**Paulo Sérgio Poggian**  
Diretor de Benefícios  
CPF - 683.544.607-20

**Reginaldo de Santana Ribeiro**  
Contador - CRC/RJ - 091.582/O-2  
CPF - 712.625.203-04



Pareceres



# 19. Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes, Assistidos e Patrocinadoras NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações da mutação do patrimônio social, do Plano de Gestão Administrativa, do ativo líquido do Plano Básico de Benefícios (PBB), da mutação do ativo líquido do Plano Básico de Benefícios (PBB) e das provisões técnicas do Plano Básico de Benefícios (PBB) para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2020 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas

pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPIC), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas

em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos con-

troles internos da Entidade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2021

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC 2SP000160/O-5

Aníbal Manoel Gonçalves de Oliveira  
Contador  
CRC 1RJ056588/O-4

# 20. Parecer Atuarial

MIRADOR 0322/2021

## RESULTADOS DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2020 DO PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIO (PBB)

### 1. OBJETIVO

Este documento tem por objetivo apresentar Parecer Atuarial da MIRADOR relativo aos resultados da Avaliação Atuarial de encerramento do exercício de 2020 do PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - PBB, administrado pelo NUCLEOS - Instituto de Seguridade Social.

O PBB é um plano de caráter previdenciário, registrado no Cadastro Nacional de Planos de Benefícios (CNPB) nº 1979.0022-74 e estruturado na modalidade de Benefício Definido, conforme normatização expressa na Resolução CGPC nº 16, de 22/11/2005.

A Avaliação Atuarial, conforme disposto no inciso I, art. 2º da Resolução CNPC nº 30/2018, é o estudo técnico desenvolvido por atuário, registrado no Instituto Brasileiro de Atuária (IBA), com o objetivo principal de dimensionar os compromissos do plano de

benefícios e estabelecer o plano de custeio de forma a manter o equilíbrio e a solvência atuarial, bem como dimensionar o montante das reservas (provisões) matemáticas e fundos previdenciais.

Para este fim, a Avaliação Atuarial é realizada tendo por base o grupo de ativos, assistidos e beneficiários do plano previdenciário, bem como hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras, estabelecidas previamente e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em Reunião Extraordinária datada em 24/09/2020, com base em estudos de adequação das hipóteses (premissas) específicos para o plano.

A Avaliação Atuarial do PBB foi procedida pela MIRADOR considerando o disposto no Regulamento e na Nota Técnica Atuarial do plano, tendo como data-base da avaliação 31/12/2020 e data-base do cadastro 30/06/2020.

### 2. BASE CADASTRAL E PERFIL DO GRUPO

#### Evolução do Quantitativo de Participantes

Participantes	2019	2020
<b>Ativos</b>	<b>2.948</b>	<b>2.828</b>
Participantes em BPD	3	6
<b>Assistidos</b>	<b>1.824</b>	<b>1.918</b>
Aposentados	1.351	1.430
Aposentados por Invalidez	131	129
Pensionistas	342	359
Outros (cancelados, afastados, etc.)	0	0
<b>Total</b>	<b>4.775</b>	<b>4.752</b>

### Idade média dos Participantes

Participantes	2019	2020
Ativos	43,23	43,53
Participantes em BPD	49,00	47,00
Aposentados	67,60	67,91
Aposentados por Invalidez	59,98	60,79
Pensionistas	62,73	64,19
Outros (cancelados, afastados, etc.)	-	-
<b>Total</b>	<b>52,00</b>	<b>52,95</b>

## 3. PREMISSAS E MÉTODOS EMPREGADOS

Premissa	2019	2020
<b>Econômicas/Financeiras</b>		
Taxa Real de Juros	5,43%	5,23%
Fator de Capacidade	98,24%	98,24%
Crescimento Real Salarial	2,01%	2,01%
Taxa de Carregamento	15,00%	15,00%
<b>Biométricas</b>		
Mortalidade Geral	AT-2000 (Suavizada em 10%) M&F	AT-2000 (Suavizada em 10%) M&F
Entrada em Invalidez	TASA - 1927	TASA - 1927
Entrada em Auxílio-Doença	GAMA_EXP NUCLEOS 2015	GAMA_EXP NUCLEOS 2015
Mortalidade de Inválidos	MI-2006 (-10%) por sexo	MI-2006 (-10%) por sexo
<b>Demográficas</b>		
Rotatividade ( <b>Turnover</b> )	Exp - NUCLEOS 2018	Exp - NUCLEOS 2018
Estrutura Familiar	<u>Benefícios a Conceder:</u> Exp. Nucleos 2019 <u>Benefícios Concedidos:</u> Família Real	<u>Benefícios a Conceder:</u> Exp. Nucleos 2019 <u>Benefícios Concedidos:</u> Família Real

Benefício	Regime Financeiro	Método de Financiamento
"Suplementação da Aposentadoria por Idade**"	Capitalização	Agregado
"Suplementação da Aposentadoria Especial**"	Capitalização	Agregado
"Suplementação de Aposentadoria por Tempo de Contribuição**"	Capitalização	Agregado
"Suplementação da Aposentadoria por Invalidez**"	Capitalização	Agregado
Suplementação da Pensão	Capitalização	Agregado
"Suplementação do Auxílio Reclusão"	Capitalização	Agregado
"Suplementação do Auxílio Doença"	Capitalização	Agregado
"BPD - Benefício Proporcional Diferido"	Capitalização	Agregado
Suplementação do Abono Anual	Capitalização	Agregado

\* Inclui o custo da reversão do benefício de aposentadoria em pensão aos beneficiários do assistido aposentado na data do óbito.

## 4. RESULTADO TÉCNICO E ANÁLISE DE SOLVÊNCIA

### 4.1. Situação Patrimonial do Plano

Conforme valores constantes no balancete de 31/12/2020, a tabela abaixo apresenta a situação patrimonial do PBB.

#### Patrimônio de Cobertura

<b>Ativo Total</b>	<b>4.168.443.599,70</b>
(-) Exigível Operacional	6.490.066,42
Gestão Previdencial	6.154.654,27
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	335.412,15
(-) Exigível Contingencial	991.244,95
Gestão Previdencial	991.244,95
Gestão Administrativa	0,00
Investimentos	0,00
<b>(=) Patrimônio Social</b>	<b>4.160.962.288,33</b>
(-) Fundos	18.904.968,20
Previdenciais	0,00
Administrativos	14.201.261,45
Dos investimentos	4.703.706,75
<b>(=) Patrimônio de Cobertura do Plano</b>	<b>4.142.057.320,13</b>

### 4.2. Resultado Técnico e Análise de Solvência

Com base nos dados cadastrais, utilizando as hipóteses e os métodos anteriormente mencionados, apresentamos os resultados da avaliação atuarial realizada para o PBB.

#### Passivo Atuarial

<b>PMBC</b>	<b>2.375.749.112,31</b>
Saldo de Conta dos Assistidos	0,00
VABF - Programados	2.095.245.379,17
VABF - Não-Programados	280.503.733,14
VACF Participantes	0,00
VACF Patrocinadores	0,00
<b>PMBaC</b>	<b>1.830.602.513,57</b>
Saldo de contas - parcela patro./inst.	0,00
Saldo de contas - parcela participantes	0,00
VABF - Programados	2.291.666.651,38
VABF - Não-Programados	194.589.124,90
VACF Participantes	(265.191.138,90)
VACF Patrocinadores	(390.462.123,81)
<b>(=) Passivo Atuarial</b>	<b>4.206.351.625,88</b>

## Resultado Técnico

Patrimônio de Cobertura	4.142.057.320,13
Provisões Matemáticas	4.206.351.625,88
(+) Passivo Atuarial	4.206.351.625,88
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
<b>(=) Superávit/(Déficit) Acumulado</b>	<b>(64.294.305,75)</b>

## Resultado Técnico (Ajustado)

Patrimônio de Cobertura	4.142.057.320,13
Provisões Matemáticas	4.206.351.625,88
(+) Passivo Atuarial	4.206.351.625,88
(-) Provisões Matemáticas a Constituir	0,00
<b>(=) Superávit/(Déficit) Acumulado</b>	<b>(64.294.305,75)</b>
(+/-) Ajuste Precificação	0,00
<b>(=) Superávit/(Déficit) Acumulado (Ajustado)</b>	<b>(64.294.305,75)</b>

### 4.2.1. Solvência

O resultado da avaliação atuarial demonstrou que o plano apresenta, em 31/12/2020, um déficit técnico acumulado de R\$ 64.294.305,75, equivalente a 1,53% das provisões matemáticas do plano.

Conforme informado pelo Nucleos, considerando que o plano não possui ajuste de precificação, o resultado técnico ajustado (ETA) do plano fica deficitário em R\$ 64.294.305,75.

Tomando como referência o valor de Duration apurado para o PBB, de 16,11 anos em 31/12/2020, apresentamos a seguinte demonstração de resultado:

- Situação: Deficitário
- Resultado Técnico Acumulado:  
R\$ (64.294.305,75)
- Duration do Passivo: 16,11 anos
- Limite de ETA deficitário (em %):  
 $= (\text{Duration} - 4) * 1\% = 12,11\%$
- Limite de ETA deficitário (em R\$):  
 $= \text{R\$ } (509.389.181,89)$

### Conclusão: não há nenhuma ação necessária.

O plano apresenta ETA negativo, porém dentro dos limites estabelecidos pelas regras vigentes. Desta forma, conforme disposto na Resolução CNPC nº 30/2018, o plano de benefícios se encontra equilibrado sob o ponto de vista de análise de solvência.

## 5. FUNDOS PREVIDENCIAIS

O PBB não apresenta Fundos Previdenciais.

## 6. RENTABILIDADE DO EXERCÍCIO

A rentabilidade nominal líquida, obtida pelo NUCLEOS na aplicação dos investimentos deste Plano, ao longo de 2020, foi de 4,74% contra uma expectativa atuarial de rentabilidade nominal líquida de 11,17% (equivalente a uma meta atuarial de rentabilidade real líquida de 5,43% ao ano estabelecida para 2020, acrescida do INPC acumulado durante esse mesmo exercício).

Sendo assim, pode-se dizer que os investimentos do plano obtiveram uma perda financeira nominal de 5,78% em comparação com a meta atuarial do exercício de 2020 (11,17%).

## 7. PLANO DE CUSTEIO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE

Para o exercício de 2021 indica-se a manutenção do Plano de Custeio vigente em 2020.

Plano de Custeio - Custeio Previdenciário			
Participantes Ativos <sup>1</sup>	Percentual geral sobre o Salário de participação	2,83%	
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede meio Teto do INSS	2,81%	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
	Percentual incidente sobre a parcela do Salário que excede um Teto do INSS	5,70%	
Patrocinadoras <sup>1</sup>	Contribuição normal (ativos)	Paritária à dos participantes	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
	Contribuição normal (assistidos que recebem Abono de Aposentadoria)	Paritária à contribuição líquida (6,80% do valor do benefício, destinada ao PBB)	sobre esta contribuição da patrocinadora não haverá taxa de carregamento.
	Contribuição extraordinária (serviço passado)	0,00%	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
Assistidos <sup>2</sup>	Aposentados com Abono de Aposentadoria <sup>3</sup>	8,00%	Taxa bruta (15% destinado ao custeio administrativo)
	Aposentados sem Abono de Aposentadoria, Auxílio-doença e Pensionistas	1,20%	100% destinado ao custeio administrativo
Participantes optantes pelo BPD	Contribuição destinada ao custeio administrativo - PGA (Taxa Administrativa)	15,00%	Incidente sobre o valor da contribuição hipotética, caso estivesse na condição de Ativo
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício de pensão por morte)	0,46%	Incidente sobre o Salário de Participação hipotético, caso estivesse na condição de Ativo
	Contribuição destinada ao PBB (cobertura do benefício de invalidez)	0,43%	

<sup>1</sup> Os percentuais apresentados encontram-se brutos de taxa de administração de 15% sobre a contribuição previdenciária. Na execução do plano de custeio a verificação da paridade com a patrocinadora se dará de acordo com a Instrução Normativa Nucleos nº 1, aprovada pelo Conselho Deliberativo.

<sup>2</sup> Pensionistas não vertem contribuição relativa ao abono.

<sup>3</sup> Percentual de Contribuição incidente sobre o valor do Benefício dos Aposentados que possuem Abono de Aposentadoria, conforme previsto no Plano de Custeio desde a implantação do PBB, informado pelo NUCLEOS.

Taxas Médias	2020	2019
1) Patrocinadora (sobre os salários)	10,47%	10,19%
1.1) Custo Normal - Participantes Ativos (Paridade)	7,47%	7,70%
1.2) Custo Normal - Participantes Assistidos (Paridade)	3,00%	2,49%
1.3) Extraordinária - Serviço Passado	0,00%	0,00%
2) Participantes Ativos (sobre os salários)	7,47%	7,70%
3) Participantes Assistidos (sobre os benefícios)	8,00%	8,00%

Os percentuais acima foram apurados brutos da taxa de carregamento.

## 8. CONCLUSÃO

Para fins da avaliação atuarial do Plano Básico de Benefícios, foi utilizado o cadastro de dados individuais fornecido pela Entidade, com data-base em 30/06/2020 e posicionado em 31/12/2020. Após serem submetidos a testes de consistência, ajustes e validações da Entidade, estes dados foram considerados adequados para o estudo.

Os regimes financeiros, métodos de financiamento e premissas atuariais foram mantidos os mesmos do ano anterior, com exceção da premissa financeira “Taxa Real de Juros” que foi reduzida de 5,43% a.a. para 5,23% a.a., e atendem às exigências da Resolução CNPC N° 30, de 10/10/2018.

O plano de benefícios aqui analisado apresenta um resultado técnico deficitário de R\$ 64.294.305,75, equivalente a 1,53% das provisões matemáticas do plano. Conforme in-

formado pelo NUCLEOS, o plano não apresenta ajuste de precificação de seus títulos financeiros. Importante ressaltar que o valor do ETA apurado em 31/12/2020 encontra-se abaixo do limite de déficit permitido pela legislação aplicável, de R\$ 509.389.181,89.

Face ao exposto neste relatório, na qualidade de atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do Plano Básico de Benefícios, realizada em conformidade com os princípios atuariais aceitos internacionalmente, informamos que o plano apresenta, em 31/12/2020, situação de ETA deficitário, muito embora tal déficit se situe dentro dos limites estabelecidos pelas regras de solvência vigentes, não havendo, portanto, a obrigatoriedade de elaboração de plano de equacionamento ao longo do exercício de 2021.

Colocamo-nos ao inteiro dispor para maiores esclarecimentos e aproveitamos para renovar nossos votos de estima e consideração.

Porto Alegre, 19 de fevereiro de 2021.

Mirador Assessoria Atuarial Ltda.

## 21. Parecer do Conselho Fiscal

**Emitido na 168ª Reunião do Conselho Fiscal  
Realizada em 16 de março de 2021**

Os membros do Conselho Fiscal do Nucleos Instituto de Seguridade Social, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração da Mutações do Patrimônio Social, a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, a Demonstração do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios – PBB, a Demonstração da Mutações do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios – PBB, a Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Básico de Benefícios – PBB e as

Notas Explicativas às demonstrações contábeis. Na opinião dos membros do Colegiado, baseada nas análises e conferências realizadas, nas informações e documentos fornecidos pela Entidade, nos estudos de aderência, no relatório da avaliação atuarial, no Parecer Atuarial emitido pela Mirador Assessoria Atuarial Ltda. em 19.02.2021 e no Relatório do Auditor Independente emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes em 25.02.2021, as referidas demonstrações refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira do Nucleos Instituto de Seguridade Social em 31 de dezembro de 2020 e o resultado de suas operações para o exercício findo nessa data, motivo pelo qual recomendam a sua aprovação pelo Conselho Deliberativo do Nucleos.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2021.

Eduardo Henrique Poblete Vidal  
Presidente do Conselho Fiscal

Wilmo Matola Erbiste  
Conselheiro Titular

Luciano Destefane Salvador  
Conselheiro Titular

Thiago Almeida Ferreira  
Conselheiro Titular



## 22. Manifestação do Conselho Deliberativo

Os membros do Conselho Deliberativo do Nucleos – Instituto de Seguridade Social, em sua 197ª Reunião Ordinária, realizada em 24/03/2021, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, compostas por: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa, Demonstração do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios – PBB, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido do Plano Básico de Benefícios – PBB, Demonstração das Provisões Técnicas do Plano Básico de Benefícios – PBB e Notas Explicativas  s Demonstrações Contábeis.

Com base no Relatório do Auditor Independente emitido pela PricewaterhouseCoopers (PwC) em 25/02/2021, no Parecer Atuarial emitido pela Mirador Assessoria Atuarial em 19/02/2021, no Parecer do Conselho Fiscal emitido em 16/03/2021 e nas informa es e esclarecimentos prestados pela Diretoria Financeira, os membros do Colegiado, por unanimidade, aprovaram as referidas demonstra es contábeis por considerar que as mesmas refletem adequadamente a posi o patrimonial e financeira do Nucleos em 31 de dezembro de 2020 e o resultado de suas opera es para exercício encerrado nessa data.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2021.

Ricardo Cesar Quintella Lioy  
Presidente do Conselho Deliberativo

Diego Cunha Brum  
Conselheiro Titular

Pedro Francisco Dias Calheiros Boite  
Conselheiro Titular

Fernando Cesar Braz Teixeira  
Conselheiro Titular

Eduardo Zaroni  
Conselheiro Titular

Rosângela Vieira Paes da Silva  
Conselheira Titular





**Relatório Anual 2020 do Nucleos  
Instituto de Seguridade Social**

Av. República do Chile, 230  
15º andar - Ala Sul - Centro  
CEP: 20.031-919 - Rio de Janeiro - RJ

**Coordenação de produção:**  
Comunicação Interna do Nucleos

**Projeto Gráfico e Editorial:**  
Plus Interativa  
[www.plusinterativa.com](http://www.plusinterativa.com)  
[plus@plusinterativa.com](mailto:plus@plusinterativa.com)

**Jornalista Responsável:**  
Ricardo Largman – Reg. MTB 18.288

# Resiliência

para lidar com situações adversas  
e aprender com elas

RELATÓRIO  
ANUAL DE  
INFORMAÇÕES  
2020

## Indicadores

